FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

Prof. Dr. CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO

CLAUDIUS GOMES DE ARAGÃO VIANA

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DA ESCOLA MILITAR DO REALENGO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Rio de Janeiro, março de 2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Viana, Claudius Gomes de Aragão

História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo / Claudius Gomes de Aragão Viana. - 2010.
176 f.

Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.
Orientador: Celso Correa Pinto de Castro.
Inclui bibliografia.
1. Escola Militar do Realengo. 2. Espaço urbano - Realengo (Rio de Janeiro, RJ). I. Castro, Celso, 1963-. II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD - 355.2098153

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DA ESCOLA MILITAR DO REALENGO

Trabalho de conclusão de curso apresentado por

CLAUDIUS GOMES DE ARAGÃO VIANA

E aprovado em 16 de março de 2010
pela banca examinadora:

Professor orientador:
Prof. Dr. CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO - CPDOC/FGV.

Professor externo do programa:
Prof. Dr. FERNANDO DA SILVA RODRIGUES - Arquivo Histórico do Exército.

Professor interno do programa:
Profa. Dra. ÂNGELA MARIA DE CASTRO GOMES - CPDOC/FGV.

Suplente:
Profa. Dra. LETÍCIA BORGES NEDEL - CPDOC/FGV.

Rio de Janeiro, março de 2010

Para Yukimi,

com amor.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível devido à contribuição e ao apoio de diversas pessoas. Nesse momento final, o risco de omitir referências a alguma delas não supera a necessidade de agradecer a outras tantas.

É especialmente importante agradecer à Fundação Getulio Vargas, instituição de excelência, pelas condições que permitiram meu ingresso e permanência no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Registro a motivação transmitida pelos professores Maria Celina D'Araujo, Vitor Fonseca, Fernando Lattman-Weltman, Dulce Chaves Pandolfi e Helena Bomeny, a cada um dos quais agradeço também pelos ensinamentos recebidos.

Agradeço a todos os colegas de turma pelas sugestões, contribuições e idéias apresentadas, tanto em sala de aula quanto durante as discussões que tivemos oportunidade de travar, e pela amizade que certamente se estenderá além dessa fase de nossas vidas.

Devo agradecimentos especiais à jovem revisora Jeovana Costa, responsável pelo que houver de correto no uso da linguagem neste trabalho, e ao meu irmão Anderson Viana, tanto pelas belas fotografias quanto pela disponibilidade constante em me acompanhar nas "excursões" de campo em Realengo.

Aos professores Angela de Castro Gomes e Fernando da Silva Rodrigues, pelas valiosas contribuições apresentadas na banca de qualificação, meus sinceros agradecimentos, estendidos ao professor Matias Spektor pela incansável boa vontade e pelas sugestões apresentadas, e à professora Letícia Nedel, pela disponibilidade ao aceitar o convite para compor a banca examinadora.

Esta pesquisa não existiria - literalmente - se faltasse a confiança que me foi concedida desde os primeiros momentos pelo professor Celso Castro, que ultrapassando em muito as obrigações de uma boa orientação, forneceu-me amplas amostras do profissionalismo, da inteligência e da generosidade que constituem suas marcas pessoais; e nem sem os incentivos constantemente recebidos, com todo entusiasmo e paixão, do meu irmão Luiz Claudio, credor do meu mais intenso respeito.

Finalmente, estendo os mais profundos agradecimentos a todos aqueles que comemoram comigo a conclusão deste trabalho.

Ultrapassado o "momento atual", todas as suas incógnitas e indeterminações aparecem aos olhos do observador como relativamente ingênuas ou falsas. Ilusões aparentemente desfeitas pela ação eficaz de leis rigorosamente estruturais, cegas e independentes da vontade. No limite, os conflitos passados parecem ter sido mera encenação ideológica. O que é um engano, porque toda conjuntura passada também teve seus conflitos, expectativas e projetos coletivos - uns vitoriosos, outros derrotados - que explicam o caminho tomado pela história. (José Luís Fiori - *O vôo da coruja*).

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA 04

AGRADECIMENTOS 05

SUMÁRIO 07

LISTAS 09

1. Figuras 09

2. Tabelas 11

RESUMO 12

ABSTRACT 13

INTRODUÇÃO 14

I. TERRAS REALENGAS 23

1.1. O Realengo do Campo Grande 23

1.1.1. Origem do termo 23

1.1.2. Breve história fundiária 24

1.2. Os militares no Realengo do século XIX 28

1.2.1. A Escola Geral de Tiro do Campo Grande (1857 - 1890) 29

1.2.2. A Escola Prática do Exército na Capital Federal (1891 - 1897) 45

1.2.3. A Escola Preparatória e de Tática do Realengo (1898 - 1905) 49

1.2.4. A Fábrica de Cartuchos do Realengo 50

1.2.5. A Escola de Sargentos (1893 - 1896) 57

1.3. Algumas considerações sobre o capítulo 59

II. A ESCOLA MILITAR DO REALENGO 64

2.1. Da Casa do Trem à Escola Militar do Brazil 64

2.1.1. Sedes das escolas militares nos séculos XVIII e XIX 64

2.1.2. O ensino militar no início do século XX 67

2.2. A Escola Militar, em Realengo 72

2.2.1. Prelúdio: o período de 1905 a 1911 73

2.2.2. A década de 1910 80

2.2.3. As reformas das décadas de 1920 e 1930 84

2.2.4. O longo adeus 93

2.3. Outras áreas militares 96

2.3.1. A Fábrica de Cartuchos 96

2.3.2. A Vila Militar de Deodoro 104

2.3.3. O Campo dos Afonsos 111

III. PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DA ESCOLA MILITAR 120

3.1. Primeiras considerações 120

3.2. Depois da escola 123

3.3. As áreas militares no Realengo 127

3.4. Áreas militares e urbanização 137

3.5. *Lugar de memória, lugar de história* 145

CONCLUSÃO 162

BIBLIOGRAFIA 167

1. Fontes primárias 167

2. Livros e artigos 167

3. Filmes 174

4. Páginas da *internet* 175

LISTAS

1. Figuras

Figura 1 - Área geográfica de interesse da pesquisa 21

Figura 2 - Freguesias do Rio de Janeiro, no final do século XIX 28

Figura 3 - O Bartolomeu de Gusmão, de Augusto Severo 47

Figura 4 - Vista da fábrica de pólvora, próxima à lagoa Rodrigo de Freitas 52

Figura 5 - Mapa da cidade do Rio de Janeiro, 1895 61

Figura 6 - Praia da Saudade e Escola Militar 74

Figura 7 - O Balão Militar número 1 75

Figura 8 - Paróquia de Nossa Senhora da Conceição 81

Figura 9 - Escola Militar, em data anterior a 1920 82

Figura 10 - Fachada da Escola Militar, em 2009 83

Figura 11 - Visita de Santos Dumont à Escola de Aviação Militar, 1928 85

Figura 12 - "Bonequinha de seda" 87

Figura 13 - Cine-Teatro Realengo 90

Figura 14 - IAPI de Realengo 91

Figura 15 - Vista aérea de Realengo, 1940 92

Figura 16 - Vista aérea da Escola Militar do Realengo, 1940 93

Figura 17 - Obras de ampliação da Fábrica de Cartuchos do Realengo 98

Figura 18 - Oficina de cartuchos da Fábrica do Realengo 99

Figura 19 - Vista de oficina da Fábrica de Cartuchos do Realengo 100

Figura 20 - Casa do diretor da Fábrica do Realengo 101

Figura 21 - Projeto da Vila Militar 104

Figura 22 - Lançamento da pedra fundamental da Vila Militar 106

Figura 23 - Estação da Vila Militar 107

Figura 24 - Quartel-general da Infantaria Divisionária, na Vila Militar de Deodoro ... 110

Figura 25 - Aeroplano sobrevoa a Fazenda de Afonsos 112

Figura 26 - Escola de Aviação na década de 1910 114

Figura 27 - Vista da Escola de Aviação em Afonsos 115

Figura 28 - Terraplenagem da Escola de Aviação 116

Figura 29 - Oficinas da Escola de Aviação Militar 117

Figura 30 - Vista do Campo dos Afonsos em 1940 118

Figura 31 - Vista lateral da antiga Escola Militar 122

Figura 32 - Ruínas da Fábrica do Realengo 123

Figura 33 - Detalhe da fachada da Fábrica do Realengo 126

Figura 34 - Portão da Fábrica de Cartuchos na rua Carlos Wenceslau 132

Figura 35 - Residência funcional da Fábrica de Cartuchos 134

Figura 36 - Coreto do Campo de Marte 135

Figura 37 - Picadeiro da Escola Militar 136

Figura 38 - Residências funcionais da Fábrica de Cartuchos do Realengo 137

Figura 39 - Antiga fachada, rua Bernardo de Vasconcelos 138

Figura 40 - Antiga fachada, rua Bernardo de Vasconcelos 139

Figura 41 - Antigo estabelecimento comercial em Realengo 141

Figura 42 - Vista da Área III da Fábrica de Cartuchos 142

Figura 43 - Vistas da Fábrica de Cartuchos 144

Figura 44 - Edificação em ruínas na Fábrica de Cartuchos 145

Figura 45 - Fachada de uma antiga residência 148

Figura 46 - Residência na estrada São Pedro de Alcântara 149

Figura 47 - Residência na estrada São Pedro de Alcântara 150

2. Tabelas

Tabela 1 - Matrículas na Escola Geral de Tiro do Campo Grande 43

Tabela 2 - Instituições de ensino do Exército em Realengo (1859 - 1912) 59

RESUMO

Esta dissertação analisa a influência das instituições militares, particularmente a Escola Militar, no período de 1912 a 1944, na configuração urbana de Realengo, bairro localizado no subúrbio do município do Rio de Janeiro. Tendo como principal *corpus* documental os relatórios do Ministério da Guerra e a legislação pertinente, são estabelecidos marcos históricos para análise do processo de transformação da antiga zona rural do município em uma área militar, enfatizando os impactos que incidiram sobre a região em decorrência da transferência da sede da *Escola Militar do Brazil*, da Praia Vermelha para o Realengo. Preliminarmente, são identificadas as primeiras unidades militares que ocuparam a região, estabelecendo conexões entre o funcionamento dessas organizações, a constituição do seu patrimônio e o desenvolvimento urbano de Realengo. Para contextualização, também são apresentadas as sedes ocupadas pela Escola Militar ao longo do século XIX e as circunstâncias que motivaram sua saída da Praia Vermelha no início do século XX. O recorte temporal se inicia no período compreendido entre o início do século XIX, quando as chamadas *terras realengas* foram doadas à Câmara da cidade do Rio de Janeiro por D. João VI; atravessa o século XX, quando se consolidaram o patrimônio da Escola Militar em Realengo e a urbanização do bairro; e chega aos dias atuais, quando, após a extinção da escola, a decadência e o abandono são as marcas das antigas edificações militares do bairro. Também são assinalados o funcionamento da Fábrica de Cartuchos e a criação de duas grandes áreas militares, a Vila Militar de Deodoro e o Campo dos Afonsos. Por fim, são levantadas as perspectivas e ações do Exército Brasileiro e de outros órgãos da sociedade na preservação do patrimônio e da memória da antiga escola.

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Escola Militar. Realengo.

ABSTRACT

This thesis examines the influence of the military, particularly the Military School in the period 1912 to 1944, on the urban form of Realengo, located on the suburb of Rio de Janeiro. With the main body of documentary formed by the reports of the War Department and related laws, are established marks for analysis of the transformation process of the former rural municipality in a military area, emphasizing the impact that focused on the region due to the transfer of the Military School of Brazil, from the Praia Vermelha to Realengo. Preliminarily, we identify the first military units that occupied the region, establishing connections between the functioning of these organizations, the constitution of their heritage and the urban development of Realengo. For background, are also presented the seats occupied by the Military School during the nineteenth century and the circumstances that motivated his departure from Praia Vermelha in the early twentieth century. The time line begins in the period from the early nineteenth century, when the calls realengas lands were donated to the town of Rio de Janeiro by D. João VI, through the twentieth century, when it had consolidated assets of the Military School in Realengo and urbanization of the neighborhood, and reaches the present day, when, following the end of the school, the decay and neglect are the hallmarks of the old military buildings in the neighborhood. Also indicated are the operation of the factory cartridges and the creation of two large military areas, the Vila Militar de Deodoro and the Campo dos Afonsos. Finally, we investigate the perspectives and actions of the Brazilian Army and other organs of society in preserving the heritage and memory of the old school.

Key-words: Brazilian Army. Military School. Realengo.

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1912 e 1944, o bairro de Realengo, localizado na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, sediou a Escola Militar do Realengo, instituição de formação dos oficiais do Exército Brasileiro. Juntamente com a Fábrica de Cartuchos, construída no final do século XIX, a Escola Militar exerceu influência no processo de desenvolvimento e na configuração urbana da região, formando um patrimônio material ligado à memória, não apenas de sua própria história, mas também das origens do bairro, singularizado pelo valor paisagístico e simbólico das antigas construções militares, representativas de diversos estilos arquitetônicos e períodos históricos.

Após a extinção da Escola Militar, em 1944, e da Fábrica de Cartuchos, em 1977, demolições e reformas desfiguraram os antigos prédios - alguns construídos ainda no século XIX - em um processo de deterioração que se acelerou a partir da década de 1990. O fracionamento dos terrenos desocupados pelas instalações militares e os novos usos públicos das áreas que as constituíam, bem como a venda de frações dessas áreas para entidades particulares, também descaracterizaram o bairro, e poucas ações efetivas foram realizadas para a preservação da memória das origens e da presença da Escola Militar e da Fábrica de Cartuchos na região. Para preencher essa lacuna, a proposta desta dissertação é pesquisar a ocupação de Realengo pelas instituições militares e o papel dessas instituições no desenvolvimento urbano local, baseando-se na história de suas antigas áreas e edificações.

A Zona Oeste do Rio de Janeiro concentra, ainda hoje, várias unidades do Exército Brasileiro, bem como da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira e das Forças Auxiliares[1]. A criação da *Escola Geral de Tiro do Campo Grande*, na segunda metade do século XIX, assinalou o início da ocupação de extensas áreas dessa região da cidade pelos efetivos militares, que buscavam locais nos quais fossem possíveis o emprego de armamentos e a realização de experiências, exercícios e manobras. Já no início do século XX, os processos de modernização e profissionalização do Exército podem ser citados entre os fatores que determinaram a transferência da Escola Militar para Realengo, e, posteriormente, de outras unidades militares para as proximidades, o que influenciou sobremaneira na configuração do espaço urbano da região.

[1] Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro.

Cabe inicialmente uma explicação sobre a pertinência do tema, a partir da premissa de que a organização espacial urbana está ligada aos contextos políticos, econômicos e sociais que a moldaram ao longo do tempo. Nessa ótica, esta dissertação se constitui em uma contribuição histórica, e presta subsídios para o conhecimento das transformações atravessadas por uma expressiva parte do território do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX. Em outro sentido, a mesma premissa se aplica à instituição que moldou o território em questão, pois a pesquisa também aborda aspectos da evolução institucional do Exército Brasileiro e de suas relações com a sociedade. Cabe também ressaltar que, segundo novos programas de ação governamental, encontra-se em progresso a desmobilização das funções militares das áreas que constituíram o objeto de pesquisa, crescendo de importância a apresentação de um estudo que registre esse processo de maneira sistemática.

A explicação acima conduz ao objetivo geral da pesquisa: analisar a influência das instituições militares, particularmente a Escola Militar, no período de 1912 a 1944, na configuração urbana do bairro de Realengo.

Esse objetivo tem relevância na medida em que contribui tanto com os estudos sobre a organização do espaço urbano do Rio de Janeiro, quanto com aqueles que dizem respeito ao desenvolvimento das instituições militares, nesse caso particular, o Exército Brasileiro. Nesse aspecto, a história da Escola Militar do Realengo é exemplar, pois reúne tópicos sobre ocupação fundiária e desenvolvimento urbano, paralelamente com eventos relativos a evolução do Exército, que retrocedem até a segunda metade do século XIX. A ocupação das áreas do Realengo também ilustra objetivos e projetos políticos dos períodos imperial e republicano: a região, que nesses períodos serviu como palco de acontecimentos relevantes na história militar do país, conserva em seus prédios, ruas e praças variadas informações sobre o funcionamento dos estabelecimentos militares que a ocuparam, agiram sobre a paisagem do bairro e formaram uma estrutura urbana peculiar ao longo do século XX, tornando-se, durante certo tempo, o centro da vida social da localidade nos aspectos econômico, social e cultural, e constituindo-se em um reflexo dos ideais de progresso e modernidade propostos para o Exército e para a sociedade brasileira naquele período.

O princípio básico do trabalho foi buscar a compreensão das finalidades e das ações das instituições militares que, ao longo dos séculos XIX e XX, foram implantadas em grandes áreas da região de Realengo e suas adjacências, modificando essas áreas

através da construção das instalações físicas necessárias ao seu funcionamento. A partir desse princípio, foram selecionadas fontes que trouxessem informações sobre os projetos e discussões relacionados com tais implantações. Na medida em que foi observada a estreita ligação entre as áreas em estudo e o desenvolvimento da instrução militar no Exército, foi necessário incluir também no plano de trabalho pesquisas sobre as diversas reformas dos regulamentos militares de ensino.

Os critérios para apuração e análise do material e das fontes selecionadas se sustentaram em dois pontos principais. Primeiro, a pesquisa e a reunião de dados sobre as instituições militares como agentes modeladores do espaço urbano, papel que exerceram a partir da constituição de áreas destinadas ao atendimento de suas necessidades e objetivos específicos. A partir daí, e como segundo ponto, nas constatações particulares do pesquisador, também militar e morador da localidade, que possui memórias e impressões pessoais sobre a configuração do bairro, e valeu-se dessa condição para organizar, interpretar, revisar e ordenar as informações obtidas do conjunto composto pela documentação, bibliografia e iconografia relacionadas ao assunto. Desse modo, o resultado da seleção de materiais de pesquisa buscou reunir elementos que explicassem 1) as razões da constituição das áreas militares em Realengo, e 2) qual a influência dessas áreas no desenvolvimento e na configuração da localidade e suas adjacências.

Cabe ressaltar que a pesquisa sobre a ocupação fundiária do bairro e sobre a história de seu desenvolvimento urbano, em si, não é inédita. Encontram-se referências a esses processos tanto em textos mais antigos, como as crônicas de Noronha Santos (1934, 1965, 1981) e Brasil Gerson (1954), quanto em pesquisas mais recentes, como as apresentadas por Fridman (1998 e 1999). Mas, embora esses trabalhos assinalem a presença de tropas militares em Realengo a partir de 1850, não detalham sua natureza, suas particularidades e nem os processos sociais e políticos mais amplos que determinaram sua transferência para a região, ou mesmo as consequências da sua permanência no bairro em longo prazo; de fato, atentam principalmente para o processo de ocupação das terras nas primeiras décadas do século XIX, quando as sesmarias localizadas ao longo da antiga estrada Real de Santa Cruz foram retomadas pela Coroa Portuguesa e cedidas à Câmara Municipal.

Noronha Santos, escritor e cronista, produziu diversas descrições da paisagem e hábitos cariocas, bem como da formação histórica do território da cidade, nas obras *Meios de transporte no Rio de Janeiro* (1934), *As freguesias do Rio antigo* (1965) e *Crônicas da*

cidade do Rio de Janeiro (1981), em um trabalho de natureza semelhante ao realizado por Brasil Gerson em *História das ruas do Rio de Janeiro* (1954). Ambos destacam que as primeiras ocupações do Realengo se deram através da concessão de sesmarias a foreiros que utilizavam as terras da região para pastagem do gado e para o cultivo de pequenas plantações. Já as pesquisas de Fania Fridman, apresentadas nos textos *As propriedades públicas no Rio de Janeiro* (1998) e *Donos do Rio em nome do rei - uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro* (1999), realizam levantamentos e análises mais minuciosos da constituição fundiária e imobiliária na cidade do Rio de Janeiro, em uma perspectiva histórica, ligada às questões relativas à formação dos territórios carioca e fluminense. Nesse contexto, a autora dedica atenção à formação das *terras realengas*, e ao apossamento das primeiras propriedades na região.

É necessário, ainda, destacar o trabalho mais recente de Fernandes (2006), que cita a existência de várias unidades militares, algumas com a extensão de diversos bairros, na área urbana do Rio de Janeiro, e propõe a investigação das Forças Armadas como um agente modelador do espaço urbano da cidade na primeira metade do século XX.

As pesquisas acima descritas estão mais diretamente relacionadas com as questões das apropriações e da formação histórica do território do Rio de Janeiro, mas, como dito anteriormente, concedem pouco destaque ao detalhamento das estruturas urbanas que se formaram no Realengo devido à presença das tropas militares. Também não concedem atenção ao que se refere à influência da Escola Militar no desenvolvimento do bairro e ao patrimônio material construído durante sua existência; acrescente-se que, a esse respeito, os registros em trabalhos acadêmicos são relativamente escassos, exceto pelas referências em alguns livros de memórias de antigos alunos da escola. Já no caso da pesquisa ora apresentada, o tema é aprofundado através da reunião de informações sobre o papel da Escola Militar, e das instituições que a antecederam, como agentes da organização espacial urbana. Nesse aspecto, a abordagem é singular, pois apesar da existência de importantes estudos sobre a Escola Militar, esses concedem maior destaque aos aspectos sociais e políticos da ação de seus integrantes na história nacional, ou se interessam pela questão da evolução técnica e pedagógica do ensino militar.

O principal *corpus* documental da pesquisa para os períodos anteriores a 1940 foi a série de relatórios do Ministério da Guerra[2], disponibilizado na página eletrônica da

[2] Cujas referências neste trabalho adotarão o seguinte formato: Relatório do Ministro da Guerra (nome), (ano), (página).

Universidade de Chicago[3]. As fontes primárias consultadas incluem, ainda: a *Coleção das Leis da República Federativa do Brasil*; o *Almanak Laemert*, publicação editada entre 1844 e 1889, composta de informações sobre os membros da Corte e dos ministérios, seções sobre as províncias, legislação, dados do censo e propaganda comercial; os *Annaes do Parlamento Brazileiro*, publicados pela *Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C.* e os *Annaes do Rio de Janeiro*, de Balthazar da Silva Lisboa.

O uso de leis, regulamentos e relatórios como fonte de informações não deve ser tomado como indicação de que foi assumida integralmente a ideia de que o funcionamento das instituições militares corresponde ao cumprimento automático de normas; compreende-se que, algumas vezes, as ações descritas ou propostas nesses documentos, na realidade, não foram além de tentativas, nem sempre bem sucedidas ou executadas de modo muito mais desordenado do que os registros apresentam, além de esbarrarem em resistências tais como as frequentes restrições orçamentárias. Desse modo, essas fontes servem ao trabalho muito mais como indicação de intenções ou como subsídios para a ordenação cronológica de eventos do que, no mais das vezes, como referência concreta a resultados. Para interpretação dos contextos da produção desses registros, recorreu-se a referências bibliográficas compostas por estudos e análises sobre a história dos militares e da Escola Militar, tomando como base as obras de autores destacados no tema, prioritariamente os trabalhos de Motta (1976), Castro (1990, 1995, 2002) e Rodrigues (2008).

Jeovah Motta foi autor do livro *Formação do oficial do Exército Brasileiro: currículos e regimes na Academia Militar / 1810-1944* (1976), no qual descreve o funcionamento das instituições de formação militar, analisando as modificações realizadas nos currículos, planos de ensino e na estrutura da Escola Militar, desde a criação da Real Academia até a implantação da Academia Militar em Resende. Essa obra permanece como uma das principais referências em grande parte dos estudos sobre o assunto.

Entre os trabalhos de Celso Castro, destacam-se como orientação para esta pesquisa as obras que têm a Escola Militar como tema: *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras* (1990), produzido a partir de

[3] O *Latin-American Microform Project* do *Center for Research Libraries* é um projeto patrocinado pela Fundação Andrew W. Mellon para produzir imagens digitais de séries de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre 1821 e 1993, e pelos governos das províncias, desde as mais antigas disponíveis para cada província até o fim do Império em 1889. O projeto proporciona acesso via *internet* aos documentos, facilitando assim a sua utilização por pesquisadores e prestando apoio às pesquisas latino-americanas. Disponível em <http://www.crl.edu/collections/e-collections/>.

pesquisas de campo realizadas pelo autor, que discute os processos de construção da identidade militar entre oficiais; *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política* (1995) onde é apresentada a tese da influência do Exército no governo republicano, fundamentada na ideia da excepcionalidade da instituição; e *A invenção do Exército Brasileiro* (2002), que analisa rituais e símbolos do Exército, destacando o período em que o coronel José Pessoa foi comandante da Escola Militar, e as ações desse personagem na implantação de projetos para constituição de uma elite no Exército Brasileiro, concentrada em modificações nos modelos de formação acadêmica.

Em trabalho mais recente, *Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946* (2008), Rodrigues traçou um panorama histórico bastante completo da Escola Militar, demonstrando, ainda, que os critérios de seleção de candidatos para o ingresso no oficialato possuíam um caráter discriminatório, destinado a constituir uma elite na instituição, e destacando os mecanismos institucionais que conduziam esse processo.

Assim como as referências bibliográficas citadas acima foram selecionadas para apoiar as análises sobre os contextos históricos, também foram eleitas referências teóricas que balizam certos momentos da pesquisa. Esses conceitos estão desenvolvidos no terceiro capítulo, ponto da dissertação no qual foram necessários para subsidiar a compreensão de determinadas constatações com as quais a investigação se defrontou.

Considerando as questões envolvidas, o primeiro conceito utilizado foi o de *lugares de memória* (Nora, 1993), que leva a entender que o espaço físico, suporte da memória coletiva, é carregado de sentidos. Os lugares de memória são também construções históricas, revelando processos sociais que possuem significados e funções próprias, ideia que conduziu o pesquisador nas indagações sobre os objetivos, finalidades e ações dos agentes que constituíram os espaços militares do Realengo.

O segundo conceito adotado foi o de *representação* (Pesavento, 1995), que permite refletir sobre a variação das percepções através do tempo e sobre a ligação das memórias a diferentes interesses. O conceito subsidia a interpretação do significado do abandono e da deterioração das antigas construções, constatados nas pesquisas de campo, bem como a interpretação dos discursos sobre os espaços e sociabilidades. Leva, ainda, à reflexões sobre o que a autora chama de "pasteurização" ou uniformidade do urbano: a

destruição da memória, a substituição do "velho" pelo novo, a uniformização das construções e a generalização da impessoalidade no contexto urbano.

A pesquisa buscou ainda outras referências, encontrando por vezes obstáculos relacionados à existência, ao estado de conservação, ou às possibilidades de acesso a monumentos, documentos e outros registros históricos. Entre essas fontes, assinala-se:

a. Os livros escritos por ex-alunos, como por exemplo as obras: *Cadete do Realengo* (Aragão, 1959); *Cadetes em desfile* (Pedroso, 1969); *Recordações de uma velha escola* (Bley, 1974); *Memórias do Realengo* (Lins, 1981); *A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha* (Lobato Filho, 1992).

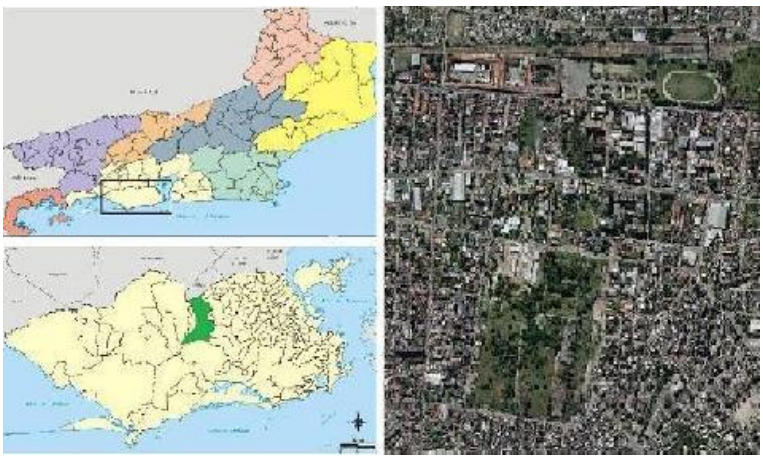
b. Os arquivos de documentos produzidos na Escola Militar e em outras organizações militares já extintas que existiram na localidade, pertencentes atualmente ao acervo do Arquivo Histórico do Exército.

c. Acervos de legislações, cuja crescente digitalização e disponibilização na rede mundial de computadores facilitou consideravelmente a pesquisa, sobretudo nas consultas aos sítios eletrônicos do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Imprensa Nacional, que possuem coleções completas de leis do Império e da República. Quanto à documentação histórica referente ao Exército Brasileiro, embora em sua maior parte não se encontre em formato digital, foi possível consultá-la com relativa facilidade de acesso, desde as *Ordens do Dia* do século XIX até o atual *Boletim do Exército*. Essas consultas foram realizadas no Arquivo Histórico do Exército, na Biblioteca do Exército e no Batalhão Escola de Engenharia, hoje localizado no palácio de Santa Cruz, que foi criado em 1855 e foi contemporâneo das primeiras instituições militares que ocuparam a localidade de Realengo.

Inicialmente, o projeto de trabalho previa o recurso de utilização da metodologia da história oral para realização de entrevistas com antigos militares da Escola Militar, com trabalhadores da Fábrica de Cartuchos e com moradores da região. De fato, não foi possível encontrar moradores do bairro que possuíssem recordações sobre o período de funcionamento da Escola Militar; algumas poucas pessoas foram contemporâneas da Fábrica do Realengo, e os ex-alunos da escola concentraram suas recordações nas atividades militares, ou reforçaram discursos já encontrados na bibliografia. Como o resultado obtido ficou aquém do esperado, as entrevistas não foram incluídas na dissertação.

Por fim, foi realizada uma série de visitas às antigas construções do bairro, e nessas oportunidades foram realizados registros fotográficos de sua localização e estado. Esse procedimento teve como objetivo a composição de um acervo, formado por imagens que ilustrassem as diversas referências apresentadas ao longo do trabalho. A perspectiva de que em breve o acesso a essas edificações não será mais possível tornou oportuna essa ação. Em relação às imagens antigas utilizadas, todos os esforços foram feitos para determinar e citar sua origem, mas nem sempre isso foi possível. Dada a natureza deste trabalho, a intenção de sua exposição é tão somente organizá-las como informação acadêmica e torná-las acessíveis e úteis. Eventuais omissões ou equívocos nos créditos serão corrigidos com prazer, caso as fontes se manifestem.

Figura 1 - Área geográfica de interesse da pesquisa.



Situação geográfica da área de interesse da pesquisa. Á esquerda, no alto, o estado do Rio de Janeiro, dividido em regiões e municípios; abaixo, o município do Rio de Janeiro, dividido em bairros. A área destacada em verde corresponde ao bairro de Realengo. À direita: O detalhe ampliado é o centro do bairro, onde se destacam os grandes espaços ocupados pela antiga Escola Militar e pelas áreas da Fábrica de Cartuchos, desativada na década de 1970. Fonte: Atlas Escolar 2000 e Google Maps Brasil (com adaptações).

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro se constitui pela apresentação da formação histórica e da ocupação fundiária do bairro, com ênfase na ocupação da região pelos efetivos militares. Esse capítulo tem como objetivo específico identificar as primeiras organizações militares que ocuparam as terras de Realengo, estabelecendo conexões entre seu funcionamento e o início da constituição do patrimônio do Exército na região, bem como com o desenvolvimento do bairro. Os eventos narrados estão situados no período compreendido entre o início do século XIX, quando as chamadas

terras realengas foram doadas à Câmara da cidade do Rio de Janeiro por D. João VI, e o início do século XX, quando a Escola Militar foi transferida para a localidade.

O segundo capítulo está dividido em três seções. A primeira apresenta as sedes ocupadas pela Escola Militar ao longo do século XIX e expõe as circunstâncias que motivaram sua saída da fortaleza da Praia Vermelha, no início do século XX. A segunda descreve a constituição do patrimônio da escola no Realengo e a urbanização do bairro na primeira metade do século XX. A terceira seção trata do funcionamento da Fábrica de Cartuchos e da criação de duas grandes áreas militares nas adjacências de Realengo: a *Vila Militar de Deodoro* e o *Campo dos Afonsos*. São descritas as transformações introduzidas na região e, secundariamente, nas áreas próximas, após a construção dos conjuntos arquitetônicos da Escola Militar e da Fábrica de Cartuchos. Buscou-se associar as edificações às suas funções originais e ao contexto histórico em que foram construídas, além de seus reflexos na configuração urbana da localidade.

O terceiro capítulo enfoca as transformações ocorridas após a extinção da Escola Militar, os usos posteriores de suas instalações, a situação atual dessas áreas e sua influência na configuração urbana do bairro e de suas adjacências. Também são destacadas as perspectivas dos comandos militares e de órgãos da sociedade na preservação da memória da antiga escola.

Por fim, a conclusão sintetiza as análises e resultados da pesquisa.

CAPÍTULO I - TERRAS REALENGAS

Este capítulo tem como objetivo identificar as primeiras organizações militares que ocuparam as terras de Realengo, estabelecendo conexões entre seu funcionamento e o início da constituição do patrimônio público na região, bem como com o desenvolvimento do bairro. Os eventos narrados a seguir estão situados no período compreendido entre o início do século XIX, quando as chamadas *terras realengas* foram doadas à Câmara da cidade do Rio de Janeiro por D. João VI, e o início do século XX, quando a Escola Militar foi transferida para a localidade.

1.1. O Realengo do Campo Grande

1.1.1. Origem do termo

Na antiga divisão administrativa da cidade, as terras que formam o atual bairro de Realengo, subúrbio da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, faziam parte da Freguesia[4] de Nossa Senhora do Desterro do Campo Grande, formando, segundo Noronha Santos (1965), um grande campo de 850 por 503 metros[5]. A questão da origem da denominação da localidade já foi explorada por vários autores, como Gerson (1954), o próprio Noronha Santos (1965), Paz (1987), Fróes (2004) e Wenceslau (2004), mas convém situar essa discussão. Existem duas versões correntes: a primeira, atribuída à tradição popular, sustenta que o nome resultaria da abreviação da expressão *Real Engenho* (Real Engº), gravada nas placas que indicavam os caminhos para a região. Em uma segunda versão, a palavra *Realengo* seria oriunda do termo latino *reguengo*, possuindo como significado[6]: “1) real, régio; 2) digno de rei; ou 3) sem dono, público; abandonado, em desordem”. Há uma aparente contradição, que pode ser desfeita, em aplicar esses sentidos opostos para a mesma palavra. As terras realengas eram, simultaneamente, “reais” e “sem dono”**,** por pertencerem à Coroa Portuguesa e constituírem uma categoria que poderia ser apreendida como "de uso público". Essa segunda versão é reforçada pelo fato

---

[4] *Freguesia* (Fridman, 2008) é a designação portuguesa de paróquia; constituía um território submetido à jurisdição espiritual de um *cura*, que durante os períodos colonial e imperial brasileiro também exercia a administração civil.

[5] No original: "o grande campo do Realengo, (...), representa um paralelograma de 465 braças de comprido sobre 275 de largo (...)".

[6] Verbete *Realengo*, *in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, 2009. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=realengo>. Acesso em 16 de abril de 2009.

de que, com o mesmo sentido, o termo pode ser encontrado em referências a outras áreas localizadas em territórios de antigas colônias portuguesas ou espanholas[7]. Em qualquer dos casos, os campos realengos constituíam áreas de serventia pública, administrados pela Câmara Municipal e reservados para descanso, depósito e pastagem do gado daqueles que não possuíam terras próprias (Noronha Santos, 1965).

1.1.2. Breve história fundiária

Atravessando a cidade do Rio de Janeiro, a antiga estrada Real de Santa Cruz ligava duas propriedades imperiais, a Quinta da Boa Vista e a Fazenda Real no Curato de Santa Cruz. Noronha Santos (1934) relata que ao longo desse caminho existiam quatro pontos de hospedagem para os viajantes: o primeiro, na localidade denominada *Campinho*, próximo ao atual bairro de Madureira; o segundo, no *Realengo do Campo Grande*; o terceiro, na *Venda do Santíssimo*; o quarto na *Fazenda do Mato da Paciência*. Essas localidades adquiriram, ao longo dos séculos XIX e XX, as características urbanas que apresentam nos dias atuais: Madureira assumiu uma feição predominantemente comercial, enquanto Santíssimo e Paciência se transformaram em localidades tipicamente residenciais. Por sua vez, Realengo atravessou um processo de urbanização singular em relação a esses e a outros bairros da cidade, transformando-se, a partir da segunda metade do século XIX, de um povoado agrícola em uma localidade militar, residencial e industrial (Fridman, 1999).

As terras da localidade foram doadas como sesmaria[8], em 1805, a Ildefonço de Oliveira Caldeira, o Visconde de Gericinó. Porém, poucos anos depois, foi constatado que para obtê-las, Caldeira havia ludibriado os oficiais da Corte responsáveis pelas demarcações, além de realizar negociações não autorizadas com as terras[9]. Foi então expedido pela Coroa um alvará anulando a doação da sesmaria e concedendo-a à Câmara

---

[7] Esses sentidos podem ser reconhecidos, por exemplo, nos dois trechos seguintes: "(...) a sua costa sul tem uma grande enseada, que faz diversos ancoradouros, dos quais o principal e mais frequentado é chamado Porto Velho. O seu terreno é todo *realengo*, aforado aos seus habitantes" (Neves, 1830); "*(...) las palabras real y realengo, aunque que definidas ordinariamente lo que pertenece ao Rey, tienen aplicacion diferente, porque la segunda solo es propria de la jurisdicion, territorio ó patrimonio del Rey*" (Dicionário Marítimo Espanhol, 1831).

[8] Regime jurídico de doação de terras para cultivo, em vigor durante o Período Colonial. Desde o início da colonização, a Coroa Portuguesa decidiu que todas as terras brasileiras pertenceriam ao rei, e, portanto, poderiam ser objeto de concessões de sesmarias. Para uma discussão mais extensa do conceito, ver Fridman (1999), ou Nozoe (2006).

[9] Dois trabalhos sobremaneira completos, em relação aos conflitos que envolveram os apossamentos de terras na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro durante os séculos XVIII e XIX, são encontrados em Fridman (1999) e Pedroza (2008).

Municipal. Essa resolução, datada de 27 de junho de 1814, foi transcrita nos *Annaes do Rio de Janeiro* do ano de 1835:

> Dom João por Graça de Deos Príncipe Regente de Portugal e Algarves, &c. Faço saber aos que a presente Carta virem, que sendo-me presente em consulta da Mesa do Paço a obrepção[10] e subrepção[11] com que nos anos de 1805, obteve Ildefonço de Oliveira Caldeira por sesmaria aos terrenos denominados - realengos - na fazenda do Campo Grande do termo desta Cidade, que estavam de subidos tempos reservados para a pastagem de gado que desce de serra acima para os açougues dela; reduzindo-se a última evidência a torpeza e indignidade com que para consegui-las foram manobradas as diligências precisas perante os oficiais da Câmara daquele ano, que iludidos pela sinistra informação do capitão do distrito Manoel Joaquim de Souza as julgaram devolutas, manifestando-se por isso aquela simulada venda que dela fez logo o sobredito Caldeira a D. Francisca de Castro, o impudente conluio com que foram impetradas. Constatando-se outro sim o grave prejuízo que á saúde destes povos pode vir da falta de hum pasto publico, onde descansem os gados destinados para o seu sustento. Tendo ainda consideração ao mais que com a informação do Juiz dos Feitos da Coroa Real e Fazenda, se expôs na referida consulta com cujo parecer me Dignei conformar por minha imediata Resolução de 6 de maio do presente ano: hei por bem declarar nula e de nenhum efeito a sobredita sesmaria, e sua confirmação; e sou outro sim servido conceder as terras dessa nula sesmaria á Câmara dessa Cidade como realengo, para depósito, descanso e pastagem dos gados que se conduzirem para abastecimento e sustentação dos moradores dela, ou sejam dos contratadores e mercantes respectivos, onde quaisquer outros condutores, fazendeiros e viandantes, sem delas se poder fazer algum outro uso, nem

---

[10] *Obrepção*: ardil para conseguir aquilo que não é fácil obter pelos meios ordinários; astúcia; manha; dolo; logro, engano. Verbete *Obrepção, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, 2009. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal= *obrepcao*>. Acesso em 16 de abril de 2009.

[11] *Subrepção*: graça conseguida por meio de uma falsa exposição ou por meios ilícitos; fraude ou surpresa feita a um superior; subtração. Verbete *Subbrepção, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, 2009. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal= *subrepcao*>. Acesso em 16 de abril de 2009.

> em tempo algum se poderem aforar, arrendar, vender, ou por qualquer maneira alienar debaixo da pena de nulidade, ficando os oficiais da Câmara obrigados a fazer também medir e demarcar as ditas terras na forma das Leis expedida para os tombos do Conselho, e a trazê-las limpas como convém. Pelo que mando aos Ministros, justiças e mais pessoas a quem tocar cumpram e façam cumprir esta Carta, que por firmeza do referido mandei passar por mim assinada e selada de meu selo pendente, assim com nela se contém. Pagou de novos direitos 540 réis; que se carregarão ao tesoureiro deles a fl 92 do livro 3º de sua receita como se vê do conhecimento assinado a fl 35 do livro 8 dos registros gerais. Dada no Rio de Janeiro, aos 27 de junho de 1814. O príncipe com guarda. João Pedro Maynarde da Fonseca, a fez escrever. Monsenhor Miranda, Francisco Antonio da Silveira.[12]

Após retomadas, as terras foram cedidas pela Coroa Portuguesa à Câmara Municipal e reservadas para criação de gado[13], preservando-se, entretanto, as propriedades de alguns antigos ocupantes, localizadas ao longo da antiga estrada Real de Santa Cruz. A esses últimos foi imposta, pelo *Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos* de 18 de março de 1821, a obrigação de cultivarem um pedaço de terra de seis braças de frente e dezoito de fundo, conservando-o limpo e com plantações nos terrenos que já tivessem sido tratados. Esse encargo deveria ser passado aos futuros proprietários, e em caso de desrespeito ao aviso, a pena consistiria na obrigação de lavrar uma parte extra das terras, além do pagamento de multa equivalente a 100 réis por braça, que seria revertida para as obras do hospital militar da cidade.

Após a Independência, o Ato Adicional de 1834 reformou a antiga Constituição do Império Português. Entre outras medidas, encontrava-se a desvinculação da Cidade do Rio de Janeiro da província que até então trazia o mesmo nome, tornando-a uma unidade distinta denominada *Município Neutro*[14]. Assim, a Câmara do Município Neutro se tornou titular do patrimônio da cidade, que incluía as vastas extensões de terras no Realengo.

---

[12] Balthazar da Silva Lisboa. *Anais do Rio de Janeiro*, Tomo V, 1835. Preservada a ortografia original.

[13] Resolução de 27 de junho de 1814, transcrita nos *Anais do Rio de Janeiro*, Tomo V, 1835, de Balthazar da Silva Lisboa.

[14] Sucessivamente denominado *Distrito Federal* (1891), após a Proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891; *Estado da Guanabara* (1960), após a transferência da Capital Federal para Brasília; e *Município do Rio de Janeiro* (1974), após a fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro.

Cabe assinalar que, além dessas, também se incluíam nesse patrimônio terras e imóveis localizados na sesmaria de Estácio de Sá, doada em 16 de julho de 1565, e na sesmaria dos Sobejos (de "sobras") situada entre a sesmaria de Estácio de Sá e o mar - a faixa de terrenos de marinha, desde a praia do Flamengo até a Saúde, atualmente de propriedade da União Federal. Ainda nos dias atuais, permanece registrado no Regulamento-Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro[15] que:

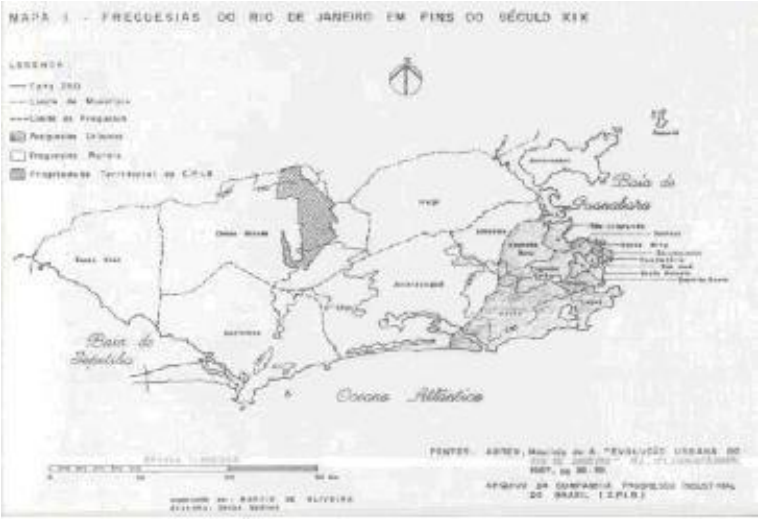
> Artigo 213 - Constituem patrimônio do Município do Rio de Janeiro os seus direitos, os seus bens móveis e imóveis e a renda proveniente do exercício das atividades de sua competência e da exploração dos seus serviços.
>
> Parágrafo Único - O patrimônio imobiliário do Município é constituído, entre outros, por bens imóveis do antigo Estado da Guanabara, nos termos do Artigo 13 da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, incluindo-se:
>
> (...)
>
> 5. O domínio direto sobre os imóveis aforados nas áreas das Sesmarias da Cidade do Rio de Janeiro, a saber:
>
> (...)
>
> c. Sesmaria chamada *Realenga*, doada à Cidade do Rio de Janeiro por Carta firmada por D. João VI em 27 de junho de 1814.

A partir da segunda metade do século XIX novas propriedades foram adquiridas pela União nas áreas vizinhas a Realengo, como as fazendas Sapopemba e Afonsos, principalmente por interesse do antigo Ministério da Guerra. As propriedades públicas na região, que no início do século XX atingiam 4,1 quilômetros quadrados (Fridman, 1998), foram em grande parte, ao longo do tempo, transferidas para particulares, subdivididas ou simplesmente ocupadas ilegalmente. Atualmente, as terras constituem os bairros de

[15] Decreto nº 3.321, de 18 de setembro de 1981. *Aprova o regulamento-geral do código de administração financeira e contabilidade pública do município do Rio de Janeiro*.

Realengo, Coronel Magalhães Bastos, Vila Militar de Deodoro, Jardim Novo, Marechal Mallet, Campo dos Afonsos e Sulacap, fazendo parte da XXXIII Região Administrativa do município do Rio de Janeiro.

Figura 2 - Freguesias do Rio de Janeiro, no final do século XIX.



Território do Rio de Janeiro, segundo a antiga divisão administrativa. Fonte: ABREU, Evolução Urbana do Rio de Janeiro, 1987.

O desenvolvimento do bairro durante o século XX será assunto dos capítulos seguintes. É curioso destacar que, desde o ano 2002, passou-se a comemorar o aniversário de Realengo[16] com uma programação festiva. Dados os eventos narrados, o ano de 1814 pode ser considerado um marco de sua história, como referência à resolução que anulou a sesmaria de Ildefonço Caldeira e preservou a dos demais ocupantes.

1.2. Os militares no Realengo do século XIX

Pelas razões vistas acima, o ano de 1814, data de referência dos primeiros registros de propriedades no Realengo, pode ser considerado um marco histórico na criação do bairro. Nessa ocasião, suas terras estavam destinadas às atividades agro-pastoris. Contudo, ao final do século XIX, grandes áreas da região já se encontravam ocupadas por instalações do Exército, que determinaram a configuração do bairro e

[16] Lei Municipal nº 3.483, de 20 de dezembro de 2002. *Institui a Semana de Realengo na forma que menciona*. Criada a partir do Projeto de Lei nº 2.138/2000, apresentado pelo vereador Rubens Andrade, do Partido Socialista Brasileiro.

exerceram o papel de agente modelador do espaço urbano. Esse processo de transformação é apresentado no texto em seguida, que busca reunir elementos que expliquem 1) as razões da constituição das áreas militares em Realengo, e 2) qual a influência dessas áreas no desenvolvimento e na configuração da localidade e suas adjacências.

1.2.1. A Escola Geral de Tiro do Campo Grande (1857 - 1890)

Anulada a sesmaria dos terrenos realengos, grande parte das terras da região voltou a ser propriedade do poder público - da Câmara da Província do Rio de Janeiro, até 1834, e da Câmara do Município Neutro, após essa data. Em 1852, os campos de Realengo foram utilizados para realização de testes com foguetes fabricados no Laboratório Pirotécnico do Campinho[17], uma dependência do Arsenal de Guerra da Corte que, durante a segunda metade do século XIX, produzia explosivos e munições para uso das tropas do Exército. Devido ao sucesso das experiências, foi logo em seguida nomeada uma comissão para escolher na região um local próprio para instalação de uma linha de tiro, que servisse de modo regular àqueles exercícios. Definida a zona adequada, foi firmado um acordo, em 1857, no qual a Câmara Municipal cedeu parte das terras ao Ministério da Guerra, que manifestava o interesse de estabelecer também uma escola militar na localidade. Os amplos espaços disponíveis, próprios para a realização de exercícios de tiro, e a então recente chegada da estrada de ferro D. Pedro II foram alguns dos fatores considerados para escolha do local. Ainda no ano de 1857 iniciaram-se obras para abertura de um campo de tiro e adaptações para que um edifício servisse como quartel para a recém criada Escola Geral de Tiro do Campo Grande[18].

> Procurou-se por muito tempo achar, nas immediações da côrte, alguma localidade com espaço, que oferecesse desenvolvimento longitudinal suficiente para os grandes alcances; e os que erão examinados não offerecião as condições necessarias, nem quanto á sua extensão, nem quanto á sua posição do ponto de vista da distancia, e facilidade de comunicação: hoje, a abertura ao transito publico da estrada de ferro de D. Pedro II, resolveu a difficuldade, e decidio a escolha do indicado

[17] Anuário da Escola Militar, 1914, p. 21.
[18] Relatório do Ministro da Guerra Jeronymo Francisco Coelho, 1857, p. 43.

> lugar, estabelecendo-se a Escola de Tiro no campo denominado - Realengo - foreiro á [I]ma câmara municipal da corte, com quem o governo entrou em prévio acordo.[19]

A criação da Escola de Tiro do Campo Grande coincide com a fase de ampliação e profissionalização (Castro, 1995) em que o ensino militar ingressou na década de 1850. Entre essas mudanças relaciona-se a criação, em 1851, dos cursos de cavalaria e infantaria no Rio Grande do Sul, além de cursos preparatórios[20] para os candidatos ao ingresso na Escola Militar, estabelecimento de formação de oficiais do Exército Brasileiro que funcionava, desde 1810, no Largo Real da Sé Nova (atualmente, Largo de São Francisco de Paula). Nesse contexto, a Escola de Tiro se inseria no movimento de valorização dos conteúdos profissionais do ensino militar[21], e sua instalação em Realengo tornou-a a primeira organização militar a ocupar a atual Zona Oeste[22] da cidade do Rio de Janeiro, precedendo o deslocamento de grandes efetivos do Exército e a constituição de uma área militar na região.

A escola funcionou provisoriamente durante dois anos, até ter sua criação aprovada[23] e regulamentada[24]. Sua função idealizada era proporcionar aos oficiais a oportunidade de adquirir conhecimentos teóricos e práticos para dirigir os soldados nos exercícios de tiro[25], de modo a generalizar e padronizar entre as tropas do Exército os

---

[19] Idem.

[20] A *Escola de Aplicação do Exército* foi criada para atender a previsão feita no Decreto nº 634, de 20 de setembro de 1851, e regulamentada pelo Decreto nº 1.536, de 23 de janeiro de 1855.

[21] A descrição mais completa das transformações que a Escola Militar atravessou durante os séculos XIX e XX é, provavelmente, a obra de Jehovah Motta (1976), na qual também se encontra ampla discussão sobre a questão da valorização dos conteúdos profissionais do ensino militar. No que se refere ao presente trabalho, as referências a esses assuntos estão circunscritas ao máximo às suas ligações com os estabelecimentos de ensino instalados em Realengo.

[22] Nessa oportunidade, a atual Zona Oeste correspondia aos domínios das chamadas *freguesias rurais* (Guaratiba, Jacarepaguá, Santa Cruz e Campo Grande). Em 1918, no governo do prefeito Amaro Cavalcanti, foi criada uma zona rural no território composto anteriormente pelas freguesias rurais. Lucena (2009) afirma que essa proposta correspondia a um projeto político de constituição de um cinturão agrícola, para promover no Distrito Federal um mercado próprio, onde a abundância e facilidade de transporte proporcionasse a redução de preços dos alimentos.

[23] Lei nº 1.114, de 27 de setembro de 1860. *Fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1861/1862*. Ficou aprovada, conforme o Artigo 6º, a criação da Escola de Tiro estabelecida no Campo Grande, e autorizado o Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra a despender a quantia de 302:787$700 com sua instalação.

[24] Decreto nº 2.422, de 18 de maio de 1859. *Aprova o regulamento para a Escola Geral de Tiro do Campo Grande*.

[25] Decreto nº 2.422, de 18 de maio de 1859. Aprova o regulamento para a Escola Geral de Tiro do Campo Grande. Parágrafo 4º, artigo 7º.

procedimentos de manuseio dos armamentos. Segundo o regulamento da época[26], cada uma das unidades militares do país deveria enviar para a Escola de Tiro um oficial subalterno, oficiais inferiores e cadetes, a fim de serem instruídos durante um ano e regressarem após esse período aos respectivos quartéis, para difundir os conhecimentos recebidos[27].

> No lugar denominado o Campo Grande, a cinco leguas e meia de distancia, nos arrabaldes dessa côrte, tem o governo resolvido a construcção de diferentes obras para ali se estabelecer uma Escola de Tiro, especialmente destinada para o manejo e exercicios das bocas de fogo de toda a especie; e bem assim para a pratica do tiro das armas especiaes modernas. Nella terão de praticar officiaes e praças do exercito, e os alumnos da escola militar e de applicação. No dito campo já está aberta a nova linha de tiro, de extensão excedente a mil braças, e trata-se agora de limpa-la, aplaina-la e aperfeiçoa-la. Para quartéis da officialidade e mais praças, comprou ali o governo um predio novo, espaçoso e solidamente construído, pela quantia de 17:000$000. Terão ainda de fazer-se varias outras obras indispensaveis aos differentes misteres do serviço desta Escola de Tiro.[28]

Grande parte dos efetivos militares brasileiros, tanto durante o Período Colonial quanto no Império e na República, estava concentrada no Rio de Janeiro, fato que pode ser associado às primeiras necessidades de defesa do litoral e ao destaque da cidade no cenário geopolítico nacional até a inauguração de Brasília, em 1961. Os aquartelamentos, até a segunda metade do século XIX, encontravam-se distribuídos entre a região do Centro e as fortificações construídas na entrada da baía de Guanabara, no atual bairro da Urca. Como exceção, aparece o antigo forte de Nossa Senhora da Conceição do Campinho, localizado no desfiladeiro do Irajá, nos limites das Freguesias de Nossa Senhora da Apresentação do Irajá e de Nossa Senhora do Loreto de Jacarepaguá[29]. Nesse local, no início da década de 1850, foi instalado o Laboratório Pirotécnico do Campinho, que, embora não se

[26] Relatório do Ministro da Guerra Jeronymo Francisco Coelho, 1857, p. 43.
[27] Relatório do Ministro da Guerra Luis Alves de Lima e Silva, 1860, p. 8.
[28] Relatório do Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho, 1857, p. 43.
[29] Atualmente, correspondendo às Regiões Administrativas de Jacarepágua e Irajá.

constituísse propriamente em um quartel, encontrava-se sob administração do Ministério da Guerra. Assim, a criação da Escola de Tiro e o consequente deslocamento de tropas para o Realengo exigiram uma série de investimentos, não apenas para a execução de obras de interesse direto da instrução militar, como a construção de quartéis, paióis, fortificações e linhas de tiro, mas também para a implantação de uma infraestrutura urbana que atendesse a população deslocada para a localidade. A realização dessas obras, que incluíram medições de terrenos, abertura e calçamentos de ruas, canalização de água potável, drenagem de águas pluviais e iluminação, foi incrementada a partir do final da década de 1860[30].

Quanto a esse ponto, é importante lembrar que, até meados do século XIX, a inexistência de grandes estruturas urbanas na periferia da cidade do Rio de Janeiro não estava circunscrita ao Realengo. A cidade dessa época ainda era modesta, fato atribuído por Abreu (1997), em grande parte, à inexistência de transportes coletivos. Apenas em 1858 foi inaugurada a primeira ferrovia[31], e, em 1868, a primeira linha de bondes[32], inicialmente à tração animal e depois movidos à eletricidade. A chegada desses meios de transporte tornou possível a expansão da cidade, julgada necessária já no final do século, quando a região do Centro e seu entorno imediato foram considerados saturados[33].

Tornou-se então necessária a ocupação de outras áreas, entre as quais os campos do Realengo, que, assim como os de outras *freguesias rurais*, eram encarados como uma "reserva" para a expansão da cidade. Em 1862, poucos anos após a criação da Escola de Tiro, já era registrada uma representação dirigida à comissão de assembléias provinciais da Câmara Municipal, na qual moradores do Realengo requeriam a criação de uma nova freguesia, por meio da separação de suas terras das freguesias de Irajá e Campo Grande[34].

---

[30] Apenas após a implantação da Escola de Tiro é que passam a ser observadas destinações de verbas para obras públicas no Realengo, encontrando-se as mais antigas referências à localidade entre as seguintes:

- Decreto nº 4.308, de 30 de dezembro de 1868. *Orça a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal da Corte para o ano de 1869*.
- Decreto nº 4.661-A, de 31 de dezembro de 1870. *Orça a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal da Corte para o ano de 1871*.

[31] Em 29 de março de 1858 foi inaugurada a primeira ferrovia partindo da cidade, a *Estrada de Ferro de D. Pedro II*, denominada, após 22 de novembro de 1889, de *Central do Brasil*. Na mesma ocasião, foram inauguradas as estações da *Central* (então *Pedro II*), *Engenho Novo* (então *Venda Grande*) e *Cascadura*. (Conforme Barata, disponível em <www.ids.org.br/files/Cronologia_I.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2009).

[32] A inauguração da primeira linha de ferro-carris da *Botanical Garden* ocorreu em 9 de outubro de 1868, realizando o trajeto entre o ponto inicial na esquina da rua Gonçalves Dias com a rua do Ouvidor e o Largo do Machado. (Conforme Barata, disponível em <www.ids.org.br/files/Cronologia_I.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2009).

[33] Conforme a Nota Técnica nº 5: Rio Estudos nº 95, p. 14. Março 2003. Disponível em <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/ >. Acesso em 12 de agosto de 2009.

[34] *Anais do Parlamento*, sessão de 13 de maio de 1862.

A solicitação foi recusada, já que moradores da freguesia de Irajá protestaram contra o desmembramento do território[35]; mas isso também pode indicar que a região não reunia ainda um número expressivo de habitantes.

Essa disponibilidade de espaço na região do Realengo mostrava-se adequada aos objetivos do funcionamento da Escola de Tiro. Somando essa condição ao fato de que grande parte dos terrenos da região já constituíam propriedades públicas - minimizando eventuais custos para adquiri-los - foram iniciadas obras para construção das instalações que possibilitassem a realização das atividades previstas em seu regulamento. Em 1864 foi concluída a construção da linha de tiro[36] e das obras de drenagem para desvio das águas pluviais que pudessem prejudicar a sua conservação. Também foi contratada a abertura de uma espaçosa praça contígua à escola, com a finalidade de servir para a prática de exercícios militares[37]. No mesmo ano essa praça foi construída, com a dimensão de 2.500 braças quadradas, e passou a ser utilizada para a execução de manobras e exercícios pelos alunos da Escola Tiro, da Escola Militar e do 7º Batalhão da Guarda Nacional[38], que então ocupava uma das dependências do aquartelamento. Como as características do local foram consideradas favoráveis para o desenvolvimento dos exercícios, a praça foi ampliada para 5.000 braças quadradas, e canalizado o riacho que a atravessava ao meio[39].

O impulso inicial das obras e das atividades de instrução na Escola de Tiro precisou ser interrompido em 1865, devido ao início do conflito entre o Brasil e o Paraguai. No final de 1864, foi recebida uma ordem do governo[40] para fechamento dos estabelecimentos militares de ensino no país, entre os quais a Escola Militar, a Escola Preparatória e a própria Escola de Tiro, pois os alunos desses estabelecimentos, com exceção dos menores de idade, deveriam retornar aos seus quartéis a fim de participar do esforço de guerra. Embora essa decisão tenha chegado a ser executada, uma nova ordem[41] determinou que fossem reabertas as aulas da Escola Preparatória, que permaneceu em atividade durante o ano de 1865. Entretanto, na Escola de Tiro, assim como na Escola

---

[35] *Anais do Parlamento*, sessão de 3 de setembro de 1862.
[36] Aviso do Ministério da Guerra de 28 de julho de 1863, expedido pela 3ª Diretoria.
[37] Relatório do Ministro da Guerra José Mariano de Mattos, 1863-2, p. S3-12.
[38] Decreto nº 4.261, de 15 de outubro de 1868. *Divide em dois o 7º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do Município da Corte*. O primeiro, com a designação de 7º e o número de seis companhias, tinha por distrito as freguesias de Irajá, Jacarepaguá, e Campo Grande até o Realengo; e o segundo, com igual número de companhias e a designação de 8º, seria formado nas freguesias de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.
[39] Relatório do Ministro da Guerra José Egydio Gordilho de Barbuda, 1864, p. S5-9.
[40] Aviso da repartição do Ajudante-General, ofício de 22 de dezembro de 1864.
[41] Aviso da 1ª Diretoria Geral do Ministério da Guerra, 9 de janeiro de 1865.

Militar, as atividades foram efetivamente suspensas pelo período de cinco anos. No Realengo permaneceram apenas dois alferes e um destacamento de 20 praças do Batalhão de Engenheiros, comandados por um segundo tenente[42], para realização de trabalhos de manutenção da área. Nos anos seguintes, nenhuma nova obra foi iniciada, sendo realizados somente pequenos reparos para conservação da escola, reconstruções de madeiramento e vigamentos arruinados, e o escoramento de edifícios que ameaçavam desabar[43].

Fugiria aos objetivos deste trabalho abordar com maior precisão os cinco anos do conflito com o Paraguai ou suas repercussões mais amplas no cenário político, social e econômico nacional. Mesmo em relação às suas consequências para as reformulações do Exército, é suficiente observar que, ao término da guerra, surgiu entre os militares a expectativa de que a instituição atravessaria uma fase de desenvolvimento, que envolveria a sua modernização em diversos sentidos: na administração, nos equipamentos e armamentos utilizados, no processo de recrutamento e no ensino militar. Os parâmetros dessas mudanças seriam a experiência própria da campanha contra os paraguaios e a observação das práticas adotadas pelos exércitos dos países europeus, particularmente dos envolvidos no conflito franco-alemão de 1870. Assim, na fase pós-guerra foi adotado um programa de modernização assentado em três pontos: o desenvolvimento da instrução militar, a reforma das normas de recrutamento e a modernização do armamento[44]. Quanto a esse último, as providências adotadas envolviam estudos para aquisição de novas armas, atribuição desempenhada pela *Comissão de Melhoramentos de Material do Exército*, entidade existente desde 1849 e que obtinha relevância no contexto das reformas da década de 1870. Tendo como atribuição examinar os melhoramentos tecnológicos realizados pelos países considerados mais adiantados em relação aos materiais bélicos e propor a aquisição daqueles que conviesse adotar, a comissão passou a utilizar com frequência a linha de tiro do Realengo, realizando testes com os armamentos que equipariam o Exército nas décadas seguintes: as carabinas belgas *Comblain*, para a infantaria, as baterias de artilharia de origem alemã *Krupp* e as espingardas francesas *Chassepots*. Também foram realizadas experiências de desenvolvimento de materiais de fabricação nacional, como o foguete *Martins*, de invenção do alferes da guarda nacional Carlos Augusto Rodrigues Martins[45].

[42] Relatório do Ministro da Guerra José Egydio Gordilho de Barbuda, 1864, p. S2-4.
[43] Relatório do Ministro da Guerra José Egydio Gordilho de Barbuda, 1870, p. 29.
[44] Relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1873, p. 3.
[45] Relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1872, p. 5.

A substituição dos antigos armamentos pelos mais modernos, adquiridos na Europa, exigia a formação de militares habilitados, tanto para o manuseio quanto para o ensino do manejo das novas armas, o que determinou a reabertura da Escola de Tiro. Porém, o recomeço das atividades de instrução no Realengo exigia a recuperação das instalações, inativas já por sete anos. Dependentes de verbas, apenas em 1872 as obras foram retomadas, coordenadas pela Diretoria Geral de Obras Militares da Corte[46].

Também seriam promovidas alterações nas instituições de ensino militar, e, para adaptar a Escola de Tiro ao contexto dessas mudanças, foi proposto um novo projeto de regulamento[47], prevendo a reorganização do seu funcionamento e de sua subordinação administrativa, desligando-a da Escola Militar e passando a considerá-la uma dependência do Comando Geral da Artilharia[48]. Esse, talvez, tenha sido um artifício para destacar o caráter prático e profissionalizante da escola, aproximando-a mais dos corpos de tropa do que dos estabelecimentos de ensino. O novo regulamento, mais completo e detalhado do que o anterior, também deixava bem definidas as funções dos diversos empregados da administração e instrutores, limitava o tempo de ensino e criava conselhos de disciplina, de instrução e de economia.

Além da reorganização administrativa, foi percebida a necessidade de realização de obras para atender às novas atribuições da escola. Apesar dos investimentos realizados até então, os alojamentos eram precários para a acomodação dos alunos, empregados e praças dos destacamentos, e a linha de tiro insuficiente para as experiências com as armas mais modernas, especialmente as de artilharia, que já atingiam distâncias consideráveis. Para possibilitar a expansão das áreas da escola, foram realizados levantamentos e avaliações para a aquisição de novos terrenos na região[49].

O novo regulamento da Escola de Tiro entrou em vigor em 1873[50], sendo mais abrangente do que o anterior em diversos aspectos, inclusive em relação à determinação sobre quais militares deveriam frequentá-la para receber suas instruções. Agora, o curso da escola, de um ano de duração, deveria ser realizado por oficiais, inferiores e cadetes das três armas, além das praças dos destacamentos sediados no próprio estabelecimento. A

---

[46] Relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1871-2, p. A-L-SN.
[47] Relatório do Ministro da Guerra José Maria da Silva Paranhos, 1871-1, p. 38.
[48] Decreto nº 5.122, de 24 de outubro de 1872. Também são encontradas referências a esse assunto no relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1871-2, p. A-J-2.
[49] Relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1872, p. 18 e seguintes.
[50] Decreto nº 5.276, de maio de 1873. *Aprova o novo regulamento para a Escola Geral de Tiro do Campo Grande*.

escola deveria, ainda, completar e aperfeiçoar a instrução dos alunos que concluíssem o curso de qualquer uma das três armas do Exército (na época, infantaria, cavalaria e artilharia) nas duas escolas militares do Império, habilitando-os na teoria e na prática do tiro com armamento. Com a proposta de obter uma maior regularidade no ensino e torná-lo mais especializado, os alunos passariam a ser divididos em duas turmas, uma de artilharia e outra de infantaria e cavalaria, que estudariam os armamentos correspondentes. No currículo da primeira, constava o manejo dos canhões raiados *La Hitte* de calibres 4 e 12 de campanha, calibre 4 de montanha e do canhão *Whitworth*, calibre 12. Para a segunda, seriam ensinados as nomenclaturas, o manejo e o uso das armas leves *Comblain*, *Spencer*, *Chassepot* e *Winchester* e das pistolas *a Minié*.

Os testes e exercícios com armamentos se tornaram constantes no Realengo, e em pouco tempo, a extensão da linha de tiro, principal área de instrução, tornou-se insuficiente para o alcance atingido pelos novos armamentos. Para superar esse problema, sua extensão foi ampliada, e sua estrutura acrescida de instalações próprias para as experiências e exercícios de tiro: foram construídas duas casas blindadas, um miradouro, um *blockhauss* e espaldões[51]. Os edifícios da escola também passaram por melhoramentos: no flanco direito foi construído um novo alojamento para os alunos, e para as praças do destacamento foi destinado o flanco esquerdo. Foram construídas, ainda, uma enfermaria e uma farmácia, que atendiam, além dos alunos, as praças dos destacamentos, os oficiais da escola e as pessoas de suas famílias, uma vez que não existia nenhum outro serviço de saúde na região[52].

Em relação ao desenvolvimento da localidade, assinala-se que no início da década de 1870 a Câmara Municipal dividiu os terrenos que ainda lhe pertenciam em ruas, praças e lotes, canalizando água e melhorando as condições de urbanização (Fridman, 1998). Atendendo uma representação de moradores do bairro, dirigida ao Ministério do Império, foi criada também a primeira escola pública da região, destinada à instrução primária de meninos[53].

---

[51] Posições fortificadas, construídas junto às áreas de exercícios de tiro ou com explosivos, para proporcionar segurança aos atiradores ou observadores.
[52] Relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1873, p. 43.
[53] Decreto nº 4.782, de 30 de agosto de 1871. *Cria mais uma cadeira pública de instrução primária para o sexo masculino nas Freguesias de Campo Grande e de Jacarepaguá*.

Quanto ao ensino nas demais escolas militares, o regulamento só foi efetivamente modificado em 1874[54]. Em linhas gerais, constaram dessa reforma a transferência da administração da Escola Central para o Ministério do Império, desligando-a do ensino militar; o deslocamento da Escola Militar do Largo de São Francisco para a fortaleza da Praia Vermelha, concentrando ali as matérias teóricas e práticas voltadas para a formação dos quadros de oficiais, com o funcionamento anexo do curso da *Escola Preparatória*; e a instrução militar básica passou a ser ministrada nos *Depósitos de Instrução* e *Escolas Regimentais*, destinados à instrução das praças.

Em 1874, o exército contava com um efetivo de 14.581 praças e 1.474 oficiais. A diversidade dos modelos de armamento adotados por esse contingente pode ser observada na descrição dos armamentos empregados nas instruções da Escola de Tiro: as turmas de infantaria e cavalaria realizavam exercícios com as clavinas *Winchester* e *Spencer*, espingardas *a Comblain* e *a Minié*, e com pistolas. As turmas de artilharia, com canhões dos sistemas *la Hitte*, calibre 4 de montanha, calibres 4 e 12 de campanha, *Krupp* de 0.08, *Whitworth* de calibre 32 e com o morteiro de 0,22, além de foguetes de cauda central. Assistiam, ainda, às experiências e estudos feitos pela Comissão de Melhoramentos de Material com os canhões do sistema *Whitworth* de 4 polegadas de carregamento pela boca e pela culatra, com metralhadoras, com espoletas, e sobre as características dos diferentes tipos de pólvora, além de receber instrução relativa às armas portáteis. Na região também passaram a ser realizados exercícios militares por outros contingentes de tropas, que se exercitavam no tiro ao alvo com os canhões *Krupp*, *Whitworth* e *Hotchkiss*, com morteiros de 22 cm e com canhões raiados de sistema francês[55].

A importância conferida à execução das obras no Realengo e, consequentemente, à instrução prática de tiro e à consolidação da região como uma área militar pode ser avaliada pelas despesas realizadas. O custo das obras realizadas na localidade, entre 1875 e 1876, elevavam-se a 610:428$423. Comparativamente, os gastos somados em todas as demais províncias para conserto de quartéis, fortalezas e outros edifícios, durante o mesmo período, atingiram 591:317$892[56]. O custo para implantação de todas essas mudanças era elevado, e a crescente inflação das décadas de 1870/80, impulsionada pelos gastos dos seis anos de guerra, havia aumentado vertiginosamente a dívida externa brasileira (Silva Neto, 2004), obrigando o governo a adotar providências para redução de despesas. Entre essas

[54] Decreto nº 5.529, de 17 de janeiro de 1874. *Aprova o regulamento para as escolas do Exército*.
[55] Relatório do Ministro da Guerra Luis Alves de Lima e Silva, 1876, p. 28.
[56] Relatório do Ministro da Guerra Luis Alves de Lima e Silva, 1876, 1876-1, p. 38.

medidas, decidiu-se pela dissolução da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército[57], cujas atribuições passariam a ser desempenhadas por comissões de oficiais das armas científicas (engenharia e artilharia) com conhecimentos adequados, que seriam convocados quando houvesse a necessidade de proceder estudos sobre novas invenções ou aperfeiçoamentos no material bélico. Estas comissões seriam transitórias, e delas deveriam participar profissionais como os diretores da Fábrica de Pólvora da Estrela, do Laboratório do Campinho e do Arsenal de Guerra da Corte. Com essa medida, o que se pretendia era possibilitar a continuidade dos trabalhos de avaliação dos novos materiais sem acarretar aumentos de despesa, pois esses encargos seriam exercidos independentemente do pagamento de abonos ou outras vantagens aos oficiais.

Em 1878 foi inaugurada a estação de Realengo, aumentando a facilidade de acesso pela linha férrea[58]. As condições de espaço disponíveis na localidade, somadas à estrutura já estabelecida na Escola de Tiro, faziam com que as áreas do Realengo fossem consideradas cada vez mais adequadas para a realização de manobras militares. Para atender às necessidades de receber e alojar os militares que participavam desses exercícios, foi autorizada a execução de uma nova série de obras, entre as quais a construção de um depósito de água, um armazém para pólvora e o aumento do edifício que acomodava a farmácia, sendo também realizadas obras no próprio nacional destinado à residência do comandante e reformados os alojamentos para os oficiais[59]. Em 1881[60], foi construído um novo quartel, com acomodações para 80 alunos, reconstruídos o muro e o gradil da linha de tiro, e reformadas as cavalariças. Também foi autorizada a criação de uma pequena biblioteca para uso dos instrutores e dos alunos, sendo providenciada a aquisição de livros.

Apesar de todos esses melhoramentos, o Ministério da Guerra julgava insuficiente o desenvolvimento da Escola de Tiro em relação às suas possibilidades de apoio à formação dos oficiais do Exército, passando a considerar a necessidade de realizar uma nova reforma do seu regulamento. Pela nova proposta, a escola teria como função complementar o ensino da Escola Militar da Corte, ao qual se atribuía deficiência nos aspectos práticos, inclusive no estudo do tiro das diferentes armas em uso.

---

[57] Relatório do Ministro da Guerra Manuel Luis Osório, 1877, p. 15.
[58] Conforme Barata, disponível em <www.ids.org.br/files/Cronologia_I.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2009.
[59] Observe-se a importância conferida ao espaço como mecanismo disciplinar (Conforme Foucault, 1985), bem como a associação entre disciplina e higiene.
[60] Aviso de 3 de agosto de 1881. Relatório do Ministro da Guerra Franklin Américo de Menezes Dória, 1881, p. 22.

O principal aspecto dessa proposta de reforma era introduzir a obrigatoriedade de que os alunos da Escola Militar, ao concluírem o curso das armas de infantaria, cavalaria ou artilharia, permanecessem por algum tempo no Realengo, a fim de estudar e praticar o uso dos diversos armamentos. Para isso, o regulamento deveria tornar obrigatória a frequência à Escola de Tiro, de modo que o curso da Escola Militar não fosse considerado concluído, e, consequentemente, os alunos não fossem considerados habilitados para concorrerem às promoções da carreira militar caso não possuíssem aprovação nas matérias práticas que lá estudassem.

> A experiência já tem demonstrado a necessidade da reforma do regulamento da Escola de Tiro, com o fim de se dar a esta todo o desenvolvimento necessário, e de modo que seja ela um complemento das escolas militares da corte, as quais faltam os elementos indispensáveis a um estudo prático regular do tiro das diferentes armas usadas no nosso exército. Convém, pois, que os alunos da escola militar, quando tenham concluído o curso das armas de infantaria, cavalaria e artilharia, vão por algum tempo para a dita escola, a fim de, na linha de tiro, estudar e praticar o uso das armas portáteis e das bocas de fogo dos diversos sistemas[61].

Propunha-se, ainda, adotar para a escola o que se achava estabelecido para as escolas militares, relativamente à frequência sem aproveitamento. Caso não fossem aprovados nos exames finais, os alunos teriam o tempo de frequência descontado para os efeitos da carreira, como promoções e reformas. Outra necessidade seria uma mudança relativa à seleção de seus instrutores. A Escola de Tiro era mista, ou seja, de artilharia (armas pesadas) e de armas portáteis. Os alunos recebidos anualmente pertenciam às três armas do exército, enquanto os instrutores eram exclusivamente capitães com o curso de artilharia. Pela nova proposta, os instrutores seriam subalternos das armas que tivessem que instruir, ou de corpos especiais com as habilitações necessárias para a função. A escola também deveria estar preparada a fim de que, em certas épocas do ano, fossem recebidos o corpo de alunos da Escola Militar da Corte e efetivos das três armas do Exército, para a

[61] Relatório do Ministro da Guerra Franklin Américo de Menezes Dória, 1881, p. 22.

realização de grandes manobras. Por fim, com os mesmos objetivos, e seguindo o modelo do Realengo, deveriam ser estabelecidos na província do Rio Grande do Sul um campo de instrução e uma segunda escola de tiro, que servissem para completar o estudo prático dos alunos da escola militar daquela província e também de campo de manobra para as forças ali existentes. Por um lado, todo esse planejamento demonstra a intenção de valorizar a existência da escola; entretanto, parece provável que tenha havido resistências a essa ideia, pois o reduzido número de frequentadores demonstrava a dificuldade de se radicar no exército a convicção de que algum benefício poderia resultar da instrução na Escola de Tiro.

Em consequência dessas discussões, foi nomeada uma comissão de oficiais para estudar e propor uma nova reforma do regulamento[62]. O resultado foi a apresentação de um projeto que propunha a transformação da Escola de Tiro em uma *escola de aplicação* para as três armas do exército, mantendo sua feição de ensino da teoria e prática das armas de fogo. Deveriam frequentá-la os alunos que concluíssem o curso em uma das duas escolas de formação de oficiais do exército, além de praças designados para tal.

O resultado imediato desejado era a elevação do número de alunos na Escola de Tiro, pois estava constatado que, sem a existência da cláusula de frequência obrigatória, permaneceria reduzido o número de matriculados. Disso se queixa o Ministro da Guerra, em seu relatório referente ao ano de 1882[63]:

> Nem os comandantes de corpos se esforçam para ali enviar, em condições convenientes, os oficiais e praças que, segundo o regulamento, devem freqüentá-lo cada ano, nem estes buscam o estudo prático e regular do tiro nas diferentes armas com a solicitude que fora para desejar. Entretanto, a Escola Geral de Tiro do Campo Grande acha-se em condições vantajosas, bem montada a exemplo dos principais estabelecimentos congêneres da Europa e dispondo de todos os recursos para dar impulso a instrução, de que tanto carece o nosso Exército para

[62] Lei nº 3.169, de 14 de julho de 1883. *Regula o preenchimento das vagas, que se abrirem no corpo de estado-maior de 2ª classe até a sua extinção, e bem assim a promoção dos capitães do corpo de engenheiros e dos capitães e tenentes do estado-maior de 1ª classe; amplia o quadro de farmacêuticos do Exército, e dá outras providências*. (...) Art. 3º. Fica autorizado o Governo para rever o regulamento da Escola Geral de Tiro do Campo Grande, aprovado pelo Decreto nº 5.276 de 10 de março de 1873.
[63] Relatório do Ministro da Guerra Carlos Affonso de Assis Figueiredo, 1882, p. 18.

> manejar o excelente armamento a sua disposição nos depósitos e arsenais[64].

Como solução para atrair o interesse dos alunos da Escola Militar, insistia-se na reforma do regulamento de ensino, que converteria a Escola de Tiro em uma escola de aplicação das armas, a qual passaria a constituir parte integrante ou complementar dos cursos das escolas militares da Corte e do Rio Grande do Sul. Propunha-se, ainda, fazer do título de instrutor, conferido pela escola, uma condição para o acesso ao primeiro posto.

Em meio a essas discussões, o ano de 1883 teve ainda como fato extraordinário na rotina da escola a exoneração do seu comandante, o tenente-coronel do estado-maior de 1ª classe Antonio de Senna Madureira, substituído pelo tenente-coronel do estado-maior de artilharia Francisco Antonio de Moura[65]. A exoneração de Sena Madureira e sua transferência para o Rio Grande do Sul teria sido uma punição pelo convite e pela recepção festiva feita na Escola de Tiro ao jangadeiro cearense Francisco do Nascimento, abolicionista que havia se recusado a transportar escravos em Fortaleza. Este episódio agravou a série de desentendimentos entre governo e oficiais do Exército que sobreveio durante o Segundo Reinado, gerando a crise política conhecida como *Questão Militar* (Carvalho, 1990; Schulz, 1994; Castro, 1995), que fortaleceu a campanha republicana.

Mesmo com o destino da Escola de Tiro ainda em discussão, no aspecto material as áreas militares do Realengo continuavam em expansão, recebendo investimentos e melhoramentos. Consta que em 1884 as instalações da Escola de Tiro já eram compostas de salas de aula e estudo, biblioteca, sala d'armas - com 83 modelos diferentes de armas, oficina de armamentos, armazéns para guarda de canhões, metralhadoras e viaturas, um museu de artefatos, depósitos de alvos, oficinas de carpintaria, marcenaria, serralheria, torneiro e forja, paióis para pólvora e munições, cavalariças, enfermaria, farmácia e gabinete de cirurgia. E, ainda, o polígono de tiro, sua principal área de instrução prática, e os edifícios da administração, composta pelo comando, fiscalização e secretaria da escola, além dos alojamentos para os alunos e quartéis para os destacamentos.

A partir da década de 1880, os treinamentos e manobras dos alunos da Escola Militar, do Corpo de Aprendizes Artilheiros, do Batalhão de Engenheiros e de outros

---

[64] Idem.
[65] Relatório do Ministro da Guerra Filippe Franco de Sá, 1883, p. 10.

contingentes da guarnição da Corte passaram a ser realizados regularmente em Realengo[66]. A preferência pela região estava ligada à ponderação de que o ambiente urbano mais próximo ao centro da cidade já não permitia o desenvolvimento dessas atividades. A tentativa de realizar manobras militares em Botafogo[67], em 1886, confirmou a necessidade de que exercícios dessa natureza fossem executados em pontos afastados da cidade. Foram registrados diversos acidentes, alguns fatais, devido à excessiva aglomeração de populares, atraídos pela curiosidade de assistir às manobras militares; às muitas edificações urbanas, sensíveis aos tiros de artilharia; e ao intenso trânsito de veículos na região. Por um lado, a escolha de locais próximos ao Centro atendia à conveniência da redução de despesas com os serviços de fornecimento de suprimentos e transportes, devido à proximidade da Praia Vermelha, onde estava localizada a Escola Militar, e da região do Centro, sede de outros contingentes de tropas. Porém, os acidentes ocorridos demonstraram que os exercícios de tiro, manobras, batalhas simuladas, marchas e acampamentos, embora atendessem à necessidade da execução de instruções práticas no Exército, teriam de ser realizados em pontos afastados da cidade.

Ainda em 1884 foi aprovado o novo regulamento da Escola de Tiro[68], ampliando suas atribuições: além de conservar a finalidade do ensino teórico e prático das armas e da formação de instrutores de tiro, a escola também deveria se tornar uma escola de *tática*, onde seriam desenvolvidos exercícios coletivos de disposição e manobra de tropas e procedimentos de manuseio de armamento nas linhas de combate. Também como parte do incentivo à realização de atividades práticas, o regulamento previa que os alunos, ao final do ano de instrução, visitassem instituições como a Fábrica da Pólvora, os Laboratórios do Campinho e do Castelo, o Arsenal de Guerra e o de Marinha, a Fábrica de Armas da Conceição e as fábricas particulares de fundição, para obter conhecimentos sobre os trabalhos realizados nesses estabelecimentos.

A aprovação do novo regulamento da Escola de Tiro pouco alterou os efetivos a frequentá-la[69], que continuaram pouco numerosos: em 1885, a escola recebeu apenas doze alunos da Escola Militar da Corte, um da Escola Militar do Rio Grande do Sul e 30 praças dos contingentes da guarnição da Corte. Quanto a esses últimos, embora os planejamentos regulassem que a prática de tiro na escola fosse realizada, ao menos, com uma companhia

[66] Relatório do Ministro da Guerra Antonio Eleutherio de Camargo, 1884, p. 14.
[67] Relatório do Ministro da Guerra Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, 1886, p. 19.
[68] Decreto nº 9.259, de 9 de agosto de 1884. *Aprova o regulamento para a Escola Geral de Tiro do Campo Grande*.
[69] Relatório do Ministro da Guerra Antonio Eleutherio de Camargo, 1884, p. 13.

completa de infantaria, o regulamento era constantemente desobedecido, e os soldados enviados sempre em número reduzido, em razão da carga de serviços alegada por seus superiores.

Tabela 1 - Matrículas na Escola Geral de Tiro do Campo Grande.

ANO	MATRICULADOS
1874	63
1875	68
1876	87
1877	64
1878	65
1880	61
1881	47
1882	45
1883	53
1884	74
1885	33
1886	35
1887	74
1888	45

Matrículas na Escola Geral de Tiro do Campo Grande, segundo os dados disponíveis.

Outro problema detectado no regulamento de 1884 era sua divergência em relação às prescrições que regiam o funcionamento das duas escolas militares. Previa-se a frequência na Escola de Tiro pelos alunos que completassem o curso de cavalaria ou de infantaria na Corte ou no Rio Grande do Sul, para que se aperfeiçoassem nos aspectos práticos da instrução militar, que não era convenientemente recebida. Entretanto, os alunos que terminavam o curso na escola da Corte julgavam-no completo, independente da frequência da Escola de Tiro, ao passo que para os alunos da escola do Rio Grande do Sul a frequência era obrigatória para que seu curso fosse considerado concluído. Como solução, o Ministério da Guerra propôs uma nova reforma nos currículos das Escolas Militares, procurando imprimir maior amplitude à parte prática do ensino, ainda considerada deficiente[70].

[70] Relatório do Ministro da Guerra Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, 1886, p. 12.

As ações para consolidar o papel da Escola de Tiro na formação dos oficiais não se restringiu à modificação dos regulamentos. No aspecto material, sua estrutura continuava em crescimento. Foram realizadas novas obras na enfermaria, com a construção de uma sala para tratamento dos oficiais, e instalada uma farmácia em condições de atender aos militares e seus familiares. Para subsidiar as atividades de ensino, foi constituído um pequeno museu de artefatos de guerra, projéteis, espoletas, aparelhos para medida de velocidade e força balística da pólvora, instrumentos de aproximação e distância, e outros ligados à prática do tiro[71]. Na linha de tiro, que já atingia uma extensão de 3.600 metros, foi substituído o abrigo existente, que já estava em ruínas, e construídos outros três para os observadores do tiro; foi montado também um canhão do sistema *Armstrong* de 8 polegadas. No ano de 1887 já se encontrava em funcionamento uma linha telefônica, com extensão de três quilômetros, e foi proposta a construção de um pequeno ramal ligando a plataforma da linha de tiro à estrada de ferro D. Pedro II, obra realizada por praças do batalhão de engenheiros. As experiências realizadas incluíam novos materiais bélicos, como os canhões do sistema *Bange* de 80mm de campanha e montanha, e o mecanismo de culatra "chuchu", invenção nacional para adaptação às carabinas *Comblain*.

A reforma do regulamento realizada em 1884 e os melhoramentos nas condições materiais do Realengo parecem não ter sido suficientes para atrair a atenção para a Escola de Tiro, pois nos anos seguintes ainda permaneceu reduzido o número de alunos que a frequentaram, sendo provável que essa resistência fosse um reflexo da deficiência e da aversão aos conteúdos práticos dos currículos das escolas militares na época. Em outra tentativa de reverter esse quadro, foi proposta, em 1888[72], a realização de uma nova reforma geral nos estabelecimentos militares de ensino, objetivando harmonizar seu funcionamento. Mas, dois anos depois, a redução no número de alunos no Realengo atingia seu ponto mais crítico: em 1890, não se havia registrado na Escola de Tiro a matrícula de nenhum dos alunos que concluíram os cursos das escolas militares, como previsto no regulamento, e muitos contingentes não cumpriram as disposições relativas ao envio de praças. Logicamente, é plausível que os acontecimentos políticos do final de 1889 tenham exigido a mobilização de tropas para sustentação do novo regime e a consequente paralisação das atividades escolares. Mas, independentemente dessa consideração, as

[71] Relatório do Ministro da Guerra Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, 1886, p. 15.
[72] Relatório do Ministro da Guerra Thomaz José Coelho D'Almeida, 1888, p. 15.

reformas do ensino foram realizadas, e o advento da República coincidiu com a extinção da antiga Escola Geral de Tiro do Campo Grande.

1.2.2. A Escola Prática do Exército na Capital Federal (1891 - 1897)

A Escola Prática do Exército na Capital Federal, que funcionou em Realengo após a extinção da Escola Geral de Tiro do Campo Grande, foi criada em consequência das modificações introduzidas pela reforma do ensino militar promovida em 1889, que dividiu os estabelecimentos de ensino do seguinte modo[73]:

1) os chamados *depósitos de instrução* e as *escolas regimentais*, que funcionariam nos diversos quartéis do Exército, com a finalidade de dar aos soldados a instrução primária, os conhecimentos militares elementares e a instrução específica de cada especialidade militar, até a graduação de oficial inferior[74];

2) as *escolas militares*, em número de três (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza), destinadas a dar instrução teórica e prática aos oficiais e praças. A formação nessas escolas compreenderia um curso preparatório, com três anos de duração, e um curso de infantaria e cavalaria, de dois anos;

3) a Escola Superior de Guerra, com os cursos de artilharia, estado-maior e engenharia militar. Funcionaria na Corte, e sua instrução teórica e prática seria dirigida aos oficiais que, por distinção em seus estudos nas escolas militares, fossem indicados para frequentá-la; e

4) duas escolas táticas e de tiro, para a prática do tiro e estudo da tática, uma das quais situada no Rio de Janeiro e a outra na cidade de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.

O funcionamento dessas últimas seria regido por regulamentos próprios. Para tanto, foi elaborado um projeto[75] para conciliar as atividades da Escola de Tiro do Campo Grande com as da Escola Tática e de Tiro do Rio Pardo. O novo regulamento adotado alterou também a denominação das escolas de tiro para *Escola Prática do Exército*[76].

Uma das antigas preocupações que transparecem nesse projeto é o incentivo à frequência nas escolas de tiro. Nesse sentido, uma das medidas era a previsão de que os

---

[73] Decreto nº 10.203, de 9 de março de 1889. *Aprova o regulamento para as escolas do Exército*.
[74] Cabos, furriéis e sargentos.
[75] Relatório do Ministro da Guerra Antonio Nicolao Falcão da Frota, 1890, p. 19.
[76] Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890. *Promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do Exército*.

alunos que as frequentassem por um ano, após completarem o curso de infantaria, cavalaria ou artilharia, seriam dispensados dos exames práticos então exigidos para a promoção até o posto de capitão.

No aspecto material, poucas mudanças foram efetivadas. O novo estabelecimento passou a utilizar as instalações e a gerir o patrimônio já constituído pela Escola Geral de Tiro do Campo Grande. Pelo relatório do seu comandante, apreende-se a constituição e o estado dos quartéis do Realengo, encontrados "em perfeito estado de conservação: a linha de tiro, os edifícios caiados e pintados, e o material bem acondicionado e limpo"[77]. O relatório também cita a existência de oficinas de carpinteiros, ferreiros e correeiros, um polígono de tiro aparelhado com paiol, armazéns de artilharia e materiais, e um gabinete com instrumentos e aparelhos destinados às experiências e ensinamentos de tiro. Haviam sido concluídas recentemente as obras da ferraria, e reconstruído o edifício que serviria de alojamento ao 1º Batalhão de Engenharia[78], transferido definitivamente da Praia Vermelha, onde estava sediado desde 1855, para o Realengo. A esse respeito, o relatório também ressalta que o deslocamento desse pessoal e de suas respectivas famílias aumentaria sensivelmente a população da localidade, tornando necessário ampliar o fornecimento de água, já insuficiente, e propondo o reforço do abastecimento em novas fontes[79]. Foi sugerida também a edificação de prédios para moradia dos oficiais, em dois terrenos adjacentes à escola.

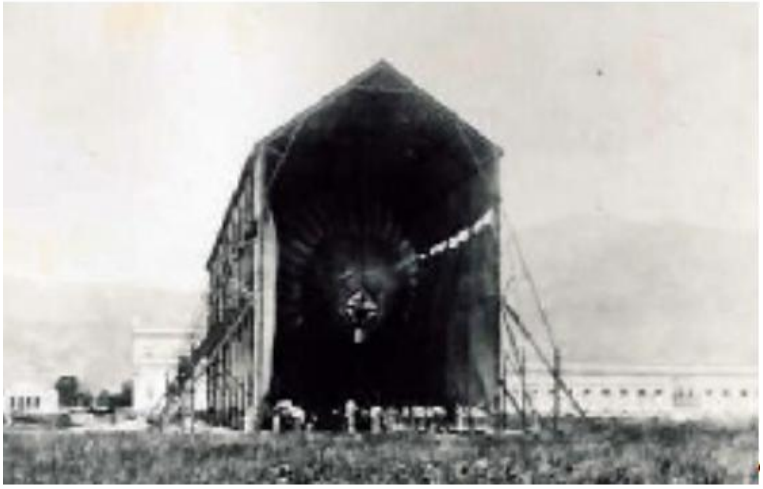
As principais atividades práticas desenvolvidas na escola continuavam sendo os exercícios de tiro, que incluíam as experiências para a escolha de novos armamentos para uso das tropas de infantaria e artilharia. Assim, além das aulas práticas, os alunos tinham a oportunidade de assistir às experiências realizadas pela Comissão Técnica Militar Consultiva (nova designação da Comissão de Melhoramentos do Material), com equipamentos recentemente adquiridos, como os canhões de campanha *Bange* e *Cresot*, as carabinas *Mannelicher* e os mosquetões *Mauser*[80].

Esses trabalhos foram interrompidos com a revolta deflagrada por parte da Marinha, em 6 de setembro de 1893, no porto da Capital Federal, e pelas graves alterações da ordem pública que se seguiram em vários Estados[81], no episódio que ficou conhecido

[77] Relatório do Ministro da Guerra Francisco Antonio de Moura, 1891, p. 13.
[78] Relatório do Ministro da Guerra Francisco Antonio de Moura, 1892, p. 16.
[79] Relatório do Ministro da Guerra Bibiano Sérgio Macedo de Fontoura Cestallat, 1893, p. 15 e seguintes.
[80] Relatório do Ministro da Guerra Bibiano Sérgio Macedo de Fontoura Cestallat, 1893, p. 15.
[81] Relatório do Ministro da Guerra Bibiano Sérgio Macedo de Fontoura Cestallat, 1893, p. 3 e 4.

como *Revolta da Armada*. Em consequência, foram suspensos os cursos na Escola Militar e na Escola Preparatória e de Tática[82], pois seus instrutores e alunos tiveram de reunir-se às tropas que operavam no litoral da Capital e em Niterói. Contando com forças insuficientes, o governo incentivou o recrutamento de voluntários, que se apresentaram para formar os chamados *batalhões patrióticos*, em cujas denominações transparecia o entusiasmo cívico: *Tiradentes*, *Acadêmico*, *Benjamin Constant*, *23 de Novembro*, *Frei Caneca*, *Francisco Glycério*, *Franco-Atiradores*, *Operário*, *Silva Telles*, *Municipal*, *Silva Jardim*, *Senna Madureira*, *Sapadores* e *Defensores da República*[83].

Figura 3 - O Bartolomeu de Gusmão, de Augusto Severo.



O dirigível Bartolomeu de Gusmão, construído por Augusto Severo. Ao fundo, vista lateral do quartel de Realengo.

Por ocasião da revolta, além da deficiência de pessoal, o Ministério da Guerra reconheceu a insuficiência do aparelhamento do Exército em meios materiais[84]; e o Realengo foi palco da curiosa experiência descrita por Fernandes (1981): o inventor Augusto Severo, reunido aos engenheiros Gabriel Junqueira e Mário Rôxo, ao químico Domingos de Barros e ao coronel Eduardo de Borja Reis, recebeu incentivos do governo do marechal Floriano Peixoto para construir o *Bartolomeu de Gusmão*, um dirigível inflado com hidrogênio, de 57 metros de comprimento, forma esférica e com uma barquinha ligada por suspensão flexível, sistema cujos resultados já haviam sido comprovados em outros modelos de balões. A intenção era utilizar o aparelho como meio

[82] Relatório do Ministro da Guerra Bibiano Sérgio Macedo de Fontoura Cestallat, 1893, p. 12.
[83] Relatório do Ministro da Guerra Bibiano Sérgio Macedo de Fontoura Cestallat, 1893, p. 4.
[84] Relatório do Ministro da Guerra Bibiano Sérgio Macedo de Fontoura Cestallat, 1893, p. 4.

bélico contra as forças navais, mas a experiência sofreu diversos revezes: a liga de alumínio necessária para a barca, inexistente nos estoques, foi substituída por bambu, e a fragilidade do material não permitiu bons resultados; uma noite, metade do galpão, construído às pressas por operários do Arsenal de Marinha, ruiu em virtude de haver cedido a amarração. E, embora em algumas evoluções realizadas em fevereiro de 1894 o balão tenha demonstrado equilíbrio para o voo, um acidente partiu a barca e danificou a estrutura rígida, que não pode ser recuperada a tempo de demonstrar utilidade nas operações de combate. Graças a uma nova esquadra, adquirida e aparelhada no exterior (Silva Neto, 2004), a Revolta da Armada terminou com a rendição dos rebelados, no dia 13 de março de 1894.

Após o retorno das atividades na Escola Prática, continuaram os investimentos para concentração de tropas militares na região. O Ministério da Guerra concedeu créditos na importância de 22:000$ para as obras da 1ª Companhia de Engenharia e destinou uma verba regular de 50$ mensais para limpeza geral e reparos nos edifícios, além de solicitar ao governo a votação de créditos para a construção de um necrotério.

Muitas unidades militares continuavam a ser enviadas ao Realengo para realizar exercícios: durante o ano de 1894, registrou-se a passagem do 10º Batalhão de Infantaria e do 2º Regimento de Artilharia, que praticaram o tiro com o novo armamento *Mauser*. O 3º Regimento de Artilharia, em trânsito de São Paulo para a guarnição do 6º Distrito Militar, no Rio Grande do sul, também estacionou em Realengo e exercitou-se na linha de tiro. Para receber essas tropas, foram solicitadas verbas para aumentar e melhorar o edifício, murar e aterrar a área da escola, e construir um corpo de guarda na linha de tiro[85].

A existência da Escola Prática teve a duração de apenas seis anos. O regulamento que regeu o ensino militar no período[86] foi amplamente condenado. As críticas se referiam à superabundância de matérias, que ocasionavam programas de ensino eminentemente teóricos, com prejuízo da instrução propriamente militar. Além disso, a extensão dos programas levava a um longo período de permanência nas escolas, privando as unidades militares da prestação de serviços dos oficiais recém-formados. Frente a esses argumentos,

[85] Relatório do Ministro da Guerra Bernardo Vasques, 1895, p. 22.
[86] Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890. *Promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do Exercito*.

o governo autorizou[87] a reorganização dos diversos estabelecimentos militares de ensino, com o intuito de reduzir a carga de estudos teóricos e ampliar os práticos.

A reforma suprimiu a Escola Superior de Guerra, a Escola Preparatória do Ceará, a Escola de Sargentos e os cursos gerais da Escola de Porto Alegre e da Escola da Praia Vermelha. A Escola de Porto Alegre foi reunida à Prática do Rio Pardo, e a Escola Preparatória da Capital à Escola Prática do Realengo, criando a Escola Preparatória e de Tática do Realengo. Por último, foi criada a Escola Militar do Brasil, onde também seria realizado, com as devidas alterações, o curso da extinta Escola Superior de Guerra.

1.2.3. Escola Preparatória e de Tática do Realengo (1898 - 1905)

A duração da Escola Preparatória e de Tática do Realengo também abrangeu um curto período, funcionando entre os anos de 1898 e 1905. Embora tenha sido criada em 1897[88], suas aulas não puderam ser iniciadas nesse mesmo ano, devido à necessidade de trabalhos de adaptação no edifício, considerado acanhado e de pequenas dimensões[89]. Com efeito, a quantidade de matriculados na nova instituição, em 1898, se elevava a 401 alunos - número muitas vezes superior à média de matrículas na Escola de Tiro - procedentes das extintas escolas militares da Capital e dos estados do Ceará e Rio Grande do Sul[90]. A demora com o início das aulas fez com que, ao final de 1898, não estivessem ainda terminados os trabalhos letivos, que se estenderam até março de 1899. O atraso nas atividades se prolongou no ano seguinte. No início de 1900 ainda estavam sendo realizados os exames teóricos e práticos finais correspondentes a 1899[91].

Embora tenham sido liberados diversos créditos para as construções na área, o estado de conservação dos arredores da escola era descrito como de abandono, ocasionando diversos casos de doenças em virtude da falta de conservação das valas que davam escoamento às águas dos morros próximos. Como obra realizada no período se assinala somente o início da mudança da localização das baias, orçada em 91:505$203,

---

[87] Lei nº 463, de 25 de novembro de 1897. *Autoriza a reorganização dos estabelecimentos militares de ensino*.
[88] Decreto nº 2.881, de 18 de abril de 1898. *Aprova o regulamento para os institutos militares de ensino*.
[89] Relatório do Ministro da Guerra J. N. de Medeiros Mallet, 1898, p. 19.
[90] Relatório do Ministro da Guerra J. N. de Medeiros Mallet, 1899, p. 24
[91] Relatório do Ministro da Guerra J. N. de Medeiros Mallet, 1900, p. 52.

para permitir a ampliação da Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra, cujo funcionamento estava se iniciando no bairro[92].

A Escola Preparatória e de Tática do Realengo funcionou até 12 de março de 1905[93], quando começaram as atividades da Escola de Artilharia e Engenharia, que passou a ocupar o edifício do estabelecimento extinto[94]. A complexidade da conjuntura que determinou essa transformação e o fato de essa instituição se encontrar mais próxima do estabelecimento de formação de oficiais que se transformou na Escola Militar do Realengo levam esse assunto a se constituir em destaque no próximo capítulo.

1.2.4. A Fábrica de Cartuchos do Realengo

Desde o século XVIII já funcionavam no Brasil estabelecimentos ligados ao Exército, destinados à fabricação de pólvora e artefatos bélicos. No Rio de Janeiro, o Arsenal de Guerra da Corte, a Real Fábrica de Pólvora, a Fábrica de Armas da Conceição e o Laboratório Pirotécnico do Campinho foram instituições dessa natureza que antecederam a criação da Fábrica de Cartuchos do Realengo.

O Arsenal de Guerra da Corte, criado ainda durante o período colonial, era o mais importante desses estabelecimentos. Foi instalado, em 1764, junto à *Casa do Trem de Artilharia*, localizada na *Ponta do Calabouço*, em região próxima à atual praça Mauá. O

---

[92] Composição dos créditos para as instalações militares no Realengo (relativos à década de 1890):
- Decreto nº 474-C, de 7 de junho de 1890. *Abre ao Ministério dos Negócios da Guerra um crédito extraordinário de 701:807$468*. (Continuação da construção do quartel no Realengo: 100:000$000).
- Lei nº 126-B, de 21 de novembro de 1892. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1893, e dá outras providências*. (Reduzidas as seguintes consignações: canalização da água para o quartel do Realengo, a 30:000$).
- Lei nº 191-B, de 30 de setembro de 1893. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1894, e dá outras providências*. (Redução das seguintes consignações: canalização de água do Realengo a 20:000$000).
- Lei nº 490, de 16 de dezembro de 1897. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1898, e dá outras providências*. (Concedidos 50:000$ para a Fábrica de Cartuchos do Realengo).
- Decreto nº 2.815, de 8 de fevereiro de 1898. *Abre ao Ministério da Guerra um crédito especial de 490:419$330, para as despesas com a instalação das escolas preparatórias e de tática, no Distrito Federal e no Estado do Rio Grande do Sul*.
- Decreto nº 2.933, de 4 de julho de 1898. *Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de 63:494$900 para as despesas com a instalação da Escola Preparatória e de Tática do Realengo*.
- Decreto nº 2.986, de 30 de agosto de 1898. *Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de 24:150$, para despesas com a substituição de um fogão e construção de uma chaminé no edifício da Escola Preparatória e de Tática do Realengo*.
- Lei nº 560, de 31 de dezembro de 1898. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1899, e dá outras providências*. (Destinados 970:000$ para aterro de um terreno nas proximidades da Fábrica de Cartuchos e da Escola Preparatória e de Tática do Realengo).

[93] Relatório do Ministro da Guerra Hermes Rodrigues da Fonseca, 1906, p. 17.

[94] Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905. *Regulamento para as escolas do Exército*.

prédio foi construído originalmente para abrigar material militar ("trens", na linguagem da época), fazendo parte do conjunto arquitetônico que atualmente constitui o Museu Histórico Nacional. Nele também funcionou, entre 1792 e 1810, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, antecessora da Escola Militar.

Em 1808 foi criada a Real Fábrica de Pólvora[95]. Considerada originalmente uma dependência do Arsenal de Guerra, a fábrica foi estabelecida no engenho de cana de açúcar de Rodrigo de Freitas, nas proximidades da lagoa de mesmo nome, em área pertencente atualmente ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em 1832, foi desligada da administração do arsenal[96] e transferida para os arredores da serra da Estrela, nas fazendas Cordoaria, Mandioca e do Velasco, cujas terras foram avaliadas em 12:857$240, indenizados ao seu proprietário, o coronel de milícias João Antonio da Silveira Albernaz e incorporadas aos bens da Fazenda Nacional[97]. A Fábrica da Estrela funcionou nesse local até meados da década de 1970.

A *Fábrica de Armas do Rio de Janeiro*, depois conhecida como *Fábrica de Armas da Conceição*, foi criada em 1769, a partir de uma oficina de armeiros. Estava instalada nas dependências de uma antiga fortaleza no morro da Conceição, no centro da cidade. Em 1811 foi posta sob a jurisdição do Arsenal de Guerra da Corte, sendo fechada em 1831 e reaberta em 1844. Segundo Figueira (2005), apesar do título de "fábrica", a instituição nada fabricava, pois não estava aparelhada para isso; apenas se dedicava aos trabalhos de conserto e reparos do material portátil. Apesar disso, os trabalhos da instituição tiveram alguma relevância durante a guerra do Paraguai, destacando-se a produção de armas brancas. A fábrica foi extinta em 1892, e suas funções foram incorporadas como oficina do

---

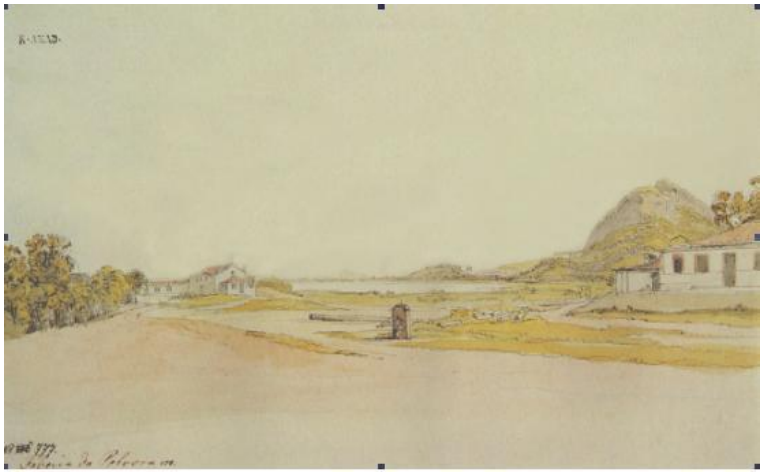
[95] Legislação relacionada:
- Decreto de 13 de maio de 1808. *Cria uma fábrica de pólvora nesta cidade*.
- Decreto de 13 de junho de 1808. *Manda contrair um empréstimo para estabelecimento da fábrica de pólvora*.
- Decreto de 13 de junho de 1808. *Manda incorporar aos próprios da Coroa o engenho e terras da Lagoa de Rodrigo de Freitas*.
- Decreto de 13 de junho de 1808. *Manda tomar posse do engenho e terras denominadas da Lagoa Rodrigo de Freitas*.
- Decreto de 20 de setembro de 1808. *Arbitra os ordenados do tesoureiro e escrivão da Real Fábrica de Pólvora*.

[96] Decreto de 21 de fevereiro de 1832. *Dá Regulamentos para o Arsenal de Guerra da Corte, Fábrica da Pólvora da Estrela, Arsenais de Guerra e Armazéns de depósitos de artigos bélicos*.

[97] Decreto de 22 de setembro de 1825. *Manda desapropriar a fazenda denominada - Cordoaria - para ser nela edificada a nova fábrica de pólvora*.

Arsenal de Guerra, do qual passou a constituir a 3ª Seção[98]. Em 1899, foi definitivamente removida para São Cristóvão, onde havia sido construída uma nova sede para o arsenal.

Figura 4 - Vista da fábrica de pólvora, próxima à lagoa Rodrigo de Freitas.



Vista da Fábrica de Pólvora às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas (1817-1818). Thomas Ender. Lápis aquarelado. Intitulada pelo autor de "Fábrica de Pólvora". Ao fundo, se avista o Corcovado. Original do Gabinete de Gravuras da Academia de Belas-Artes de Viena. Disponível em <http://www.jbrj.gov.br/>.

O Laboratório Pirotécnico do Campinho também se constituía em dependência do Arsenal de Guerra. Sua criação oficial data de 1860[99], mas o laboratório já funcionava em caráter experimental desde 1852. Encontrava-se instalado na antiga fortaleza de Nossa Senhora da Conceição do Campinho, que em 1861 foi adaptada para a fabricação de munições e artefatos pirotécnicos, com a edificação de prédios e encanamento de água[100]. Em 1865 suas instalações foram ampliadas, sendo adquiridas novas máquinas para atender ao aumento de produção demandado pela guerra contra o Paraguai. Em 1868, as obras de ampliação continuaram e o laboratório recebeu, entre outras melhorias, um ramal ferroviário e uma estação telegráfica. Segundo Figueira (2005), nele trabalhavam, no final da década de 1860, entre quatrocentos e quinhentos empregados, número que foi

[98] Relatório do Ministro da Guerra Francisco Antônio de Moura, 1892, p. 35.
[98] Decreto nº 5.118, de 19 de outubro de 1872. *Aprova o regulamento que reorganiza os arsenais de guerra do Império*.
[99] Regulamento para o Laboratório do Campinho, de 28 de fevereiro de 1861, organizado em virtude da Lei nº 1.114, de 27 de setembro de 1860. Fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1861/1862, aprovando a criação do laboratório.
[100] Relatório do Ministro da Guerra Luis Alves de Lima e Silva, 1861, p. 6.

consideravelmente reduzido ao término do conflito com o Paraguai[101]. O laboratório separou-se do arsenal em 1872[102] e foi extinto em 1900, quando seus serviços foram incorporados à Fábrica de Cartuchos do Realengo.

Na época de fundação do Arsenal de Guerra, a deficiência das manufaturas particulares nacionais havia motivado a criação, junto a ele, de oficinas para a prestação de serviços e fabricação de objetos relacionados aos materiais de guerra. Isso resultou em uma instituição que prestava trabalhos diversificados. Nas suas oficinas deveriam ser fabricadas peças bélicas, como reparos[103] de ferro para canhões, coronhas, espingardas e correias para equipamentos militares, mas, além disso, era prestada uma grande diversidade de outros serviços, de carpintaria, torneiro, serralheria, sapataria, alfaiataria e outros, muitas vezes com finalidades civis. O arsenal também fazia vezes de instituição de ensino, abrigando uma *Companhia de Aprendizes Artífices*, composta por crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia, órfãos e filhos de pais pobres. Na década de 1830, seu regulamento determinava que o número desses aprendizes não passasse de 100; já na de 1870, este número era de cerca de 250 menores. Aos alunos eram ensinadas técnicas de fabricação de materiais, além de primeiras letras, desenho, geometria e música. No mesmo edifício, funcionava ainda a Diretoria da Intendência de Guerra[104], e esse acúmulo de pessoal levava o estabelecimento a ressentir-se da falta de acomodações adequadas.

Em 1873, o local onde o arsenal estava instalado foi considerado "acanhado", sendo projetadas as obras de um novo edifício que deveria ser erguido no Realengo do Campo Grande[105]. Para sua execução, foram apresentados dois projetos: o primeiro, organizado pela Diretoria de Obras Militares, com previsão de custo de 1.751:003$945, e o segundo por uma comissão presidida pelo brigadeiro Galdino Justiniano da Silva Pimentel, orçado em 839:359$455. Designada uma comissão para informar qual deveria ter a preferência para construção, decidiu-se pelo primeiro. Segundo os planos originais, os edifícios do novo arsenal deveriam ocupar um retângulo de 366 metros de frente sobre 480 metros de fundo, com espaçosas acomodações que ocupariam uma área de 175.680 metros quadrados[106] na região. A existência da estrada de ferro, que tornava fácil a comunicação

---

[101] Relatório do Ministro da Guerra José Maria da Silva Paranhos, 1870, p. 22.
[102] Decreto nº 5.118, de 19 de outubro de 1872. *Aprova o Regulamento que reorganiza os Arsenais de Guerra do Império*.
[103] Reparo é a base sobre a qual se assenta o mecanismo de tiro das armas pesadas.
[104] Relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1874, p. 34.
[105] Relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1873, p 16.
[106] Relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1873, p 17 e seguintes.

do Realengo com a região central da cidade, foi mais uma vez considerada como um dos fatores de decisão para a escolha do local do novo edifício[107].

Decidida a construção no Realengo, onde já funcionava a Escola de Tiro, determinou-se a demarcação dos terrenos. A primeira ideia foi utilizar o próprio campo limitado pela linha de tiro, que, a pedido do Ministério da Guerra, a Câmara Municipal já reservara para exercícios e manobras; porém, foi considerado que a proximidade da linha, paralela a uma das faces do campo, poderia danificar os edifícios e por em risco a vida dos empregados da fábrica, já que muitas das experiências ali realizadas possuíam resultados incertos. Escolheu-se, ao invés, o chamado *campo do Piraquara*, onde o arsenal poderia ser construído com a frente para a estrada de Santa Cruz e próximo da capela de Nossa Senhora da Conceição. Em novo acordo entre o Ministério da Guerra e a Câmara Municipal, foi autorizada a desapropriação de 64 terrenos que se achavam dentro da área projetada. Os foreiros foram indenizados com a quantia de 15:687$500, incluídas as benfeitorias, avaliada pela própria Câmara.

Demarcada a área da construção, foram abertas três ruas laterais, de sessenta palmos[108] de largura cada uma, e construídos os alicerces dos novos edifícios, prevendo-se a edificação de um prédio "que teria, em poucos anos, as proporções que reclamava o mais importante de tais estabelecimentos do Império[109]". Em 17 de maio de 1874, em uma cerimônia que contou com a presença do Imperador D. Pedro II, foi assentada a primeira pedra para o novo edifício do Arsenal de Guerra da Corte[110]. No dia seguinte iniciaram-se os trabalhos de construção dos alicerces do edifício, que prosseguiram sob inspeção e fiscalização da Diretoria de Obras Militares. Para a execução dos trabalhos foi destinada a quantia mensal de 5:000$000, com a qual foi possível construir, de início, 1.202,26 metros lineares de alicerces, totalizando 3.813.331 metros cúbicos de alvenaria.

As obras do edifício prosseguiram regularmente até 1878, quando, por motivo de economia, o governo determinou sua suspensão[111]. O orçamento inicial se elevara a 3.487:121$651, mas havia sido investida apenas a quantia de 378:778$615, suficiente somente para a construção dos alicerces e de paredes de cerca de um metro de altura.

---

[107] Relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1874, p. 30.
[108] Antiga medida linear, equivalente a 22 cm.
[109] Relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1873, p. 18.
[110] Relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1874, p. 29.
[111] Relatório do Ministro da Guerra Franklin Américo de Menezes Doria, 1881-1, p. 34.

As obras permaneceram estagnadas pelos anos seguintes, despertando a preocupação com a possibilidade de deterioração das estruturas que já haviam sido iniciadas. Nesse período, as solicitações de crédito para retomada das obras ocuparam frequentemente os relatórios oficiais. Em 1882, o Ministro da Guerra alertava: "Já se tem gasto ali somas importantes, que ficarão desaproveitadas se não habilitardes o governo com os recursos indispensáveis para dar impulso aquela construção, que é sem dúvida de alta conveniência pública"[112], apelo repetido em 1885[113], destacando que as obras do novo arsenal, julgadas o início de um grande melhoramento, exigiam que se evitasse a perda total das somas já aplicadas, uma vez que tais obras, começadas e paradas por falta de verba, exigiriam, mais tarde, dupla despesa. Sugeria-se ainda, como solução para evitar a completa ruína e salvar o que já estava iniciado, que fosse votada anualmente uma soma regular dentro do orçamento; o andamento das obras, deste modo, avançaria lentamente, o que seria preferível ao abandono em que se encontravam.

Os argumentos apresentados para defender a continuidade da construção do arsenal tinham como pontos principais a sua localização na Capital, a facilidade de escoamento da produção pelo ramal da estrada de ferro D. Pedro II, a relativa proximidade do oceano e a vizinhança da Escola de Tiro, que supriria seus meios de defesa. Esses argumentos procuravam demonstrar a necessidade de que não fosse abandonada a obra do estabelecimento, que além de produzir artefatos militares, armamentos e peças de artilharia, disporia, na localidade, de uma extensa área para teste desses equipamentos. O próprio diretor do Arsenal de Guerra, então localizado na Ponta do Calabouço, fazia diversas considerações no intuito de transferir o estabelecimento para um ponto central da cidade, reconhecendo a inconveniência da situação de um arsenal de guerra, com todas as suas máquinas, oficinas e depósitos à beira-mar, em condições de vulnerabilidade. Nos edifícios da Ponta do Calabouço permaneceriam a Intendência de Guerra e os depósitos do material que tivesse de ser recebido e expedido[114].

A situação só evoluiu em 1894, quando seguiu para a Europa uma comissão chefiada pelo general Miguel Maria Girard, a fim de fazer estudos sobre a fabricação de pólvora sem fumaça e tratar da compra de material para a montagem de uma fábrica de cartuchos na Capital[115]. Inicialmente, havia sido cogitada a instalação dessa fábrica junto

[112] Relatório do Ministro da Guerra Carlos Affonso de Assis Figueiredo, 1882, p. 28.
[113] Relatório do Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, 1885, p. 28.
[114] Relatório do Ministro da Guerra Bernardo Vasques, 1895, p. 93.
[115] Relatório do Ministro da Guerra Bernardo Vasques, 1894, p. 33.

ao Laboratório Pirotécnico do Campinho, mas foi verificada a insuficiência de sua área para comportar as novas edificações. Decidiu-se, então, construí-la no Realengo, aproveitando o terreno e as obras iniciadas para o Arsenal de Guerra. Ao término do mesmo ano foram votados recursos para a continuação das obras da fábrica.

Finalmente, em 1896, foram retomadas as obras do Realengo[116], com uma alteração substancial no projeto. No lugar do Arsenal de Guerra, seria construída uma fábrica de cartuchos *Mauser*. No princípio do ano, reiniciaram-se as construções e o assentamento dos mecanismos. Cinco edifícios ficaram prontos inicialmente: a secretaria, a casa de ordem, a estufa, a oficina de carregamento e a casa da prensa hidráulica, além de quatro casas de madeira para servirem de laboratório de fulminato, paiol de pólvora, prensa de fulminato e ensaio de tiro. Foram também assentadas as caldeiras, fornos de recozimento, duas máquinas para colocação de espoletas, três de carregamento e pequenas máquinas acessórias para tirar cápsulas de balas. Com essa estrutura, iniciaram-se os trabalhos de carregamento de cartuchos, com uma produção diária de cerca de 20.000 unidades em nove horas de trabalho, munição já empregada pelas forças que operavam na campanha de Canudos. Assim, no princípio do ano de 1897, as obras foram dadas como concluídas, e iniciou-se o funcionamento da Fábrica de Cartuchos do Realengo, "montada com todos os aperfeiçoamentos modernos e instalada em vasto e apropriado edifício, iluminado à luz elétrica"[117].

As atividades da fábrica foram regulamentadas em 1898[118], mesmo ano em que foi posta em estudo a sua junção com o Laboratório Pirotécnico do Campinho. Com esta providência, desejava-se obter vantagens na administração e economia nas despesas com os serviços dos dois estabelecimentos, ligados pela semelhança de suas atividades. Um acidente foi o fator decisivo para essa união: uma poderosa explosão, em 5 de junho de 1897, danificou todos os edifícios do laboratório, e sua reconstrução acarretaria volumosas despesas[119]. Entre as opções se encontravam: ou a reconstrução e o funcionamento dos dois estabelecimentos independentemente um do outro, ou a reunião dos serviços em um edifício sob uma única administração; esta segunda opção foi adotada. Mais uma vez, o custo para realização dos projetos foi fator de decisão. Para possibilitar a reunião dos

[116] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argollo, 1896, p. 33.
[117] Relatório do Ministro da Guerra João Thomaz Cantuária, 1897, p. 46.
[118] Decreto nº 2.956, de 27 de julho de 1898. *Aprova o regulamento para a Fábrica de Cartuchos do Realengo*.
[119] A restauração do laboratório exigiria, segundo os orçamentos realizados: para reconstrução dos edifícios da administração, 235:925$; para instalação das oficinas de munição *comblain*, *girard* e de espoletas de artilharia, 899:420$000; despesa total, 1.045:345$000.

serviços seria necessário construir, no Realengo, oficinas para os trabalhos que se realizavam no Campinho - laboratórios, armazéns para as matérias primas, pólvora e outros produtos, além da conclusão das obras da fábrica de cartuchos. Porém, essas despesas não atingiriam a metade das necessárias para as reconstruções no Campinho, e a junção foi aprovada.

Além da redução dessa despesa, também se imaginava obter outras vantagens: um único estabelecimento, reunindo o pessoal e o material que cada um possuía, ficaria aparelhado para maior e melhor produção, por menor preço do que cada um isoladamente; seriam evitadas duplicidades resultantes em aumento de despesa relativa ao pessoal - principalmente os serviços administrativos - e da manutenção de edifícios e material; eventuais melhoramentos nas linhas de produção seriam feitos em todas as munições e artefatos pirotécnicos, sem importar em dupla despesa para implantação das modificações; e a aprendizagem do pessoal seria mais completa e eficaz. Julgava-se, enfim, que esses fatores facilitariam a expansão da fabricação de munições e artefatos pirotécnicos.

Concluindo-se pela utilidade da reunião dos dois estabelecimentos, foi apontada a necessidade da construção das edificações necessárias. Embora a área de que dispunha a fábrica fosse considerada insuficiente para comportar as edificações exigidas pela reunião, via-se também a facilidade de ampliá-la, anexando os terrenos situados nos fundos e ao lado do estabelecimento; os primeiros já pertenciam ao governo, por serem dependências da Escola Preparatória e de Tática, os outros precisariam ser adquiridos, por compra amigável ou desapropriação. A fusão entre a Fábrica de Cartuchos do Realengo e o Laboratório Pirotécnico do Campinho foi concretizada em 1899, marcando o início do funcionamento da Fábrica de Cartuchos e Artifícios de Guerra.

1.2.5. A Escola de Sargentos (1893 - 1896)

Durante um breve período de tempo funcionou no Realengo um curso de formação de sargentos[120], que representou a tentativa de se estabelecer uma instrução para praças formulada nos moldes dos cursos de formação de oficiais. Inserindo-se no contexto do processo de profissionalização do Exército, o curso teria a finalidade de habilitar pessoal para preencher as vagas de sargentos nos corpos de tropa, em especialidades

[120] Decreto nº 1.199, de 31 de dezembro de 1892. *Aprova o regulamento para a Escola de Sargentos*.

correspondentes àquelas da formação na Escola Militar: infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia.

A duração do curso seria de quatro anos, cada um dos quais divididos entre uma parte teórica e outra prática. Seu currículo seria composto por matérias como contabilidade, leitura, gramática, caligrafia e por matérias específicas da formação militar, conforme as especialidades nas quais os alunos fossem distribuídos[121].

Entre os requisitos para matrícula seriam exigidas a nacionalidade brasileira, uma constituição física robusta, a vacinação e a idade entre 14 e 17 anos. Após selecionados, os alunos deveriam constituir quatro companhias, com um efetivo de 100 homens cada uma. Conforme os planejamentos, as instalações da escola de sargentos deveriam ser compostas de secretaria, biblioteca, refeitórios, armazéns para material de artilharia e engenharia, e outras dependências, que pela descrição contida no regulamento seriam bastante completas. Tudo isso estava muito além do que chegou a ser realizado. O primeiro contingente, em 1894, foi composto por apenas 72 alunos, oriundos da extinta Escola de Aprendizes Artilheiros, que foram levados para o Realengo e ocuparam alguns alojamentos no prédio da Escola Prática. Porém, faltaram materiais, instalações e instrutores, e as aulas, tanto práticas quanto teóricas, foram adiadas para o ano seguinte. Para conservar os alunos em atividade, foi preparado um horário de exercícios e atividades práticas. No mesmo ano, foi solicitado pela direção da escola que fossem realizadas modificações no regulamento, que nem mesmo havia sido executado.

No ano seguinte matricularam-se mais 156 alunos, sendo que 66 foram excluídos por variados motivos. Aos que restaram, não aguardava nem o ensino militar, nem de nenhum outro tipo. Muitas das instruções foram simplesmente substituídas por atividades práticas e por exercícios de marcha. Embora as fontes sejam insuficientes para a construção de uma suposição mais precisa, não é improvável que as "atividades práticas" não tenham ido além da realização de faxinas nas áreas e manutenção dos equipamentos. Já em 1896 encontrava-se extinta a escola. Dos 215 alunos então existentes, foram desligados 117 por atos de indisciplina, um por falecimento e mais 30 por motivos diversos não especificados. Os menores de idade foram devolvidos aos seus pais; outros foram incorporados ao 1º Batalhão de Engenharia ou ao Arsenal de Guerra. Para o governo, os

[121] Decreto nº 1.199, de 31 de dezembro de 1892. *Aprova o regulamento para a Escola de Sargentos*. Artigo 3º.

resultados colhidos não correspondiam às "expectativas", e menos ainda ao "sacrifício pecuniário" feito pela nação.

1.3. Algumas considerações sobre o capítulo

Neste capítulo, a proposta de estudo envolvia, fundamentalmente, a busca de relações entre a constituição das áreas militares em Realengo e os objetivos do Ministério da Guerra ao estabelecê-las. Entretanto, no trajeto da pesquisa, foram percebidas ligações entre os processos de modificação da estrutura local e outros mais gerais, de fortalecimento do caráter profissional do ensino e do serviço militar. Foram reconhecidos, ainda, reflexos da reorganização da estrutura institucional do Exército no período considerado, durante o qual foram criadas repartições no Ministério da Guerra e novas organizações militares em diversas partes do território nacional. Também se registra o desenvolvimento de atividades industriais e a constituição de espaços destinados às novas práticas de formação militar, constituindo um conjunto de ações ligadas, entre outras necessidades, às de domínio dos novos artefatos e materiais de guerra.

Tabela 2 - Instituições de ensino do Exército em Realengo (1859 - 1912).

Escola Geral de Tiro do Campo Grande	Escola Prática do Exército na Capital Federal	Escola Preparatória e de Tática do Realengo	Escola de Artilharia e Engenharia
1859 - 1890	1891 - 1897	1898 - 1905	1905 - 1912

Instituições de ensino do Exército Brasileiro que funcionaram no Realengo antes da transferência da Escola Militar para a localidade. Acrescente-se a Escola de Sargentos, que funcionou precariamente entre os anos de 1893 e 1896).

Para explicar como ocorreu esse processo a nível local, e a preferência pelo Realengo para sua implantação, as seguintes considerações se fazem necessárias. Até meados do século XIX, havia motivos francamente razoáveis para que, no Rio de Janeiro, os quartéis do Exército estivessem distribuídos entre as regiões do centro e do litoral. Entre esses motivos, encontram-se as condições históricas de ocupação e as necessidades de defesa da cidade contra possíveis assaltos marítimos. A partir da década de 1850, observa-se o deslocamento das tropas e a constituição de áreas militares no interior. Esse movimento pode ser relacionado aos fatores enumerados a seguir.

1) A evolução tecnológica dos materiais bélicos, demandando a criação de espaços adequados para o treinamento das tropas no uso desses materiais. No período, a industrialização acelerou transformações importantes no material de emprego militar, atingindo as técnicas de manuseio das diferentes armas e equipamentos no combate. Como reflexo, a formação militar também passou por transformações, que exigiram o estabelecimento de linhas de tiro, campos de instrução e manobras, e outros espaços para a pesquisa e a prática com os novos materiais.

2) A evolução das doutrinas de combate, ainda como consequência do avanço tecnológico e da industrialização, que atingiram também a organização e a tática de emprego das diferentes armas. Igualmente, esse processo demandou a incorporação à instrução militar das práticas de manobras e treinos com tropas, exigindo a constituição de espaços próprios para realização desses exercícios.

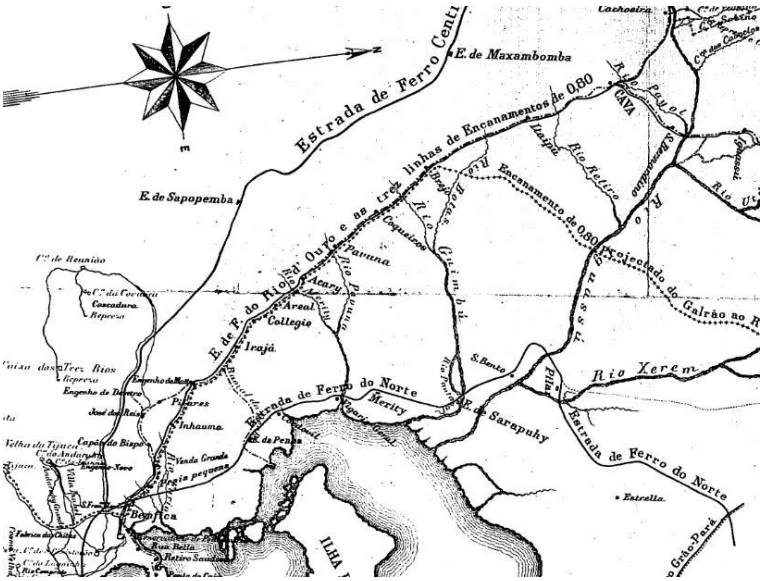
3) A necessidade de prover melhores condições para defesa das reservas de material bélico contra agressões externas, como fica exposto no caso da transferência do arsenal de guerra para o interior da cidade.

4) O crescimento da população das freguesias urbanas da cidade e a valorização imobiliária das regiões centro e sul. Nesse contexto, a transferência de tropas militares para a região do Realengo, embora tenha atendido à necessidade de sediar os efetivos em espaços adequados para manobras, marchas, exercícios de tiro e outras atividades, mostrou-se também adequada para atender a objetivos e projetos político-administrativos, que incluíram a remoção dos quartéis das regiões comercialmente valorizadas do centro e do litoral da cidade.

Ao final do século XIX o Rio de Janeiro havia experimentado um rápido crescimento, com um aumento da população de 137.078 habitantes em 1838 para 232.291 em 1870, elevado para 522.651 em 1890. Este crescimento esgotou a capacidade do centro da cidade, e a população passou a ocupar os espaços ao longo da rede ferroviária, que em 1895 era formada pela Estrada de Ferro do Rio d'Ouro e pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Ao longo da primeira, a densidade populacional mostrava-se mais acentuada: sua área, mais urbanizada, contava com 15 estações a partir de Benfica, circundando a baía da Guanabara até atingir a região de Cava. Por sua vez, a Central do Brasil, em seu ramal projetado em direção ao oeste da cidade, possuía após Cascadura apenas três estações (Sapopemba, atual Marechal Deodoro, foi inaugurada em 8 de novembro de 1858, e em 2

de dezembro do mesmo ano foram inauguradas as estações de Realengo e Campo Grande). Assim, os grandes vazios representados pelos campos realengos e a malha ferroviária, apontada como fator de facilitação para a mobilidade de tropas e materiais bélicos, exerceram um papel de atração fundamental na localização dos quartéis do Realengo e da Fábrica de Cartuchos.

Figura 5 - Mapa da cidade do Rio de Janeiro, 1895.



O mapa destaca o trajeto das estradas de ferro Central do Brasil e Rio d'Ouro ao longo da Cidade do Rio de Janeiro (1895).

Ao nível de funcionalidade e organização interna eram grandes as limitações dos antigos quartéis do Centro, tanto em relação a sua capacidade para alojar pessoal e armazenar o material bélico, quanto à disponibilidade de áreas para realização de exercícios, manobras de combate e práticas de tiro. A instalação de uma localidade militar em Realengo e suas adjacências, a partir de meados do século XIX, esteve relacionada à tentativa de mudança desse quadro, e sua influência no processo de transformação dos espaços dessa região se estendeu não apenas à construção das instalações militares, mas também à abertura de ruas, delimitação de loteamentos, canalização de água, estabelecimento de redes de esgoto e iluminação na localidade.

Certas dificuldades estiveram presentes no estabelecimento dessas áreas. A chegada da Escola de Tiro, em 1857, incentivou em determinado grau as obras para melhoria do Realengo, mas são observadas apenas raras manifestações de preocupação

com aspectos da infra-estrutura para recebimento da população deslocada para a região. Um exemplo disso já pode ser observado nas prescrições do regulamento de 1859, que previa que o comandante residisse na própria escola, "a fim de melhor exercer a direção, inspeção, fiscalização e disciplina de todos os serviços[122]". Se a intenção era impedir o afastamento do comandante da região, a prescrição não poderia ser diferente: em 1860, o edifício no Campo Grande, ocupado pela Escola de Tiro, era o único prédio pertencente ao Ministério da Guerra na região[123].

A determinação de residência na escola foi alterada no regulamento de 1873, no qual constava que, além do comandante, todos os demais empregados também seriam obrigados a residir no recinto da escola[124]. Entretanto, o mesmo dispositivo reconhecia a insuficiência das acomodações, apresentando a solução de que fossem alugados edifícios próximos, custeados pelo governo. O tema retorna no regulamento de 1884, que previa a construção de residências funcionais nas imediações da escola; entretanto, enquanto não se realizassem tais construções, edifícios continuariam sendo alugados pelo governo. Porém, é preciso relativizar essas fontes - os regulamentos - como um retrato fiel da preocupação das autoridades com a questão. As medidas adotadas parecem sempre insuficientes, mesmo porque tais preocupações - quando manifestadas - diziam respeito a apenas uma pequena parcela dos efetivos, os oficiais instrutores. Não é improvável que alguns militares tenham manifestado o desejo de alojar suas famílias na própria escola, uma vez que o regulamento preocupava-se em vedar expressamente essa prática; e as famílias certamente estavam presentes na localidade, pois também se registrava a permissão para que os alunos casados morassem fora do estabelecimento.

Esta questão da deficiência de residências revela um processo de ocupação acelerado, mas que pode ser julgado como consideravelmente desorganizado. Como consequência, o improviso e as soluções casuísticas para questões como o atendimento de saúde, educação, moradia ou transporte permaneceriam ainda por muitas décadas como problemas a serem vencidos individualmente pelos militares deslocados para a localidade. De qualquer modo, o Realengo, apesar das dificuldades, sobreviveu como área militar durante o período imperial e os investimentos prosseguiram após o estabelecimento do

---

[122] Decreto nº 2.422, de 18 de maio de 1859. *Aprova o regulamento para a Escola Geral de Tiro do Campo Grande*.

[123] Relatório do Ministro da Guerra José Mariano de Mattos, 1863-2. Relação organizada em virtude do disposto no parágrafo 4º do artigo 12 da Lei nº 1.114, de 27 de setembro de 1860.

[124] Decreto nº 5.276, de 10 de maio de 1873. *Aprova o novo regulamento para a Escola Geral de Tiro do Campo Grande*.

regime republicano. A localidade, que pode ser vista como um campo de experiências para implantação do ensino prático, consolidou-se também como o núcleo que se prestou para a expansão das áreas militares na região. E a estrutura existente foi considerada ao menos adequada para, no início do novo século, receber o mais importante estabelecimento de ensino do exército.

Foram descritos até aqui certos aspectos das motivações do poder público para o estabelecimento de uma área militar na Zona Oeste do Rio de Janeiro e a história da constituição dessas áreas no século XIX. Como conclusão parcial, é possível afirmar que a implantação das organizações militares na região modificou o espaço e levou à constituição de um patrimônio público na região, acompanhando o desenvolvimento do bairro. O capítulo seguinte prosseguirá com a descrição das condições que motivaram a transferência da Escola Militar para Realengo, e as transformações urbanas a partir da chegada dessa instituição.

CAPÍTULO II - A ESCOLA MILITAR DO REALENGO

Este capítulo está dividido em três seções. A primeira apresenta as sedes ocupadas pela Escola Militar ao longo do século XIX e expõe as circunstâncias que motivaram sua saída da Praia Vermelha no início do século XX. A segunda descreve a constituição do patrimônio da escola no Realengo e a urbanização do bairro na primeira metade do século XX. A terceira seção trata do funcionamento da Fábrica de Cartuchos e da criação de duas grandes áreas militares nas adjacências de Realengo: a Vila Militar de Deodoro e o Campo dos Afonsos.

2.1. Da *Casa do Trem* à *Escola Militar do Brazil*

2.1.1. Sedes das escolas militares nos séculos XVIII e XIX

No *Anuário da Escola Militar* do ano de 1914 encontra-se um artigo intitulado *A evolução do ensino militar no Brazil*, redigido pelo tenente-coronel Joaquim Marques da Cunha. Nesse artigo, a *Aula de Fortificação* criada no Rio de Janeiro pelo rei de Portugal D. Pedro II, por Carta Régia de 15 de janeiro de 1699, é apontada como a origem do ensino militar no país. Essa opinião encontra oposições. Motta (1976) se refere a essa mesma aula, mas afirma que seu funcionamento era precário, constituindo um "fato irrelevante", mais relacionado "à instrução nos corpos de tropa do que à formação sistematizada da oficialidade" (Motta, 1976: 19). Para ele, o marco da origem do ensino militar deveria ser considerado o estabelecimento da *Real Academia Militar*, em 1810, tendo em vista a regularidade e a organização de suas aulas. Uma terceira data é considerada por Teles (1984), que situa o início do ensino militar em 1792, a partir da criação da *Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho*.

Independentemente da discussão quanto à origem da Escola Militar, é suficiente para os propósitos deste trabalho apontar que essa instituição atravessou uma série de transformações[125], tanto na organização do seu funcionamento, que em determinadas épocas incluiu cursos anexos denominados *preparatórios* ou *de aplicação*, quanto em

[125] Para uma compreensão mais aprofundada das condicionantes e dos objetivos das reformas realizadas na Escola Militar ver Motta (1976), Castro (1994), Grunennvaldt (2006) e Rodrigues (2008).

relação à sua localização. Considerando apenas as sedes situadas no Rio de Janeiro[126], a escola transitou entre os seguintes locais, antes de seu estabelecimento em Realengo.

2.1.1.1. Casa do Trem

A *Casa do Trem de Artilharia*, um dos prédios que fazem parte do conjunto arquitetônico do atual Museu Histórico Nacional, foi construída em 1762 para abrigar material militar ("trens", na linguagem da época). Ali foi instalada a *Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho*, criada em 17 de dezembro de 1792 e destinada à formação de oficiais de infantaria, cavalaria, artilharia e engenheiros no Brasil Colônia. Na Casa do Trem também funcionou a *Real Academia Militar*[127], criada em 4 de dezembro de 1810 e destinada, segundo seus estatutos, à formação de oficiais do Brasil e das demais partes do reino de Portugal.

2.1.1.2. Largo de São Francisco

A sede da academia foi transferida em 1812 para o prédio do atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Largo de São Francisco de Paula (anteriormente denominado *Largo Real da Sé Nova*). Os cursos de formação de oficiais funcionaram nesse edifício até 1858, quando foram transferidos para a Praia Vermelha, com exceção do curso de engenheiros, que permaneceu no local até 1874.

2.1.1.3. Fortaleza de São João

A *Fortaleza de São João da Barra* está localizada na entrada da baía da Guanabara, entre o sopé do morro Cara de Cão e o morro do Pão de Açúcar. A fortificação do local foi iniciada por Estácio de Sá, em 1565, e reforçada em 1572 no governo de Salvador Correia de Sá. Em 1578 foi erguido o *Reduto de São José*, que batia com fogos de artilharia a entrada da baía, e em 1618 o *Reduto de São Diogo*. Com a conclusão desse último, o conjunto entrou em serviço com o nome de *Fortaleza de São João da Barra do Rio de Janeiro*, cruzando fogos com a *Fortaleza de Santa Cruz*, em Niterói. Novas obras de reforço foram realizadas no governo de Sebastião de Castro Caldas (1695-97). Em

[126] Escolas de formação de oficiais do Exército também funcionaram nos estados do Rio Grande do Sul e do Ceará, até o início do século XX.
[127] Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. *Cria uma Academia Real Militar na Corte e cidade do Rio de Janeiro*.

1838, já durante o período imperial, a posição encontrava-se armada com cinquenta e cinco peças de artilharia, guarnecidas por 770 praças[128].

Em 1855 a fortaleza foi o local escolhido para sediar a *Escola de Aplicação do Exército*[129], formada por alunos dos 5º e 6º anos da Escola Militar. A Escola de Aplicação funcionou ali por apenas dois anos, sendo transferida, em 1857, para edificações na Praia Vermelha.

2.1.1.4. Fortaleza da Praia Vermelha

Localizada na Urca, no ponto onde atualmente se encontra a praça General Tibúrcio, a *Fortaleza da Praia Vermelha* foi erguida para defesa da entrada da baía de Guanabara, em data não precisa, anterior a 1701. Sua posição era estratégica, uma vez que por esse trecho se poderia acessar a cidade, contornando as defesas da barra. No governo do Vice-Rei D. Antônio Álvares da Cunha (1763-67) a fortaleza foi reformada, constituindo uma fortificação de alvenaria de pedra e cal, voltada para o mar, entre o morro da Babilônia e o da Urca. Foi novamente ampliada no governo do Vice-Rei D. Luís de Almeida Portugal (1769-79), recebendo um muro que fechava o seu contorno pelo interior. Na oportunidade, foi também erguido um edifício para aquartelamento da sua guarnição[130]. Em 1823, foi instalado no local o *Depósito Geral de Recrutas*, onde as praças recrutadas para o serviço militar do Império seriam educadas e exercitadas[131], e a partir de 1855 a fortaleza passou a aquartelar também o *Batalhão de Engenheiros*[132].

Em 1858, a Escola Militar foi dividida em dois cursos. No largo de São Francisco permaneceu a *Escola Central*, responsável pela formação de engenheiros civis e militares, e na fortaleza da Praia Vermelha estabeleceu-se a *Escola Militar e de Aplicação*, constituída pela reunião da Escola de Aplicação do Exército com a Escola Militar. A partir de 1860, o curso em funcionamento na Praia Vermelha passou a denominar-se *Escola*

---

[128] Conforme informações disponíveis em <http://www.fortalezasmultimidia.com.br/>. Acesso em 24 de março de 2009.

[129] Decreto nº 634, de 20 de setembro de 1851. *Sanciona a resolução da Assembléia Geral criando na província de São Pedro do Rio Grande do Sul um curso de infantaria e cavalaria*. Determinava em seu artigo 3º o internato dos alunos da Escola Militar, com exceção dos alunos dos 5º e 6º, que deveriam aquartelar-se fora da escola, mas dentro do município da Corte. Regulamentado pelo Decreto nº 1.536, de 23 de janeiro de 1855. *Cria uma Escola de Aplicação do Exército, na conformidade do regulamento, que com ele baixa*.

[130] Conforme informações disponíveis em <http://www.fortalezasmultimidia.com.br/>. Acesso em 24 de março de 2009.

[131] Decreto de 22 de fevereiro de 1823. *Cria um depósito geral de recrutas na fortaleza da Praia Vermelha*.

[132] Decreto nº 1.535, de 23 de janeiro de 1855. *Cria um Batalhão de Engenheiros anexo à Escola de Aplicação*.

Militar da Corte, ao qual se reuniu, em 1874, o curso de engenheiros. Nesse ano, o ensino militar abandonou definitivamente o prédio do largo de São Francisco.

Em 1863, foi criada uma *Escola Preparatória*[133], que se fundiu, em 1889, com a Escola Militar da Corte[134]. Finalmente, em 1898, a reunião da Escola Militar da Corte com a *Escola Superior de Guerra*[135] deu origem à *Escola Militar do Brasil*[136], que permaneceu na Praia Vermelha até o final de 1904, quando foi determinada sua transferência para Realengo, em razão do fechamento da instituição após a participação de quase todos os seus alunos num levante, durante a Revolta da Vacina.

Em 1905, durante um congresso de expansão econômica organizado pelo governo, surgiu a ideia da realização de uma exposição da indústria nacional, que foi prevista para 1908, ano do centenário da abertura dos portos. Após discussões quanto às possíveis localizações do evento, decidiu-se pelo bairro da Urca. Em 1907, o Ministério da Guerra cedeu terrenos e edificações no bairro para construção de um *Palácio das Indústrias*, que foi erguido sobre os alicerces da antiga Escola Militar. Após a exposição, o palácio foi sede da Escola de Estado-Maior do Exército, entre 1913 e 1919, e aquartelou o 3º Regimento de Infantaria, de 1920 até 1935, quando foi demolido após ser bombardeado, por ocasião da Intentona Comunista[137].

2.1.2. O ensino militar no início do século XX

A organização do ensino militar obedecia, no início do século XX, ao regulamento em vigor desde 1898. Em Realengo, funcionava a *Escola Preparatória e de Tática*, criada naquele mesmo ano. As outras instituições em funcionamento eram a *Escola Militar do Brasil*, na Praia Vermelha, e a *Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo*, no Rio Grande do Sul.

No relatório referente ao ano de 1900, o Ministro da Guerra J. N. de Medeiros Mallet afirmava que esses estabelecimentos, embora obedecessem a uma orientação bem intencionada, eram incontestavelmente incompatíveis com as necessidades reais da carreira militar. Nos currículos dos cursos, algumas matérias, ligadas à parte teórica, haviam

---

[133] Decreto nº 3.107, de 10 de junho de 1863. *Cria na Corte a Escola Preparatória anexa à Escola Militar*.
[134] Decreto nº 10.203, de 9 de março de 1889. *Aprova o regulamento para as escolas do Exército*.
[135] Essa escola, criada no início de 1889, não guarda relação nem continuidade histórica com a atual Escola Superior de Guerra, criada em 1949.
[136] Decreto nº 2.881, de 18 de abril de 1898. *Aprova o regulamento para os institutos militares de ensino*.
[137] Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Rio Estudos nº 252, p.9.

atingido um desenvolvimento acentuado, enquanto outras eram puramente dispensáveis; e tudo isso em menosprezo aos conhecimentos práticos necessários ao desempenho das funções propriamente militares. Para o ministro, os programas de ensino, repletos de especulações científicas, prendiam os alunos por tempo excessivo nas escolas, o que não representava vantagem alguma para eles ou para o governo. O esforço necessário para atingir o último ano da Escola Militar contrastava com o atraso e com a imperfeição da educação militar, indispensável à carreira[138].

As discussões a respeito da conveniência de mudanças no ensino da Escola Militar atingiam longa data. Embora no início do século XX se destaquem as preocupações sobre a exposição dos alunos às agitações políticas e às necessidades de constituição de um currículo que enfatizasse as matérias práticas, as propostas de reforma não desconheciam a necessidade da ocupação de locais apropriados como requisito para o desenvolvimento da instrução militar. Essas observações eram antigas. Na data remota de 1855 já eram apresentadas críticas à localização da Escola Central, cujo prédio no Largo de São Francisco, além de não oferecer espaço para a ampliação dos cômodos necessários ao regime de internato dos alunos, reunia diversas impropriedades: estava localizado em frente a uma pequena e agitada praça, onde existia um templo com o maior sino da cidade, e assentado entre ruas e travessas por onde veículos transitavam constantemente. Todos esses elementos, desviando a atenção de professores e alunos, aconselhavam a transferência da escola para um outro local mais apropriado[139].

Esses aspectos haviam sido considerados para a decisão sobre a transferência dos cursos da escola, do Largo de São Francisco para a Praia Vermelha. Mas as condições do novo prédio também não eram as ideais. As instalações eram precárias, e, apesar das sucessivas reformas nos quartéis e na fortaleza ao longo do tempo, no final do século XIX ainda podiam ser enumeradas carências de vários elementos para desenvolver a instrução militar teórica ou prática, destacando-se, entre as deficiências, as necessidades de criação de gabinetes e laboratórios, de reorganização do museu de armas e da melhoria das condições higiênicas da enfermaria. A escola também não possuía uma área adequada para instalação de uma linha para os exercícios de tiro, que eram realizados esporadicamente junto à lagoa Rodrigo de Freitas[140].

---

[138] Relatório do Ministro da Guerra João Nepomuceno de Medeiros Mallet, 1900, p. 28.
[139] Relatório do Ministro da Guerra Luís Alves de Lima e Silva, 1855, p. 7-8.
[140] Relatório do Ministro da Guerra Bernardo Vasques, 1896, p. 21.

A Escola Militar do Ceará, extinta em 1898, também havia enfrentado problemas semelhantes, aos quais se acrescentavam, devido à sua localização, as queixas de alunos e professores com o tempo perdido nas viagens. Lá também faltavam elementos indispensáveis para a instrução: a equitação era deficiente por falta de um picadeiro; não havia uma linha organizada para o ensino do tiro[141].

Essas questões continuavam presentes no início do século XX, gerando dificuldades para a instalação de uma mentalidade favorável à instrução prática. Quatro anos após as observações do ministro Mallet, seu sucessor, Francisco de Paula Argollo, também via com preocupação a formação dos jovens oficiais, aos quais faltavam:

> (...) as qualidades fundamentais que caracterizam o espírito do verdadeiro soldado, e daí a superior dificuldade com que temos de lutar para formá-lo, agravada pela vocação, quase que exclusiva, da nossa inteligência para os estudos teóricos, para as especulações puramente abstratas, de onde resulta lamentável inaptidão para os trabalhos práticos e para os misteres profissionais, e franca aversão pelo regime militar[142].

Para Argollo, o problema da educação militar era "muito mais complexo e delicado do que à primeira vista pareceria"[143]. Estendendo suas críticas "àqueles que julgavam a sua solução na dependência exclusiva de reformas, de organização e de regulamentos"[144], o ministro defendia a necessidade de dotar a Escola Militar de uma infraestrutura material adequada. Mas, ainda que não acreditasse que a solução dos problemas viria exclusivamente da reorganização das normas de ensino, Argollo admitia a necessidade de aperfeiçoamentos na legislação. O discurso da reforma já era repetido desde 1900, embora nessa época o último regulamento estivesse em vigor há apenas dois anos; e a melhor oportunidade para sua execução parece ter se apresentado por ocasião dos acontecimentos de novembro de 1904: a ampla participação dos alunos da Escola Militar no episódio da *Revolta da Vacina*.

---

[141] Relatório do Ministro da Guerra Bernardo Vasques, 1896, p. 24.
[142] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1904, p. 5.
[143] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1904, p. 8. e seguintes.
[144] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, p. 8. e seguintes.

Instituída a lei de vacinação obrigatória, no final de outubro de 1904[145], a população, agitada por lideranças políticas contrárias ao governo, revoltou-se e promoveu violentos protestos durante a semana de 10 a 16 de novembro de 1904. No dia 14 de novembro, aproximadamente 300 alunos da Escola Militar marcharam com destino à cidade com o intento de tomar o Palácio do Governo. A situação foi contida pelas forças públicas, e foi decretado estado de sítio por 30 dias, abrangendo o Distrito Federal, a Comarca de Niterói e o Estado do Rio de Janeiro[146]. Como consequência da adesão ao movimento, a Escola Militar foi fechada, e as autoridades civis e militares concordaram com a transferência de sua sede para o Realengo e para as cidades de Rio Pardo e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

O ministro Argolo narra esse episódio com tom de surpresa e revolta[147]. Em sua *Ordem do Dia*, o comandante da escola, Alípio Macedo da Fontoura Costallat, também demonstra surpresa e repugnância ao movimento (Rodrigues, 2008: 75). Mas esse não havia sido o primeiro caso de grave indisciplina envolvendo a Escola Militar. Onze anos antes, em dezembro de 1893, seus alunos haviam participado de manifestações contra o governo, reforçando as agitações políticas na Capital promovidas pela revolta de parte da esquadra nacional; para contê-los, foram desligados alguns oficiais da escola, o que gerou, em protesto, a redação de um manifesto supostamente assinado por 400 alunos. O comandante da escola recebeu a determinação de repreender severamente seus autores, mas, no final do dia, os alunos se aglomeraram no portão de saída e o insultaram. Em represália, foram trancadas 60 matrículas. A providência resultou em novos conflitos, levando o governo a deslocar para a Praia Vermelha um contingente de reforço, recebido com hostilidade pelos alunos, que após o confronto debandaram do estabelecimento. Como medida final para o restabelecimento da ordem, foram trancadas todas as matrículas, concedida baixa às praças e determinada a prisão dos oficiais simpáticos ao movimento[148].

Em 1897, novo episódio de desordem foi registrado. Dessa vez, o Ministério da Guerra havia recebido do comando do 6º Distrito Militar, por ocasião da revolução oriental, um pedido urgente de fornecimento de munições para suprimento das forças da fronteira do Rio Grande do Sul. Como não existia nos depósitos da Intendência de Guerra a

---

[145] Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904. *Torna obrigatória, em toda a República, a vacinação e a revacinação contra a varíola*.
[146] Decreto nº 1.270, de 16 de novembro de 1904. *Proclama o estado de sítio no território do Distrito Federal durante 30 dias*.
[147] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1904, p. 8. e seguintes.
[148] Relatório do Ministro da Guerra Bibiano Sérgio Macedo Costallat 1894, p. 21.

quantidade de munição necessária para atender ao pedido, e havendo na Escola Militar, sem aplicação imediata, mais de 50.000 cartuchos *Mauser* em um depósito, ordenou-se que a munição da escola fosse recolhida ao Arsenal de Guerra. Por parte dos alunos surgiu a ideia de que o recolhimento da munição supunha desmoralização, de modo que alguns oficiais e alunos insubordinaram-se contra a ordem. Os oficiais envolvidos na manifestação foram submetidos a conselho de guerra e condenados, e os alunos desligados. Na sequência dos fatos, os revoltosos receberam a solidariedade dos alunos da escola do Ceará, que em ato coletivo promoveram manifestações de apoio à revolta. Como consequência, as aulas daquela escola também foram suspensas, e dos 590 alunos, 356 foram desligados[149].

Na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo a disciplina não parecia caminhar em melhores condições. Embora constitua um fato de menor dimensão do que aqueles descritos anteriormente, pode ser observado, como exemplo dos atritos entre alunos e professores, os fatos narrados nas *Ordens do Dia* de 17 de maio de 1902, do comandante da escola, onde são relatadas ocorrências disciplinares e determinado o desligamento de vários alunos, entre os quais o futuro presidente da república Getulio Vargas, por desacato à autoridade[150].

A gravidade dos fatos de 1904 talvez tenha chegado à preocupação do Congresso Nacional por comprometer não apenas a disciplina militar, mas também a ordem pública. Assim, o governo autorizou uma nova reorganização do ensino militar, e uma comissão constituída pelo general Luiz Antônio de Medeiros, coronéis Emygdio Dantas Barreto, José Caetano de Faria e Pedro Ivo da Silva Henriques, tenentes-coronéis Gabriel Salgado dos Santos e Ismael da Rocha, e pelo major Pedro Ferreira Neto, foi nomeada para elaboração do projeto de reforma[151].

Como medidas imediatas, foram adotadas: a supressão do ensino preparatório, o que determinou o fechamento da Escola Preparatória e de Tática do Realengo; a rigorosa subordinação dos programas de ensino à técnica profissional; a introdução da exigência de seis meses de efetivo serviço em um dos corpos do Exército para a matrícula na Escola de Guerra; a transformação do regime escolar, dando ao corpo de alunos a organização de um batalhão de infantaria; a extinção do posto de alferes-aluno, substituído pelo título de

[149] Relatório do Ministro da Guerra João Tomás de Cantuária, 1897, p. 4 e 17.
[150] CPDOC, GV c 1902.05.17.
[151] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1904, p.15 e anexo “G”.

aspirante-a-oficial, considerado vantajoso sob o ponto de vista militar ou econômico; o estabelecimento de um posto limite para o exercício do magistério; a criação de escolas de aplicação das três armas e de engenharia; e, por fim, a criação de uma escola de estado-maior, que deveria ser frequentada pelos oficiais de todas as armas[152].

Para atingir os novos objetivos propostos para a formação militar, particularmente quanto ao "expurgo" do ensino teórico e à instalação da instrução militar prática, a reforma não poderia ser concretizada em salas de aula, principalmente nas antigas salas da Praia Vermelha. Assim, os novos estabelecimentos foram distribuídos do seguinte modo: a Escola de Guerra e a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria funcionariam no estado do Rio Grande do Sul, a primeira em Porto Alegre e a segunda na cidade do Rio Pardo, onde havia a disponibilidade de campos de instrução e tiro; a Escola de Artilharia e Engenharia, a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia e a Escola de Estado-Maior funcionariam na Capital, a primeira no Realengo, a segunda no curato de Santa Cruz e a última em uma das dependências do Estado-Maior do Exército, a cuja chefia ficaria subordinada.

2.2. A Escola Militar, em Realengo

Nas motivações para a transferência da Escola Militar podem ser reconhecidas duas dimensões. A primeira, o caráter político da conveniência de seu afastamento do centro da cidade; a segunda, ditada pelas condições geográficas do Realengo, área rural e com uma baixa taxa de ocupação à época, favorecendo a implantação do novo modelo de instrução, que exigia a existência de espaços para a prática de exercícios militares. Certamente, a pré-existência de instalações militares na localidade também se insere nesse segundo tópico, dada a oportunidade da utilização de áreas já estabelecidas e a possibilidade de sua ocupação imediata.

A transferência foi progressiva. Entre 1905 e 1911 funcionaram na localidade os cursos de artilharia e engenharia[153], que ocuparam as instalações que haviam pertencido à Escola Preparatória e de Tática do Realengo. A partir de 1912, incorporaram-se os cursos de cavalaria e infantaria, estabelecendo-se a configuração mais próxima daquela com a qual a escola funcionou até sua extinção, em 1944. Nesse ano, foi fundada a Escola Militar

[152] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1904, p.15.
[153] Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905. *Regulamento para as escolas do Exército*. No período, os cursos de infantaria e cavalaria funcionaram no Rio Grande do Sul.

de Resende, no município de Resende, estado do Rio de Janeiro. Sua denominação foi alterada ainda uma vez, em 1951, para *Academia Militar das Agulhas Negras*[154], que permanece até os dias atuais.

2.2.1. Prelúdio: o período de 1905 a 1911

As narrativas da seção anterior resumiram os eventos que determinaram a extinção da Escola Preparatória e Tática do Realengo e da Escola Militar do Brasil, e a posterior reabertura dessa última em dois estabelecimentos distintos. Essas mudanças, entretanto, enfrentaram oposições, admitidas de modo explícito pelo Ministro da Guerra:

> Sou o primeiro a reconhecer a grande soma das resistências com que essa reforma tem de lutar, em um meio como o nosso, resistente à verdadeira profissão militar. E o maior obstáculo com que temos de lutar para a reorganização do Exército é essa reação adversa do meio, que deve ser modificada com perseverança e firmeza se quisermos colocar a nossa força armada em condições de poder desempenhar a função social que justifica a sua existência[155].

O ministro também apontava o mau estado geral dos aquartelamentos e as dificuldades financeiras e sociais atravessadas pelos militares como entraves ao desenvolvimento do Exército. Mas, embora a necessidade de aperfeiçoamento fosse mais ampla do que apenas no tocante ao funcionamento das escolas militares, o projeto de reforma do ensino foi logo submetido à apreciação do Congresso Nacional, sendo autorizado já no final de 1904. No ano seguinte foi aprovado o novo regulamento[156].

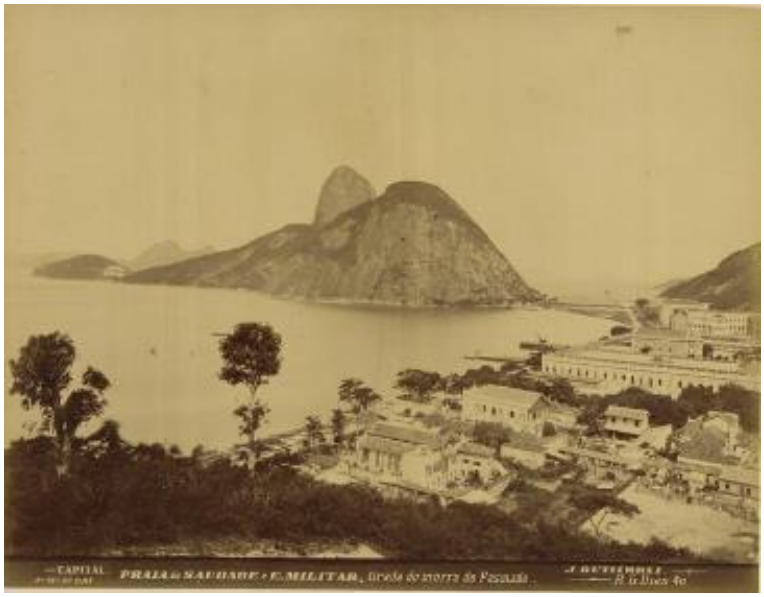
Os acontecimentos de 1904 haviam determinado o desligamento de um grande número de alunos da Escola Militar. Em consequência, em 1905 faltavam candidatos que satisfizessem as exigências para matrícula no curso da Escola de Artilharia e Engenharia, sendo autorizado o funcionamento do curso especial preparatório previsto no extinto

---

[154] Decreto nº 29.484, de 23 de abril de 1951. *Altera o atual nome da "Escola Militar de Resende" para "Academia Militar das Agulhas Negras"*.
[155] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1905, p. 8.
[156] Decreto 5.698, de 2 de outubro de 1905. *Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino*.

regulamento de 1898, para possibilitar o ingresso de novos candidatos. A fim de regularizar o período de transição de um para outro regime, de modo a não prejudicar os alunos que já haviam iniciado os estudos, foram adotadas algumas medidas de caráter provisório, com previsão de duração de dois anos, findos os quais todas as escolas passariam a funcionar em condições normais, ou seja, regidas pelo novo regulamento[157].

Figura 6 - Praia da Saudade e Escola Militar.



J. Gutierrez. Praia da Saudade, com a Escola Militar ao fundo. Final do século XIX.

Os argumentos para aproveitamento das áreas do Realengo para instalação da Escola de Artilharia e Engenharia reproduziam os que já haviam sido apresentados em outras oportunidades: a situação próxima à Capital, com a qual a localidade se comunicava, tanto por estrada de rodagem - a estrada de Santa Cruz - quanto pela via férrea; o prolongamento dessa via até os campos de Santa Cruz, que habitualmente vinham sendo escolhidos para a realização das grandes manobras; a vizinhança da região com as fazendas Sapopemba e Dendê, predestinadas à instalação de uma vila militar; sua situação junto a terrenos favoráveis aos exercícios militares e próxima a um polígono de tiro já estabelecido; e, embora o edifício da extinta Escola Preparatória e de Tática não houvesse sido construído para abrigar um estabelecimento do porte da Escola Militar, não lhe

[157] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1905, p. 4.

faltava, ao contrário da Praia Vermelha, espaço suficiente para expansões, sendo por isso priorizado para aproveitamento entre os existentes na localidade[158].

Embora satisfatórias do ponto de vista das possibilidades de expansão, as edificações existentes em Realengo necessitavam de melhoramentos para se tornarem realmente adequadas às exigências dos programas escolares e das atividades correspondentes a uma instrução militar caracterizada pela ênfase na prática. As experiências anteriores também já haviam apontado os inconvenientes acarretados pela dispersão das dependências da escola; portanto, pensou-se em aproveitar uma única instalação, na qual se realizariam as adaptações indispensáveis para o funcionamento dos cursos, pequenas transformações que possibilitassem ao edifício comportar o material estritamente necessário ao ensino e a algumas poucas repartições administrativas. A linha de tiro, pelo destaque que lhe cabia na instrução técnica, mereceria maior atenção. Para sua melhoria foi projetada a construção de uma linha *Decauville*[159], ligando-a às demais dependências do polígono de tiro, com um prolongamento de 300 metros até a estação do Realengo e um retorno até o edifício da escola, para facilitar as comunicações e prestar serviços de inspeção, transporte de alvos, munições, material de sinalização, etc. Os projetos para adaptação da linha de tiro previam, ainda, a construção de abrigos de infantaria, a melhoria das plataformas para o tiro de infantaria e artilharia, a construção de cercas em toda sua extensão e a obtenção de novo acordo com a prefeitura para aumentar sua área[160].

Também seria preciso realizar adaptações no edifício da escola, de modo a acomodar os gabinetes e laboratórios indispensáveis às aulas, e adquirir materiais para equipá-los. Mas, em 1906, ainda faltava muito para atingir esses resultados. O instituto encontrava-se, na prática, completamente desaparelhado para o ensino. Entre o material recebido, oriundo das escolas extintas, pouco havia de aproveitável, e assim, na ausência de instalações ou das adaptações necessárias, a escola iniciava seu funcionamento sem condições adequadas para cumprir seu programa de ensino[161].

A chegada da Escola de Artilharia e Engenharia aumentou consideravelmente a população da localidade, à qual também se somaram 50 praças do 38º Batalhão de

---

[158] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1906, p. 18 e seguintes.
[159] Sistema de estrada-de-ferro de via estreita, com bitola de 40 a 60 centímetros, conhecido pelo nome do seu inventor, Paul Decauville (1846-1922). Era formada por elementos metálicos pré-fabricados, que podiam ser facilmente desmontados, transportados e reutilizados.
[160] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1906, p. 18 e seguintes.
[161] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1906, p. 20.

Infantaria, designadas para o serviço de guarda e de conservação da linha de tiro[162]. Na mesma época, um levantamento realizado pela prefeitura classificava Realengo como um "povoado", compreendendo 29 quilômetros de ruas e caminhos e 520 prédios[163]. Os únicos edifícios que dispunham de eletricidade eram as instalações da escola e da fábrica de cartuchos, onde a energia era gerada. A enfermaria e a farmácia da escola ainda eram os únicos serviços de saúde existentes na região, e atendiam aos militares, seus familiares e aos operários da fábrica[164].

A estrutura da escola começou a receber melhoramentos a partir de 1907. Nesse ano, começaram a ser instalados aparelhos balísticos e depósitos de munição, e iniciou-se, ao lado da estação ferroviária, a construção de um picadeiro com estrutura metálica importada da Alemanha, destinado ao ensino de equitação. Foram realizadas adaptações nas instalações, com aparelhamento dos laboratórios de química, explosivos e manipulações pirotécnicas, e criados laboratórios de telegrafia e telefonia, formando um gabinete equipado com "os melhores modelos de telégrafos e telefones de campanha e até mesmo uma estação completa de telegrafia sem fio". Também foi criado um pequeno atelier fotográfico, e adquirido na Europa um parque aerostático. O gabinete de mineralogia foi ampliado, recebendo novas coleções, aparelhos e instrumentos de precisão. Foram adquiridos equipamentos para as aulas de topografia, formando o gabinete "mais completo da escola, pela variedade de instrumentos de precisão, dos mais modernos existentes"[165].

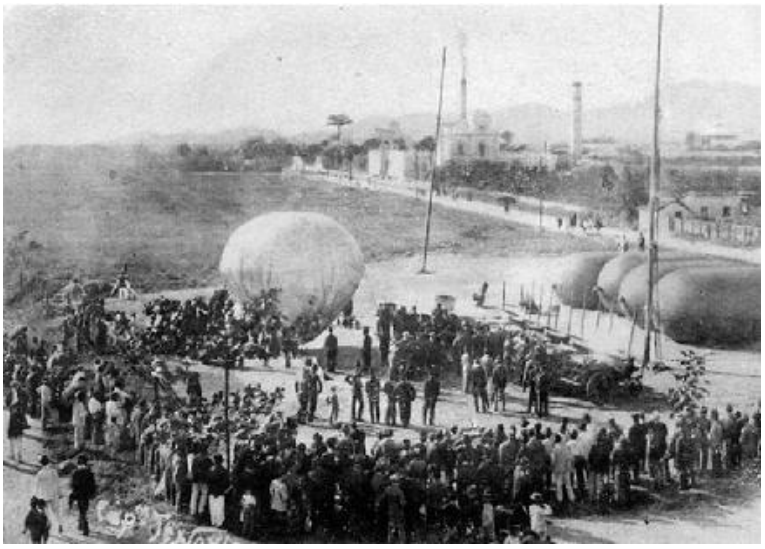
As áreas de instrução também começaram a ser transformadas. Foi erguido um novo parque de artilharia, ampla edificação de cimento armado, com 33 metros de frente sob 7 metros de fundo. A linha de tiro foi reformada, com a demolição da antiga plataforma e a construção de outra maior, que exigiu cerca de 800 metros cúbicos de aterro; foram construídos 3.000 metros de linhas telefônicas, ligando a linha ao edifício da escola, e instalados cronógrafos em toda sua extensão; o prédio utilizado para residência do oficial encarregado foi reconstruído; e, por fim, foi adquirido um grande número de aparelhos para as experiências balísticas[166].

---

[162] Idem.
[163] Rio Estudos nº 250. Planos de Governo Rodrigues Alves/Pereira Passos 1902/1906. Parte 2.
[164] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1906, p. 20.
[165] Relatório do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca, p. 7 e seguintes.
[166] Relatório do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca, 1907, p. 19 e seguintes.

A Escola de Artilharia e Engenharia contava com um *parque de aerostação*, que segundo Fróes (2004) estava instalado no mesmo hangar construído pela equipe de Augusto Severo em 1894. O parque contava, em 1908, com quatro balões e outros materiais adquiridos na França, utilizados em experiências de aeronavegação. Uma dessas experiências culminou em desastre, no qual foi vítima o primeiro-tenente Juventino Fernandes da Fonseca, durante um ensaio de dirigibilidade de aerostatos[167].

Figura 7 - O Balão Militar número 1.



Flagrante da experiência com o Balão Militar número 1, realizada no Campo de Marte, defronte ao prédio da Escola de Artilharia e Engenharia, momentos antes do acidente que vitimou o tenente Juventino Fonseca. Ao fundo, a Fábrica de Cartuchos.

O tenente Juventino fazia parte de um grupo de militares enviado à Europa para aperfeiçoamento de conhecimentos profissionais, e participou de treinamentos de navegação aérea na França. De volta ao Brasil, realizaria uma demonstração de voo às autoridades, tripulando um balão que, retido por um cabo, deveria atingir a altitude de 200 metros. A experiência foi marcada para o dia 20 de maio de 1908, na praça defronte à Escola de Artilharia e Engenharia, mas terminou tragicamente: o cabo de retenção se rompeu, e, solto, o balão atingiu uma altura estimada em 1.000 metros, sendo arrastado em seguida por um vento noroeste para a serra do Barata, contra a qual se chocou, provocando a morte do piloto (Costa, 2003).

[167] Revista da Sociedade Brasileira de Geografia, 1915, p. 173.

A experiência contava com a assistência de autoridades civis e militares, entre as quais o Ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca, e o deputado Elysio de Araújo[168], que a narrou perante a Câmara dos Deputados na sessão de 21 de maio de 1908, pronunciando o seguinte discurso:

> Sr. Presidente, creio ter partido desse obscuro representante fluminense as primeiras palmas recebidas pelo inditoso 1° tenente Juventino da Fonseca ao se anunciar dentro da cesta do seu balão militar a tradicional voz de comando "larga!". Parta do mesmo modo do orador a iniciativa de um projeto de lei, subscrito em grande escala por muitos ilustres colegas, concedendo uma modesta pensão à viúva e filhos do oficial, morto em seu posto de trabalho, quando procurava inaugurar no Exército de sua pátria amada, um serviço que todas as nações vêm de muito cogitando na sua resolução. Sinto minha alma muito comovida para narrar-vos o lúgubre espetáculo de que fui, infelizmente, testemunha. Posso apenas dizer-vos que vi partir-se esse fatídico cabo, detentor do balão militar; acompanhei-o em sua vertiginosa subida para o infinito; como que o seu parar muito alto, no céu azul, e depois desprender-se loucamente para terra, ao mesmo tempo que um grito lancinante partia do meio de todos os espectadores. Minutos que pareceram mais séculos, meus senhores, esses que medearam entre a queda e a triste certeza de que não mais vivia aquele ardoroso sonhador de glórias, há pouco cheio de vida, a lançar um olhar afetuoso para a cara esposa e filha. Mas para que renovar dores? A minha missão é muito diferente. Creio que interpreto o sentimento desta Câmara enviando à sua deliberação um projeto de lei, ultimo tributo prestado á memória do soldado que morreu no cumprimento do seu dever militar[169].

---

[168] A revista *Careta*, de 6 de junho de 1908 reproduz fotografias do acontecimento e menciona entre os presentes o marechal Hermes da Fonseca, o segundo-tenente Mário Hermes, o alferes Genseryco de Vasconcelos, além de "oficiais e convidados".
[169] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 21 de maio de 1908.

Às viúva e filha do tenente Juventino foi concedida, dois anos depois, uma pensão de 300$ mensais[170].

Ao final da década de 1910 foi se delineando o que pode ser considerado um período de transição entre regimes de ensino. Em 1908, o governo resolveu mandar fechar, à medida que fossem terminando os exames, as escolas que haviam sido criadas pelo regulamento de 1905, reunindo progressivamente seus cursos no Realengo. Em 1909 seriam encerradas as aulas do primeiro ano da Escola de Guerra, e, em 1910, as do segundo ano. Em 1911 seria extinta a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria[171]. Completando a reunião dos cursos, a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia seria transferida do Curato de Santa Cruz para o Realengo, com a abertura de suas aulas prevista para efetuar-se em 1911[172].

Em um contexto geral, as mudanças no ensino militar ao final da primeira década do século XX estavam inseridas em uma fase de ampla reorganização do Exército. Em 1908 foram promovidas desde alterações de grande vulto, como a organização e instalação de novas unidades militares[173] e a criação de cinco brigadas estratégicas e três de cavalaria[174], até menores, como alterações no plano de uniformes[175]. Nesse mesmo ano, com o intuito de aperfeiçoamento da instrução militar, foram nomeados para servirem no exército alemão os primeiros-tenentes Alexandre Galvão Bueno, Leopoldo Itacoatiara de Senna e os segundos-tenentes Manoel Joaquim Pena, Augusto da Silva Mendes, Antonio Borba de Moura e Amaro de Azambuja Villa Nova, e designados os segundos-tenentes Mario Hermes da Fonseca, Ignácio de Alencastro Guimarães Junior e Pedro Carlos da Fonseca para se aperfeiçoarem na Europa em conhecimentos militares e profissionais diversos. Segundo Rodrigues (2008: 223), esse conjunto de ações influenciou sobremaneira o processo de modernização profissional do Exército, possibilitando importantes mudanças e facilitando a expansão do papel da instituição na sociedade e na política.

---

[170] Decreto nº 2.319, de 28 de dezembro de 1910. *Concede uma pensão mensal de 300$, repartidamente, à viuva e à filha do 1º tenente Juventino Fonseca, morto em serviço militar*.
[171] Decreto nº 7.228, de 17 de dezembro de 1908. *Providencia sobre o fechamento da Escola de Guerra e da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria*.
[172] Decreto nº 8.042, de 2 de junho de 1910. *Transfere para o Realengo, ficando anexa à Escola de Artilharia e Engenharia, a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia*.
[173] Decreto 6.971, de 4 de junho de 1908. *Organiza as grandes unidades e os quadros dos oficiais do Exército e dá outras providências*.
[174] Decreto nº 7.054, de 6 de agosto de 1908. *Cria cinco brigadas estratégicas e três de cavalaria e manda observar o regulamento dos comandos das referidas brigadas*.
[175] Decreto 7.201, de 26 de novembro de 1908. *Estabelece alterações no plano de uniformes do Exército*.

2.2.2. A década de 1910

No início da década de 1910, quatro instituições constituíam o centro da vida pública no Realengo: a estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, a Fábrica de Cartuchos, a Escola Militar e a capela de Nossa Senhora da Conceição, já elevada à categoria de *freguesia*, com a extensão de sua jurisdição demarcada pelos limites do alto da serra de Jacarepaguá até as divisas com São João de Meriti no alto da serra de Madureira, e desde a estrada de Sapopemba até perto de Bangu[176]. Edificada no meado do século XIX na praça Nossa Senhora da Conceição, onde ainda hoje se situa, a capela constituiu o ponto em torno do qual um modesto comércio começou a se estabelecer no bairro. A limitação da disponibilidade de áreas junto à linha ferroviária, que constituíam propriedade do Ministério da Guerra, deu ao Realengo uma configuração diferente da maioria dos bairros do subúrbio, nos quais os estabelecimentos comerciais se localizavam normalmente ao redor das estações. Nas áreas periféricas, os antigos campos de pastagem cediam lugar ao cultivo de laranjas.

De um modo geral, apesar dos investimentos na Escola Militar e na Fábrica de Cartuchos, a década de 1910 não representou um período de grande evolução urbana para o Realengo. Em 1917, a localidade ainda era considerada como um distrito da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, possuindo poucos logradouros: o *Campo de Marte*, as praças *Nossa Senhora da Conceição*, *Conselheiro Freire Allemão* e do *Arsenal*, a estrada e o caminho dos *Limites* e as ruas *do Cemitério*, *Murundú*, *Rosa de Almeida* e *Campanha*[177], nas quais podem ser encontradas as construções residenciais mais antigas da região. Com exceção das edificações da fábrica de cartuchos e das instalações militares, a única instituição mantida pelo poder público era o cemitério do Murundu, inaugurado em 1895. A canalização do abastecimento de água do bairro só foi iniciada na década seguinte[178], abrangendo, além de Realengo, as localidades de Sepetiba, Bangu, Vila Nova do Magarça e Mato Alto, Guaratiba, Rio da Pedras e Ilha do Governador.

---

[176] Carlos de Almeida Barata. Igrejas & Paróquias. <http://www.ids.org.br/files/Cronologia_III.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2009.

[177] Decreto nº 12.356, de 10 de janeiro de 1917. *Aprova a consolidação das disposições legais e regulamentares concernentes aos territórios das freguesias urbanas e suburbanas do Distrito Federal, que formam as circunscrições judiciárias das atuais pretorias*.

[178] Lei nº 3.991, de 5 de janeiro de 1920. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1920*. Artigos 53, 58 e 60. Autoriza o governo a executar, pela consignação "revisão da rede", da verba 8ª, as canalizações destinadas ao abastecimento de água a Sepetiba, Bangu, Vila Nova do Realengo, Magarça e Mato Alto, em Guaratiba, Rio da Pedras e ilha do Governador. Decreto nº 4.555, de 10 de agosto de 1922. P*rovê as despesas públicas no exercício de 1922*. Continuação das canalizações

Para o ensino militar, o ano de 1913 marcou a entrada em vigor de uma nova regulamentação[179]. Foram definitivamente extintas a Escola de Guerra e a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, do Rio Grande do Sul, além da Escola de Artilharia e Engenharia e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia, da Capital. Reunidas em Realengo, essas instituições passaram a funcionar sob a denominação de *Escola Militar* e *Escola Prática do Exército*.

Figura 8 - Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

Vista da fachada da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, situada na praça de mesmo nome, em Realengo, às margens da antiga estrada Real de Santa Cruz. Fotografia de Anderson Viana, ano de 2010.

A Escola Militar foi concebida como um internato, destinado a ministrar às praças os conhecimentos necessários para a matrícula na Escola Prática do Exército, onde complementariam os conhecimentos para formação do oficial. As condições para a matrícula exigiam o tempo mínimo de seis meses de efetivo serviço como praça em um dos corpos do Exército, exceção feita aos candidatos que possuíssem o curso integral de um dos colégios militares ou apresentassem cadernetas de reservista, comprovando a

destinadas ao abastecimento d'água em Sepetiba, Bangu, Villa Nova do Realengo, Magarça e Mato Alto, Guaratiba, Rio das Pedras e ilha do Governador).

[179] Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913. *Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino*.

condição anterior de aluno de um estabelecimento de ensino onde houvessem recebido instrução militar[180].

Os cursos das extintas *Escola de Guerra* e *Escola de Aplicação de Engenharia e Artilharia* funcionariam como anexos da Escola Militar. Isso significa que estariam reunidos em um único estabelecimento os cursos de infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia, emergindo a necessidade de novas adequações do prédio da escola para atender ao aumento do efetivo que o ocuparia. A aquisição de novos equipamentos para as aulas, tais como aparelhos de topografia, cavalos para equitação, material de telegrafia, telefonia e fotografia, também exigiu a execução de novos melhoramentos nas áreas de instrução. No polígono de tiro foi construído um pavilhão sanitário e reconstruído o paiol; foram feitos reparos e limpeza nos armazéns e instaladas novas linhas telefônicas. No picadeiro, foram colocados aparelhos sanitários e melhorada a pista. A enfermaria recebeu pinturas, caiadura externa e teve as janelas guarnecidas com telas de arame, além de receber uma nova mobília[181].

Figura 9 - Escola Militar, em data anterior a 1920.

Fachada do prédio da Escola Militar do Realengo em data desconhecida, mas certamente antes das reformas de 1920. Foto do acervo particular do Sr Márcio Dantas Matias, gentilmente cedida para este trabalho.

Com o acréscimo dos novos cursos, foi necessário também reaproveitar outras dependências da extinta escola de tiro, na qual foram preparados dois alojamentos para receber os alunos da Escola de Guerra. Os prédios receberam uma pintura geral, além da

[180] Relatório do Ministro da Guerra Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, 1912, anexo A-E-51.
[181] Relatório do Ministro da Guerra Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, 1912, p.26.

realização de outros pequenos consertos. Nas baias foi realizada uma limpeza geral, compreendendo pinturas diversas e a construção de 790,23 metros de calçamento cimentado e sarjetas para desvio das águas pluviais.

Figura 10 - Fachada da Escola Militar, em 2009.

Prédio da Escola Militar do Realengo, em 2009. A fachada atual conserva os elementos da reforma de 1920. Fotografia de Yukimi Takanaca..

Pode ser observado que, apesar das intenções de dotar a escola dos materiais e das instalações necessárias para o desenvolvimento da instrução, as reformas realizadas não iam além de pinturas, pequenos consertos, modificações ou adaptações nas instalações já existentes. No antigo prédio, destinado originariamente a abrigar um efetivo reduzido, as ampliações correspondiam apenas às necessidades mais emergentes. A Escola Militar do Realengo era um local desconfortável, onde a improvisação era a regra. Embora a ampliação do edifício estivesse prevista desde sua ocupação em 1905, as restrições financeiras constantemente impediam a execução desse projeto[182]. Após quinze anos de funcionamento no Realengo, a escola ainda era composta por um único pátio, tomado por alojamentos; as salas de aula espalhavam-se pelas ruas sem calçamento do bairro, e grande parte dos alunos se hospedava - prática herdada da Praia Vermelha - em *repúblicas*, quartos alugados como moradia conjunta.

[182] Relatório do Ministro da Guerra José Caetano de Faria, 1915, p. 23.

A situação de precariedade das instalações da escola prolongou-se até 1919, quando foram finalmente realizadas reformas de maior vulto. O pátio principal recebeu o acréscimo de um segundo andar, onde foram distribuídas as salas de aula e as repartições administrativas; a fachada do prédio foi remodelada em estilo *art noveau*, que ainda se conserva atualmente; um segundo e um terceiro pátio foram construídos, abrigando alojamentos amplos e mais convenientemente mobiliados; foi construído um pavilhão para a ferraria, uma sala de veterinária e um picadeiro ao ar livre para a instrução de equitação; o pavilhão da enfermaria foi melhorado. As obras de ampliação do edifício foram concluídas em 1920[183].

Essas melhorias ocorreram em conjunto com amplas reformulações da estrutura do Exército, postas em prática a partir da administração do Ministro da Guerra Alberto Cardoso de Aguiar e de seu sucessor, Pandiá Calógeras. A contratação de uma missão de instrução militar composta por oficiais do exército francês[184] trouxe, entre outras modificações na formação dos oficiais brasileiros, a organização de um curso de aviação, destinado a ministrar aos oficiais e sargentos a instrução de pilotos, mecânicos e observadores de voo[185]. Também foi criado um curso para oficiais veterinários, que funcionaria junto à Diretoria de Saúde do Exército, e um curso de administração, junto à Diretoria de Administração da Guerra, ambos sob a direção técnica dos oficiais franceses.

2.2.3. As reformas das décadas de 1920 e 1930

Motta (1976) se refere com entusiasmo ao período vivido pelo Exército a partir do início da década de 1920, citando três pontos principais nessa fase de reorganização: a melhor estruturação das grandes unidades, o aumento das aquisições de armas automáticas e de artilharia, e o aparecimento das divisões de carros de combate e da aviação. O autor credita às habilidades políticas de Pandiá Calógeras, que como Ministro da Guerra deu continuidade às reformas iniciadas na administração anterior, a garantia da concessão de verbas junto ao Congresso Nacional, sustentando as reformas de modo duradouro. Também são oportunas as observações de Domingos Neto (2007), que interpreta a continuidade desses investimentos dentro de um quadro de interesses comerciais, políticos

[183] Relatório do Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras, 1921, p. 32.
[184] Decreto 3.741, de 28 de maio de 1919. *Autoriza o governo a contratar, na França, uma missão militar, para fins de instrução no Exército*.
[185] Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919. *Estabelece bases para a reorganização do ensino militar e criação de cursos de aviação, veterinária e outros*.

e estratégicos, no qual o desenvolvimento do Exército Brasileiro foi encarado como a abertura de um novo mercado para artigos bélicos norte-americanos e europeus, e no qual a presença da missão militar francesa influenciou na aquisição de materiais produzidos naquele país.

A missão francesa atuou na Escola Militar do Realengo apenas a partir de 1924, com uma influência mais voltada para a organização e métodos de ensino do que a renovação dos seus aspectos materiais e áreas de instrução. Nesse período, os maiores investimentos a serem considerados em relação a essas áreas foram destinados à construção da Escola de Aviação Militar, estabelecida no Campo dos Afonsos[186].

Figura 11 - Visita de Santos Dumont à Escola de Aviação Militar, 1928.

Oficiais da Missão Francesa acompanham Santos Dumont e o prefeito do Rio de Janeiro em visita à Escola de Aviação Militar, em 1928. Acervo do Museu Aeroespacial.

De um modo geral, durante a década de 1920 a Escola Militar foi menos caracterizada pelas mudanças em sua estrutura do que pela mobilização política dos oficiais de baixa patente, no movimento conhecido como *tenentismo*. Embora o movimento tenha se constituído de outros episódios, o envolvimento mais direto dos alunos da escola se deu nos fatos de 1922, quando participaram de uma rebelião contra o governo, simultaneamente com oficiais aquartelados no Forte de Copacabana, e em 1930, quando marcharam para o centro da cidade do Rio de Janeiro, juntando-se às tropas

[186] A criação e os investimentos nas instalações da Escola de Aviação Militar estão detalhados no subtítulo 2,3.3. deste capítulo, à frente.

revolucionárias que destituíram Washington Luís e conduziram Getúlio Vargas à presidência.

O suporte dos militares ao golpe teve como contrapartida uma nova fase de investimentos do governo na estruturação das Forças Armadas, atendendo aos propósitos de fortalecimento do poder na esfera federal e da permanência de Vargas no governo. Para o ensino militar, os primeiros reflexos desses investimentos foram a contratação de duas missões militares, a primeira, composta de oficiais do exército dos Estados Unidos da América do Norte, que ficou encarregada da instrução relativa à defesa de costa, e uma segunda, com diversos especialistas estrangeiros, que tratou da formação de oficiais técnicos. A partir desses contratos, surgiu o *Centro de Instrução de Artilharia de Costa*, em 1934, e foram reformulados os cursos da Escola Técnica do Exército. Outros estabelecimentos de ensino militar também foram criados ou reaparelhados no período, recebendo recursos em materiais e novas instalações. Nesse conjunto de reformas, surgiu a proposta de transferência da escola militar para um local "mais conveniente"[187].

> O edifício em que está instalada a Escola Militar é de construção antiga, acrescido, por partes, de outras dependências exigidas pelo seu funcionamento. É bem de ver, porém, que o trabalho de adaptação, atendendo, até certo ponto, às necessidade pedagógicas, jamais poderá satisfazer plenamente a todos os aspectos do ensino militar[188].

Essa última transferência da Escola Militar foi um evento considerável em sua história, por estar inserida não apenas dentro da série de reformas de regulamentos e mudanças de sede, mas também no processo de criação de elementos simbólicos associados à formação dos oficiais do Exército. O coronel José Pessoa de Cavalcanti Albuquerque, nomeado comandante da escola entre os anos de 1930 e 1934, é considerado o principal articulador dessa reforma, que, além de melhorias materiais, envolveu as práticas sociais e a formação moral do aluno, em uma manipulação de elementos reconhecida por Motta (1976) na criação de uma *mística do oficialato*, e por Castro (1994;

[187] Relatório do Ministro da Guerra Pedro Aurélio de Góis Monteiro, 1934, p. 53.
[188] Relatório do Ministro da Guerra Pedro Aurélio de Góis Monteiro, 1934, p. 79.

2002) na invenção da Escola Militar como herdeira de uma tradição própria e com um papel na construção da nação brasileira.

Figura 12 - "Bonequinha de seda".

Cartaz de divulgação do filme "Bonequinha de seda", produção do cinema nacional que contou com a participação de um grupo de cadetes da Escola Militar do Realengo.

Nesse contexto, certas ações podem ser consideradas estratégias para conceder projeção e visibilidade social ao corpo de oficiais, como a participação de um grupo de cadetes em *Bonequinha de seda*, considerado um dos filmes mais importantes da década de 1930 e a primeira superprodução brasileira (Ferreira, 2006), estreada em 1936 no cinema Palácio, no Rio de Janeiro[189]; ou a participação de um coro de alunos e da banda da Escola Militar do Realengo na faixa *Canto da pátria*, de Oscar Gomes Cardim, gravada em 1944 em plena II Guerra Mundial. Encontrada no disco *Brasil, canto de amor*, ao lado de

[189] Segundo a sinopse da ficha filmográfica: "trata-se da estréia da heroína na alta sociedade carioca. Gilda de Abreu passa no filme por ser uma pequena francesa educada em Paris e chegada a pouco da Europa. E a estréia da jovem parisiense, bela e dona de ótima educação, reveste-se de estrondoso sucesso. Agita-se a elite, cortejam-na os homens, bajulam-na todos, e surgem os comentários: cada qual acha que tal distinção e educação, tais lindíssimos vestidos *savoir-dire* somente em Paris se poderiam adquirir que aqui terra de botocudos nada de bom se faz. E afinal a jovem era brasileira tinha se educado no Brasil e suas lindas vestimentas nunca tinham visto uma agulha parisiense".

canções como *Avante camaradas* (Antônio Manoel do Espírito Santo & Lira Tavares, 1942), *Sabemos lutar* (Frazão & Nássara, 1942), *Pelo Brasil e pela vitória* (Caio Lemos, 1942), *Desperta Brasil* (Grande Otelo, 1942) e *O V da vitória* (Lamartine Babo, 1942), a voz dos cadetes também alimentava o otimismo nacionalista incentivado pelo Estado Novo.

Nessa mesma linha, também se encontram referências aos cadetes e à Escola Militar no *Cine Jornal Brasileiro*, série de filmes de curta duração produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda[190] nas décadas de 1930 e 1940, para exibição nas salas de cinema. Com apelo nacionalista e sob a bandeira da "integração nacional, da informação e educação do povo", os filmes ressaltavam "as qualidades do país, de seu povo e, principalmente, de seus governantes, misturando variedades, amenidades, curiosidades, esportes, catástrofes, alguma notícia do estrangeiro e, invariavelmente, boas notícias sobre o poder" (Luporini & Carrasco, 2007).

As referências à Escola Militar nos filmes do Cine Jornal abrangem o período de 1938 a 1944. Caracterizam-se pela propaganda de exaltação de eventos realizados na escola, geralmente contando com a presença de autoridades do governo. Os títulos são significativos: *Na Escola Militar - DF: inicia-se com provas esportivas a Semana de Confraternização das Classes Armadas*[191]; *Na Escola Militar - Realengo (D.F.): Os cadetes argentinos despedem-se de seus colegas brasileiros*[192]; *O início das aulas na Escola Militar, com a presença do Ministro da Guerra*"[193]; *Escola Militar - Rio: O Chefe do Governo preside a solenidade de incorporação dos novos cadetes*[194]; *Rio: Novos oficiais do Exército*[195]; *Na Escola Militar - Rio: a posse do novo comandante*[196]; "*Na Escola Militar - Rio: A cerimônia da entrega de espadins aos novos cadetes*"[197]; *Escola*

---

[190] O *Departamento de Imprensa e Propaganda* possuía o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. Sua origem remonta ao *Departamento Oficial de Publicidade*, criado em 1931 e transformado, sucessivamente no *Departamento de Propaganda e Difusão Cultural* (1934), *Departamento Nacional de Propaganda* (1938) e, finalmente, no *Departamento de Imprensa e Propaganda* (1939). Conforme verbete *Departamento de Imprensa e Propaganda*, disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. Acesso em 21 de julho de 2008.
[191] Cine Jornal Brasileiro, v. 1, n. 010 (1938).
[192] Cine Jornal Brasileiro, v.1, n. 058 (1939).
[193] Cine Jornal Brasileiro, v.1, n. 098 (1940).
[194] Cine Jornal Brasileiro, v. 1, n. 145 (1940).
[195] Cine Jornal Brasileiro, v. 1, n. 181 (1940).
[196] Cine Jornal Brasileiro, v. 1, n. 194 (1941).
[197] Cine Jornal Brasileiro, v. 2, n. 064 (1941).

Militar - Rio: Presidida pelo Chefe do Governo a solenidade da declaração de novos aspirantes[198].

Em um dos filmes mais expressivos, a propaganda se dirige ao recrutamento de jovens. Com o título *Escola Militar do Brasil*, sua sinopse narra:

> Da Academia Real Militar, fundada por D. João VI, em 23 de abril de 1811, à atual Escola Militar em Realengo, varias gerações têm sido forjadas para o engrandecimento do Brasil e para a defesa da pátria. O Departamento de Imprensa e Propaganda, em colaboração com a Escola Militar, mostra como são recrutados os futuros oficiais do nosso Exército [199].

Nas imagens, aparece a fachada da Escola Militar. Pelo portão, entram jovens concorrentes a uma vaga. As câmeras percorrem os dormitórios. Surgem cenas de candidatos sendo submetidos a exames médicos e testes de educação física - saltos, corridas, provas de atletismo. Um oficial confere os resultados dos exames. Na estação ferroviária chegam estudantes e as turmas entram no edifício. Destacando a ordem e a organização, soam avisos radiofônicos e as imagens mostram uma sala de aula; ao final, surge a figura de um corneteiro e da bandeira nacional.

Esses exemplos se alinham com o conjunto de reformas da ordem social e cultural da Escola Militar. Quanto à questão da ordem física, ou seja, em relação as reais condições materiais de sua sede, é o caso de se reconhecer a inadequação das instalações do Realengo para o desenvolvimento do ensino, apesar das inúmeras reformas atravessadas, e a real necessidade de construção de um novo edifício. No antigo prédio, os serviços administrativos funcionavam no segundo pavimento, onde as condições de iluminação e arejamento eram consideradas, na melhor perspectiva, apenas "apropriadas", o que nem mesmo podia ser dito dos pavimentos térreos. As salas de aula funcionavam nas alas e na parte posterior do prédio, construídas em diferentes épocas, formando um conjunto anacrônico que dificultava uma distribuição racional das atividades.

---

[198] Cine Jornal Brasileiro, v.3, n. 045 (1944).
[199] Cine Jornal Brasileiro. v. 1, n. 095 (1940).

Historiadores locais concordam com a ideia de que a presença da Escola Militar e da Fábrica de Cartuchos impulsionou o desenvolvimento de Realengo (Wenceslau, 2004; Froes, 2004), movimentando o comércio, o mercado imobiliário e a vida social da localidade. Segundo esses autores, entre as décadas de 1920 e 1930, os estabelecimentos comerciais instalados no centro do bairro - papelarias, confeitarias, padarias, mercearias, armazéns, sapatarias, restaurantes e farmácias - sustentavam-se, em grande medida, pela freguesia constituída por alunos e funcionários da Escola Militar.

Figura 13 - Cine-Teatro Realengo.

Cine-Teatro Realengo, localizado no centro do bairro, próximo à edifício da Escola Militar. À esquerda, fachada do cinema. Á direita, afrescos de autoria desconhecida, que decoram as paredes do saguão do antigo cinema, reproduzindo os quadros "O grito do Ipiranga", de Pedro Américo (acima), e "A primeira missa no Brasil", de Victor Meirelles (abaixo). Fotografias de Anderson Viana, ano 2010.

Em 1932 foi instalada pela Companhia Telefônica Brasileira a primeira rede telefônica do bairro, que servia a cerca de 60 assinantes[200]. No final da década de 1930 foi inaugurado o *Cine-Teatro Realengo*, em um prédio próximo à Escola Militar. Construído em estilo arquitetônico *art-déco*, as paredes de seu saguão principal exibiam dois afrescos reproduzindo os quadros *A primeira missa no Brasil*, de Victor Meirelles, e *O grito do Ipiranga*, de Pedro Américo, obras com forte apelo ao sentimento de nacionalidade. Nesse contexto, pode-se pensar no controle desses espaços e em sua utilização no mecanismo de propaganda do Estado-Novo, dentro do seu projeto de construção de um sentimento de

[200] As primeiras linhas telefônicas da cidade foram inauguradas em1881, conforme Barata, disponível em <http://www.ids.org.br/files/Cronologia_II.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2009.

nacionalidade brasileira através do "enaltecimento das belezas naturais, dos símbolos nacionais e do patriotismo" (Heber, 2006).

Wenceslau (2004) afirma que até 1932 havia na região apenas dois ou três médicos. Os primeiros serviços de saúde para o público só foram oferecidos na década de 1930, com o funcionamento da *Associação Hospital de Caridade do Realengo*, para prestação de serviços médicos, farmacêuticos e odontológicos. Situava-se na rua Oliveira Braga, em um terreno que fazia parte dos bens do general Nestor Sezefredo dos Passos[201]. Com o falecimento do militar, em 1941, a administração do hospital passou para a Prefeitura do Distrito Federal, que recebeu também o domínio útil do terreno, suas benfeitorias e instalações. A Prefeitura manteve os serviços que a associação prestava aos necessitados da localidade, conservando no hospital um médico, uma escriturária, duas enfermeiras e um prático de farmácia, que já exerciam essas funções[202].

Figura 14 - IAPI de Realengo.

Vista da rua Marechal Abreu Lima e da fachada de um dos blocos de apartamentos do conjunto habitacional de Realengo. Fotografia de Anderson Viana, ano 2010.

No final da década de 1930 foram iniciadas no bairro as obras do *Conjunto Habitacional de Realengo*, primeira intervenção no campo da habitação popular do

[201] Nestor Sezefredo dos Passos (1872 - 1941). Foi Ministro da Guerra, nomeado por Washington Luís em novembro de 1926.
[202] Decreto-Lei nº 7.086, de 27 de novembro de 1944. *Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a receber bens em doação e dá outras providências.*

Governo Vargas. O conjunto, considerado um campo de experiências nos sentidos técnico, arquitetônico, financeiro e social, foi o primeiro entre os 52 erguidos no país entre as décadas de 1940 e 1950 (Mangabeira, 1986).

Segundo Mangabeira (1986), a política habitacional de Vargas previa a implantação de obras públicas para urbanização das cidades, administradas pelos Institutos da Previdência. Por lei, esses institutos deveriam destinar parte dos seus recursos para áreas de interesse social, e com essa finalidade, em 1939, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários adquiriu no Realengo uma grande área para construção de habitações operárias.

Figura 15 - Vista aérea de Realengo, 1940.

Vista aérea do bairro de Realengo, em 1940. No centro da foto, a área do Departamento de Equitação da Escola Militar e a linha férrea. Em primeiro plano, a abertura de ruas para construção das habitações operárias erguidas pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, atravessadas em diagonal pela estrada São Pedro de Alcantara. Ao fundo, a estrada de Santa Cruz. Acervo do Centro de Memória do Realengo.

O primeiro conjunto de moradias foi inaugurado em 1943, contando com um edifício de três pavimentos residenciais e um térreo para estabelecimentos comerciais, e com várias casas, totalizando cerca de 1.800 residências. A construção prosseguiu até 1950, expandindo-se até a estação vizinha de Guilherme da Silveira e atingindo a produção de 2.800 unidades, constituídas de blocos de apartamentos de quatro pavimentos. Os novos conjuntos residenciais eram separados da Escola Militar somente pela linha férrea, e sua construção limitaria consideravelmente a utilização de áreas para exercícios de tiro e instrução.

2.2.4. O longo adeus

Instalada em edificações muito antigas, a escola funcionava, em 1939, com 683 alunos, alojados no desconfortável prédio que havia sofrido toda sorte de adaptações para atender ao número crescente de matrículas[203]. Com a transferência próxima, o último investimento feito no quartel do Realengo, durante o período de existência da Escola Militar, foi a construção de uma caixa d'água de concreto armado, pelo valor de 110:000$0[204], no ano de 1938. Uma área de 1.848 metros quadrados existente nos fundos do Campo de Marte foi recebida em 1944, para ampliação do Departamento de Equitação, mas não chegou a ser utilizada com esse fim[205].

Figura 16 - Vista aérea da Escola Militar do Realengo, 1940.

Vista aérea da Escola Militar do Realengo, em 1940. Em primeiro plano, a abertura de ruas para construção das habitações operárias erguidas pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários. Acervo do Centro de Memória do Realengo.

A região de Resende, no sul do estado do Rio de Janeiro, já havia sido eleita pela *Comissão Executiva da Nova Escola*, criada em 1931 e presidida por José Pessoa, como o local ideal para a construção das novas instalações. O projeto foi retomado em 1936, com o início de uma nova fase de estudos. Concluída essa fase, foram reunidos os meios para que os serviços pudessem ser iniciados. As obras foram financiadas pela Caixa Geral de

[203] Relatório do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1937, p. 88.
[204] Relatório do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1938, p. 46.
[205] Decreto-Lei nº 1.322, de 6 de junho de 1939. *Cede, a título precário, uma área de terreno do logradouro público denominado - Campo de Marte - no Realengo, destinada à ampliação do Departamento de Equitação da Escola Militar*.

Economias de Guerra, sendo posta à disposição da Diretoria de Obras a quantia de 5.000:000$0. O Ministério da Guerra recebeu as terras que pertenciam ao Ministério da Agricultura, onde se encontravam um antigo horto florestal e uma estação de monta. Em princípios de julho de 1937, a comissão nomeada para a execução dos trabalhos já estava instalada no local denominado "campo das sementes", no horto. Após os primeiros trabalhos de organização dos canteiros de obras, de preparação de alojamentos para as repartições e dos depósitos de materiais, foram iniciados o estaqueamento do terreno e os trabalhos de terraplenagem para preparo da esplanada onde seria construído o edifício principal[206].

A área ocupada pela escola teria aproximadamente 60 alqueires, que passaram a fazer parte do patrimônio do Ministério da Guerra[207]. Foi adquirido, ainda, mais um alqueire, pela importância de 20.000$0. Para apoio à obra, foi aberta uma pedreira própria, onde foram instalados britadores e aparelhagens capazes de produzir diariamente 150 metros cúbicos de pedra britada. Também foi armazenada a areia necessária para a construção, pois durante o período das chuvas - de novembro a março - a extração se tornaria impossível, devido às enchentes. Depois de reavaliadas as condições e esboçados os planos das obras, foi realizada a estimativa de custo dos trabalhos em cerca de sessenta mil contos de réis, com um prazo de seis anos para conclusão, dada a previsão de recebimento de um financiamento anual de dez mil contos. Com o desenvolvimento do projeto, essa estimativa foi elevada, verificando-se que o custo total atingiria cerca de cento e cinquenta mil contos de réis, com um tempo de duração e de conclusão das obras dependente dos recursos que se viesse a dispor.

A inauguração da Escola Militar de Resende encontraria um panorama no ensino militar bastante diverso daquele no qual a Escola Militar do Realengo havia sido criada no início do século. Com a fundação da Escola de Artilharia de Costa[208], estariam funcionando no Exército, no início da década de 1940, 25 escolas ou cursos militares, assim distribuídos[209]:

- Escola de Estado-Maior.

---

[206] Relatório do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1938, p. 47.
[207] Decreto-Lei nº 370, de 11 de abril de 1938. *Autoriza o Ministério da Agricultura a transferir terrenos para a jurisdição do Ministério da Guerra*.
[208] Criada, em 3 de novembro de 1939, por força do artigo 7º do Decreto-Lei nº 1.735. *Regula o ensino militar no Exército*.
[209] Relatório do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1939, p. 61.

- Escola Técnica do Exército.

- Escola das Armas.

- Escola de Geógrafos do Exército.

- Escola de Aeronáutica.

- Escola de Artilharia de Costa.

- Escola de Saúde do Exército.

- Escola de Veterinária do Exército.

- Escola de Intendência do Exército.

- Escola de Educação Física do Exército.

- Escola de Transmissões.

- Escola Militar.

- Escola Preparatória de Cadetes.

- Escola de Instrução de Moto-mecanização.

- Centro de Defesa Anti-aérea.

- Colégio Militar.

- Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (em número de nove).

Os aquartelamentos ocupados por essas organizações apresentavam grandes diferenças em relação àqueles do início do século. Em sua maioria, as escolas se encontravam agora instaladas em edificações novas, com obras em andamento ou recentemente concluídas. Uma ampla remodelação da infra-estrutura do Exército, impulsionada por verbas concedidas pelo governo, era observada em 1939. Apenas no Rio de Janeiro, foi registrada nesse ano a execução de 72 obras de melhoramentos, ampliação, construção e reparação de quartéis e casas residenciais para oficiais e sargentos na Vila Militar de Deodoro; a construção do Pavilhão de Neurologia e Psiquiatria no Hospital Central do Exército; em Triagem, a construção do Depósito Central de Material Veterinário, do Depósito Central de Material de Engenharia e o Laboratório Químico

Farmacêutico Militar; na Urca, os edifícios da Escola de Estado-Maior do Exército e da Escola Técnica do Exército; e um novo aquartelamento no Forte de Copacabana[210].

As obras da nova Escola Militar foram concluídas em 1943. Em 1944, o primeiro ano do curso de formação de oficiais já funcionava em Resende, e no ano seguinte incorporaram-se os demais. A estrutura administrativa, o corpo docente, o pessoal da administração e o material foram transferidos para a nova sede. Pelo Decreto-Lei nº 6.012, de 19 de novembro de 1943, a Escola Militar do Realengo foi extinta, em 31 de dezembro de 1944.

2.3. Outras áreas militares

Esta seção trata do funcionamento da Fábrica de Cartuchos e do estabelecimento, no início do século XX, de duas grandes áreas militares próximas a Realengo: a Vila Militar de Deodoro e o Campo dos Afonsos.

A Fábrica de Cartuchos, cuja criação foi assunto do capítulo anterior, encontrava-se nas proximidades da Escola Militar, ocupando uma área expressiva do bairro de Realengo, tanto por sua extensão quando pela localização central. Durante a primeira metade do século XX foram estabelecidas duas outras áreas militares nas regiões adjacentes: a *Vila Militar de Deodoro* e o *Campo dos Afonsos*. A Vila Militar reuniu aquartelamentos, residências, depósitos, campos de instrução e outras instalações militares nas terras da *fazenda Sapopemba*; o *Campo dos Afonsos* foi estabelecido em uma área vizinha, a *fazenda dos Afonsos*, e sediou a *Escola de Aviação Militar*, que durante seus primeiros anos de funcionamento esteve ligada administrativamente à Escola Militar do Realengo.

2.3.1. A Fábrica de Cartuchos

Como visto no capítulo anterior, o funcionamento da Fábrica de Cartuchos do Realengo foi regulamentado em 1898[211], e no ano seguinte foi determinada sua união com o Laboratório Pirotécnico do Campinho. Para reunir os dois estabelecimentos seria necessária a execução de obras complementares, cujo custo foi calculado em 653:212$216;

[210] Relatório do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1939, p. 132.
[211] Decreto nº 2.956, de 27 de julho de 1898. *Aprova o regulamento para a Fábrica de Cartuchos do Realengo*.

entretanto, o orçamento anual do governo consignou apenas a verba de 100:000$ para investimentos na fábrica, e com esse valor foram construídos uma oficina de espoletas de artilharia, um forno para fundir metais, um paiol de munições e um muro gradeado, voltado para o Campo de Marte. Por falta de instalações adequadas, o material recebido do Campinho ficou acondicionado em um barracão[212], e, embora determinada por lei, a fusão dos estabelecimentos foi executada com lentidão, atribuída pela direção da fábrica tanto à carência de recursos, quanto ao acúmulo de serviços.

Para possibilitar o funcionamento imediato da fábrica, os próprios operários improvisaram muitos dos aparelhos e ferramentas das linhas de produção[213], restaurando e instalando provisoriamente algumas máquinas para fabricação de cartuchos *Girard*, estopilhas e espoletas, uma oficina para carregamento de cápsulas do armamento *Mauser*, 25 máquinas procedentes do Campinho e cinco moinhos para a trituração de pólvora. Com esses equipamentos a fábrica produziu, em 1900, os seguintes itens[214]:

- 532.000 cartuchos para armamento *Mauser*.

- 1.375.000 cartuchos de festim para armamento *Mauser*.

- 9.000 cartuchos de festim para mosquetão *Comblain*.

- 5.000 estopilhas.

- 12 fachos iluminativos de luz branca.

- 50.000 cartuchos para révolver *Girard*.

- 996 cunhetes de madeira para acondicionamento de munições.

- 48.550 caixetas de papelão.

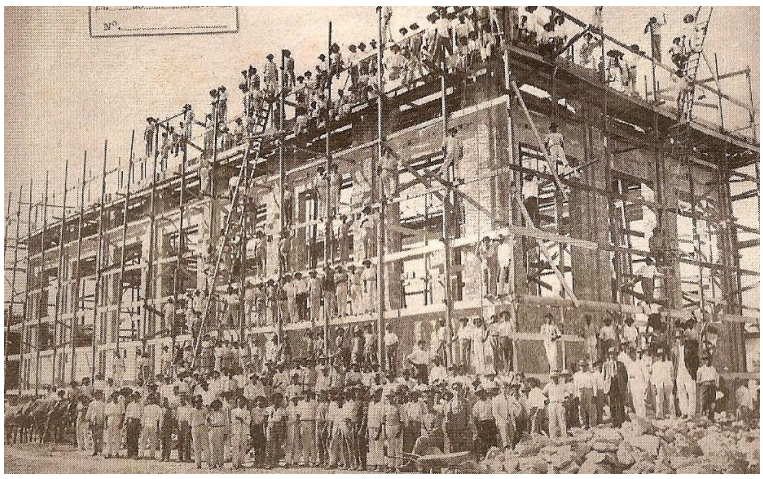
Em 1905 a linha de produção já se apresentava mais diversificada, registrando também a confecção de cartuchos *Nagant* e *Winchester*, além de espoletas e estopilhas[215]. Para os testes da munição fabricada era utilizada a linha de tiro já existente em Realengo, aproveitando sua grande extensão[216].

Por ocasião da extinção do Laboratório Pirotécnico do Campinho, seus operários haviam recebido a promessa de inclusão nos quadros da fábrica de Realengo, o que

[212] Relatório do Ministro da Guerra João Nepomuceno de Medeiros Mallet, 1900, p. 179.
[213] Relatório do Ministro da Guerra João Nepomuceno de Medeiros Mallet, 1900, p. 227.
[214] Relatório do Ministro da Guerra João Nepomuceno de Medeiros Mallet, 1900, p. 226 e seguintes.
[215] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1905, p. 102.
[216] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1902, p. 62.

ocorreria gradualmente, à medida que se abrissem vagas no novo estabelecimento[217]. Essas contratações foram limitadas pela deficiência de verbas, e já nos primeiros anos os diretores se queixavam da insuficiência de funcionários. Os cartuchos para o armamento *Mauser* seriam o principal item da linha de produção, mas até 1906 a fábrica se limitava a carregar com pólvora estojos trazidos da Europa. A partir desse ano, os cartuchos começaram a ser completamente fabricados em Realengo, agravando a demanda pelo aumento do quadro de operários. A solução encontrada foi priorizar a contratação de mulheres, dado o menor custo da mão-de-obra feminina, para operação das máquinas, com o argumento que o manuseio dos equipamentos "não exigia o mínimo de emprego de força muscular, nem tão pouco uma exagerada concentração de atenção". Aos operários homens, cujas diárias eram mais altas, variando de 6$000 a 10$000, seriam reservados os trabalhos que exigissem "maior força e educação profissional"[218].

Figura 17 - Obras de ampliação da Fábrica de Cartuchos do Realengo.



Flagrante das obras de ampliação das oficinas de cartuchos da fábrica do Realengo, década de 1910. Acervo do Centro de Memória do Realengo.

Com cerca de 150 máquinas instaladas, existiam em 1907 apenas 67 operários e 52 aprendizes para operá-las, e além da contratação de mão-de-obra feminina as diretorias adotaram o recurso de admitir crianças de 8 a 10 anos como aprendizes, prática que só foi restrita com a edição de um novo regulamento, em 1914[219], que exigia dos aprendizes a

[217] Anais da Câmara dos Deputados, v. 5, 1899.
[218] Relatório do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca, 1907, p. 94.
[219] Decreto nº 10.783, de 25 de fevereiro de 1914. *Aprova o regulamento para a Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra*.

idade mínima de 15 anos, além de um requerimento assinado pelos pais ou tutores. Satisfeitas essas condições, os candidatos deveriam demonstrar saber ler, escrever e contar, sendo então distribuídos pelas oficinas da fábrica. A jornada de um dia de trabalho compreendia oito horas, com intervalo para almoço[220].

Figura 18 - Oficina de cartuchos da Fábrica do Realengo.

O prédio da figura anterior, em fase de conclusão. Traz na fachada a inscrição "1918". Acervo do Centro de Memória do Realengo.

Além da produção de cartuchos, a fábrica recebia demandas para outras atividades. Desde 1906 havia sido criado um serviço de arborização, executado pelos operários, contando inicialmente com um viveiro de 200 mudas de árvores[221]. Os geradores de eletricidade, além do abastecimento de energia para seus próprios equipamentos e dependências, forneciam iluminação elétrica para a Escola Preparatória[222] e para a estação de Realengo da Estrada de Ferro Central do Brasil[223], situação que perdurou até a chegada da energia elétrica ao bairro, em 1914, quando foi lavrado um acordo com a *The Rio de Janeiro Tramway and Power Company Limited* para o fornecimento de luz e força às oficinas, que deixaram de depender dos próprios geradores[224]. Em 1908, as oficinas de fundição produziram o encanamento de chumbo para as obras de construção da Vila

[220] Relatório do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca ,1907, p. 96 e 97.
[221] Relatório do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, 1906, p. 106.
[222] Relatório do Ministro da Guerra João Nepomuceno de Medeiros Mallet, 1901, p. 106.
[223] Relatório do Ministro da Guerra Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, 1909, p. 127.
[224] Relatório do Ministro da Guerra Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, 1914, p. 96.

Militar[225]. Também eram recebidas turmas da Escola Militar, que realizavam estágios de instrução sob a direção de instrutores da própria escola e de oficiais da fábrica[226].

No início da década de 1910 foram elaborados planos de ampliação da fábrica, com o projeto de criação de uma oficina para montagem de cartuchos de artilharia. Para instalá-la, foi comprada uma grande armação metálica, e, como não havia espaço suficiente para sua montagem, foi adquirido, pelo valor de 25:000$, um terreno contíguo, medindo 83,60 por 220 metros, com frente para o Campo de Marte. O projeto para construção das novas instalações contou com verbas escassas, e as obras foram paralisadas. Máquinas para a fabricação de carregadores, que já haviam sido adquiridas, ficaram abrigadas sob telheiros de zinco[227].

Figura 19 - Vista de oficina da Fábrica de Cartuchos do Realengo.

Operárias trabalham nas oficinas da Fábrica de Cartuchos do Realengo, década de 1930. Acervo do Centro de Memória do Realengo.

Os trabalhos foram reiniciados nos últimos meses de 1912, ficando concluídas as usinas de drenagem e de vapor, uma chaminé, a carvoaria, as oficinas de laminação, carpintaria, carregadores e estopilhas, uma casa balística, dois paióis para dez toneladas de pólvora, um edifício para guarda de materiais e ácidos, o escritório de engenharia e

[225] Relatório do Ministro da Guerra Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, 1909, p. 126.
[226] Decreto nº 10.783, de 25 de fevereiro de 1914. *Aprova o regulamento para a Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra*.
[227] Relatório do Ministro da Guerra Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, 1911, p. 65.

desenho, o gabinete para o médico da fábrica, um forno para fundir chumbo e zinco, dois fornos para queimar espoletas e recozer dedais e estojos de fuzil, dois pequenos paióis e duas casas para abrigo dos guardas. As novas construções foram feitas em cimento armado de paredes duplas, com oficinas arejadas por grandes vãos. Para permitir o serviço de manobras dos vagões de carga e descarga do material foi aberta uma rua com dez metros de largura, atravessando a parte central da fábrica.

Figura 20 - Casa do diretor da Fábrica do Realengo.

Aspecto da casa do diretor da Fábrica de Cartuchos do Realengo, anexa à própria fábrica, situada na rua Bernardo de Vasconcelos. Acervo do Centro de Memória do Realengo.

Em 1911 foi aprovado um novo regulamento[228], alterando a denominação do estabelecimento para *Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra*. Esse regulamento teve a duração de apenas três anos, pois em 1914 foi aprovado um outro[229], definindo como finalidade da fábrica a manufatura de munições para armas portáteis e metralhadoras, estojos, espoletas e estopilhas para artilharia, mistos, fulminatos e cápsulas para uso no Exército, na Marinha e nas forças estaduais. Para cumprir essas tarefas, foram adquiridas novas máquinas e contratado um experiente diretor europeu. Mas, apesar desses investimentos, a "manufatura" da maioria das munições produzidas ainda se resumia à

[228] Decreto 8.586, de 6 de março de 1911. *Aprova o regulamento para a Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra*.
[229] Decreto nº 10.783, de 25 de fevereiro de 1914. *Aprova o regulamento para a Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra*.

montagem de invólucros importados, e a seção de artilharia estava desativada. A lenta evolução nesses primeiros anos de funcionamento não atendia ao que as correntes progressistas do Exército esperavam da fábrica. Segundo McCann (2007), os oficiais editores da *Defesa Nacional* criticavam, em 1914, sua organização e funcionamento, atribuindo a baixa produção como culpa dos operários "pagos para não fazer praticamente nada" e propondo uma "limpeza radical" como "único recurso para melhorar esse estado de coisas" (McCann, 2007: 239).

Para a direção do estabelecimento, eram outros os fatores que impediam seu desenvolvimento. Embora admitindo que a execução dos programas de produção era realmente lenta, os diretores atribuíam esse fato à insuficiência das verbas concedidas para as obras, acrescentando que, se o estado do operariado era precário, isso se devia ao fato de ser mal pago, sem as garantias necessárias à subsistência e manutenção de suas famílias. Como comparação, apontavam os baixos salários pagos pelo governo: enquanto os torneiros na indústria civil ganhavam de 16$ a 20$ diários, os da fábrica recebiam apenas 9$. Como consequência, a fábrica de cartuchos enfrentava a concorrência das metalurgias particulares, ficando desfalcada dos melhores operários[230].

Durante a administração do Ministro da Guerra Pandiá Calógeras, no início da década de 1920, foram realizadas grandes aquisições de material bélico para reequipar o Exército, e nesse contexto a Fábrica do Realengo também recebeu investimentos, entrando finalmente em uma fase de desenvolvimento[231]. Novas oficinas foram criadas e as antigas remodeladas. Foram enviadas comissões à América do Norte e à Europa, que realizaram pedidos detalhados de máquinas, ferramentas e acessórios. Sob impulso dos investimentos recebidos e das aquisições de materiais, o estabelecimento apresentou consideráveis melhoramentos, com o aumento da maquinaria, a construção de um tanque de refrigeração, a instalação de uma prensa para preparação de fios de chumbo, a construção de oficinas mecânica e pirotécnica e a aquisição de casas para os oficiais. A produção da fábrica saltou, em 1925, para 12 milhões de balas cilindro-ogivais; foram carregados mais de 15 milhões de cartuchos modelo 1895 e 1908, e fabricadas 2.751 estopilhas de fricção de

[230] Relatório do Ministro da Guerra Alberto Cardoso de Aguiar, 1918, p. 115.

[231] Por ocasião de uma visita à chamada "Área I" da fábrica, em 1997, observei a existência de três grandes placas de mármore com inscrições que davam conta das reformas realizadas sob a administração Pandiá Calógeras. Em uma nova visita no ano de 2008, após as reformas que transformaram parte da fábrica em uma unidade do Colégio Pedro II, já não se encontravam as placas. Um dos diretores, que me acompanhou na visita ignorava sua existência ou paradeiro, assegurando-me que ali nada mais havia de parecido.

80mm, 753.499 estopilhas de percussão para canhão *Krupp* 75, e 2.156 espoletas de percussão de 25mm.

A fase seguinte de melhorias só foi experimentada a partir de 1937, durante o Estado Novo. Às vésperas do início da II Guerra Mundial, o governo investiu tanto na criação de novas fábricas de artigos bélicos quanto na remodelação e ampliação das já existentes, que como consequência apresentaram grande produção[232]. Os estabelecimentos dessa natureza em funcionamento no início da década de 1940 eram os seguintes[233]:

- Arsenal de Guerra do Rio, no bairro do Caju, no Rio de Janeiro.

- Arsenal de Guerra da Margem, no Rio Grande do Sul.

- Fábrica do Realengo (produção de cartuchos de infantaria).

- Fábrica do Andaraí (produção de projéteis de artilharia), no bairro de mesmo nome, no Rio de Janeiro.

- Fábrica de Itajubá (produção de canos e sabres para armas portáteis), em Minas Gerais.

- Fábrica de Juiz de Fora (produção de estojos e espoletas de artilharia), em Minas Gerais.

- Fábrica de Piquete (produção de pólvora e explosivos), em São Paulo.

- Fábrica da Estrela (produção de pólvora), no estado do Rio de Janeiro.

- Fábrica de Bonsucesso (produção de material contra gases), no bairro de mesmo nome, no Rio de Janeiro.

- Fábrica de Curitiba (produção de viaturas), no Paraná.

Em Realengo, os recursos recebidos possibilitaram novas reformas no gabinete de desenho, nas oficinas de têmpera e de estojos de artilharia, na subestação transformadora e nas oficinas de recozimento de estojos. O pavilhão de carregamento das granadas de mão foi ampliado, e foram construídos um forno de recozimento de estojos de artilharia, um forno elétrico e um pavilhão para depósito de sucata[234]. O serviço de metalurgia foi deslocado para uma grande área de mais de 100.000 metros quadrados, entre as ruas

---

[232] Sobre o desenvolvimento da economia brasileira durante o governo Vargas 1930/1945, ver Nascimento (2002), *A ordem nacionalista brasileira*.
[233] Decreto nº 4.461, de 31 de julho de 1939. *Modifica a denominação dos estabelecimentos fabris do Ministério da Guerra*.
[234] Relatório do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1937, p. 73.

Junqueira e Oliveira Braga (atualmente, ruas General Sezefredo e Carlos Wenceslau), onde também foram construídas algumas casas para operários.

Os três momentos representados pela criação e pelas reformas de 1920 e 1937 são os principais marcos da instalação e do crescimento da Fábrica do Realengo. Com influência duradoura na configuração do zoneamento urbano da localidade, principalmente em sua área central, a fábrica se integrou ao conjunto de áreas militares criadas a partir da segunda metade do século XIX, tornando-se característica da paisagem e adquirindo grande significado na história da evolução urbana, econômica e social do bairro.

2.3.2. A Vila Militar de Deodoro

A região compreendida pela Vila Militar de Deodoro e pelo Campo de Instrução de Gericinó se destaca na geografia do Rio de Janeiro como uma grande área que intercepta a expansão dos subúrbios em direção à Zona Oeste da cidade. Constituída por unidades militares do Exército Brasileiro, sua ocupação foi iniciada na primeira década do século XX.

Figura 21 - Projeto da Vila Militar.

Vista perspectiva do projeto da Vila Militar de Deodoro, elaborado a partir de 1901 para implantação na área da antiga fazenda Sapopemba, no limite entre os subúrbios e a zona rural da cidade do Rio de Janeiro.

O termo *vila militar* surgiu nos relatórios do Ministério da Guerra a partir de 1901, com a ideia da reunião de aquartelamentos de unidades de armas distintas em uma

única área. A vila militar consistiria na concentração de forças em um conjunto tático, reunindo aquartelamentos, residências, depósitos, campos de instrução e outras instalações militares, racionalizando o controle administrativo e econômico das tropas. Ainda em 1901 foi nomeada uma comissão composta por membros da Diretoria Geral de Engenharia, a fim de organizar um projeto de *Vila Militar Tipo*, que seria construída nos distritos militares. O modelo elaborado contava com as seguintes edificações[235]:

- Edifício para o quartel-general.

- Escola distrital.

- Casa de residência do comandante do distrito.

- Casa para os delegados, chefes de seção e oficiais superiores dos regimentos.

- Grupo de duas casas para oficiais subalternos.

- Depósito de artigos bélicos.

- Armazéns de viaturas e baias para um regimento de infantaria e para os de cavalaria e artilharia.

- Quartel para uma companhia, um esquadrão ou uma bateria.

- Edifício destinado à administração de cada regimento.

- Casa para inferior casado.

- Grupo de duas casas para praças casadas.

- Paiol de munições de guerra.

- Hospital militar.

- Enfermaria de isolamento.

Os argumentos para a transferência dos quartéis do Exército, distribuídos irregularmente entre as regiões do centro e do litoral do Rio de Janeiro, para a zona rural da cidade, encontram paralelo com a discussão apresentada no final do capítulo anterior. Os quartéis, em sua maioria, estavam sediados em edifícios velhos, com acomodações precárias, que necessitavam de contínuos reparos. Sua capacidade para alojar pessoal e armazenar o material bélico era limitada, bem como a disponibilidade de áreas para realização de exercícios, manobras de combate e prática de tiro.

[235] Relatório do Ministro da Guerra João Nepomuceno de Medeiros Mallet, 1901, p. 78 e 79.

O local escolhido para a construção da Vila Militar de Deodoro foi o antigo engenho de Sapopemba, o maior da freguesia de Irajá em extensão de terras. A região havia constituído o centro da produção canavieira do recôncavo da Guanabara até o final do século XVIII (Pedroza, 2008), e, embora os grandes engenhos já não fizessem parte da paisagem carioca no início do século XX, a área ainda se encontrava consideravelmente desabitada para permitir a realização de manobras militares. À época de construção da Vila Militar, os acessos possíveis se davam pela Estrada de Ferro Central do Brasil ou pela antiga estrada de Santa Cruz, ambas atravessando a cidade de leste para oeste, a caminho do Campo Grande e dos campos de Santa Cruz. Os acessos a Realengo, a partir da Vila Militar, podiam ser realizados tanto pela linha férrea quanto pela antiga estrada São Pedro de Alcântara, que a margeava.

Figura 22 - Lançamento da pedra fundamental da Vila Militar.

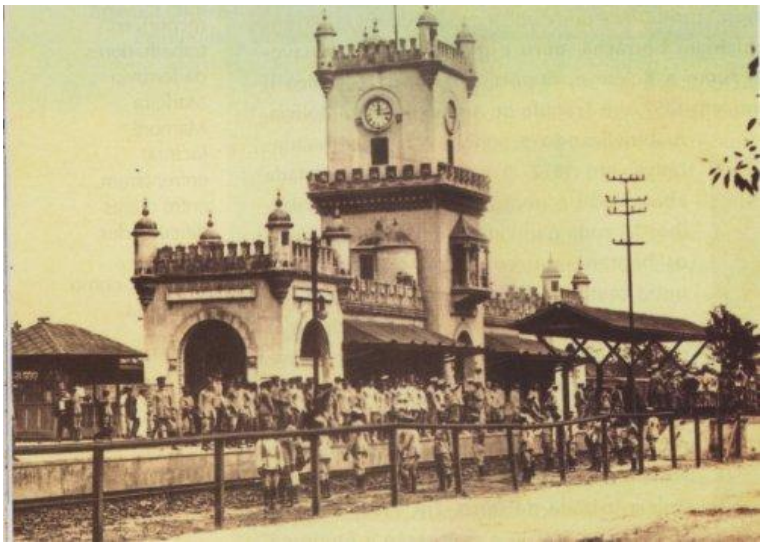
Militares e autoridades assistem, em 1907, ao lançamento da pedra fundamental da Vila Militar de Deodoro, construída nas terras da antiga fazenda Sapopemba.

Efetuados os primeiros levantamentos, foram nivelados os terrenos mais favoráveis à locação dos edifícios, e o trabalho foi completado com o desenho das plantas e o estudo dos cálculos de terraplenagem, realizados pela comissão construtora da Vila Militar[236]. A 18 de novembro de 1907 foi realizada a cerimônia de assentamento da pedra fundamental da vila.

[236] Relatório do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca, 1907, p. 68.

Inicialmente, foram executadas as obras do quartel do 10º Batalhão de Infantaria e a construção de um galpão para o acantonamento do contingente do 1º Batalhão de Engenharia. Foram, ainda, construídos 1.209 metros de linha férrea para o transporte de materiais e realizada a ligação das diversas seções por meio de uma linha telefônica. A antiga fazenda de Sapopemba foi rasgada por uma larga avenida, ligando a estação de Sapopemba (atual estação de Marechal Deodoro) à fazenda das Mangueiras, e retalhada em quarteirões, nos quais foram construídas 170 casas para residência de oficiais, e outras 66 destinadas à moradia de operários. Ao 1º Batalhão de Engenharia foram entregues 48 casas; ao 10º Batalhão de Infantaria, duas casas pequenas, um edifício, onde anteriormente se achava um almoxarifado, e um depósito que sofreu obras para transformação em aquartelamento.

Figura 23 - Estação da Vila Militar.



Estação ferroviária da Vila Militar, inaugurada em 18 de agosto de 1910 para atender aos efetivos sediados na Vila Militar de Deodoro.

As obras prosseguiram em 1907, após o recebimento de créditos de 2.220:000$, divididos com os serviços de fortificação no Forte de Copacabana[237]. No ano seguinte, o Ministério da Guerra recebeu mais 600:488$460 para realizar pagamentos à Empresa

[237] Decreto nº 1.731, de 21 de setembro de 1907. *Autoriza o Presidente da República a abrir ao Ministério da Guerra os créditos de 280:000$, papel, suplementar à verba 14ª do artigo 22 da Lei nº 1.617, de 30 de dezembro de 1906, e extraordinário de 2.220:000$, papel, para diversos serviços*.

Industrial Brasileira da Fazenda de Sapopemba, proprietária de parte das terras adquiridas[238].

Em 1912 os quartéis construídos na Vila Militar já eram considerados "os mais modernos que o Exército dispunha"[239]. As demais unidades estavam aquarteladas em edifícios velhos e sem acomodações, sendo mais viável sua transferência para a nova vila do que a execução de obras de reconstrução e adaptação. Entretanto, os valores recebidos para a conclusão das obras da Vila Militar eram considerados baixos[240], e além disso também deveriam ser divididos com o pagamento de outras despesas[241]. Para contornar esse problema, foi estabelecido em 1919 um regulamento para arrecadação e emprego das rendas da fazenda de Sapopemba. Essas rendas seriam constituídas pela cobrança de uma porcentagem dos vencimentos dos oficiais e praças residentes nas casas da Vila Militar, além do arrendamento dos campos da fazenda, da cobrança de aluguéis de prédios e terrenos, e de uma contribuição exigida aos moradores pela manutenção de animais de sua propriedade, bem como quaisquer outros rendimentos provenientes do uso das terras, edifícios, campos ou matas[242].

Contíguo à Vila Militar de Deodoro foi estabelecido o Campo de Instrução de Gericinó, em uma área de 35.000 quilômetros quadrados. A fazenda Gericinó havia sido adquirida pelo Ministério da Guerra juntamente com a de Sapopemba, em 27 de abril de 1908, por seiscentos contos de réis, servindo originalmente como depósito de materiais de campanha. Em 1917 foi escolhida para ser adaptada como campo de instrução, e com esse fim foram iniciados o levantamento topográfico e a construção de instalações para a instrução militar. Foram construídos seis abrigos para exercícios de tiro de infantaria e quatro para artilharia, situados de modo que a direção dos projéteis disparados tivesse no maciço do Gericinó, ao fundo, um pára-balas natural. Em uma elevação de 38 metros, fora da trajetória dos tiros, foi construída uma torre de observação com quatro pavimentos, à

---

[238] Decreto nº 7.205, de 3 de dezembro de 1908. *Abre ao Ministério da Guerra o crédito extraordinário de 600:488$460 para execução do disposto no artigo 23, alínea f da lei nº 1.617, de 30 de dezembro de 1906, revigorado pelo artigo 17, alínea d, da Lei nº 1.841, de 31 de dezembro de 1907*.

[239] Relatório do Ministro da Guerra Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, 1912, p.72.

[240] Decreto nº 13.554, de 16 de abril de 1919. *Aprova o regulamento para arrecadação e emprego das rendas da fazenda de Sapopemba e da Vila Militar*.

[241] Decreto nº 10.279, de 18 de junho de 1913. *Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de 21.500:000$*. Com esse valor, deveriam ser atendidos: a aquisição de artilharia, fuzis, obuseiros, e munições; a construção de quartéis no Rio Grande do Sul, São Paulo, Niterói e do Batalhão de Caçadores na Capital Federal; a conclusão de fortificações em diversos pontos do país; o provimento de depósitos de mobilização, compreendidos fardamento, equipamento, barracas, material de transporte e de serviço de saúde.

[242] Decreto nº 13.554, de 16 de abril de 1919. *Aprova o regulamento para arrecadação e emprego das rendas da fazenda de Sapopemba e da Vila Militar*.

qual todos os abrigos foram ligados por uma linha telefônica. O curso dos rios Bangu e Pavuna, que corriam entre as pequenas elevações da região, foi retificado com a construção de um canal nos limites da fazenda, com uma extensão de 1.978 metros de comprimento e 9 metros de largura[243].

A utilização do campo como área de instrução militar foi regulamentada em 1920[244]. A área ficaria destinada à instrução do tiro das unidades da 1ª Divisão de Exército, aos exercícios táticos das armas e aos ensaios e experiências de material militar. Nessa oportunidade, também foi estabelecida a proibição do corte de árvores de seus bosques ou da serra, de modo a impedir as derrubadas que viessem a prejudicar o rendimento das águas nascentes.

No mesmo ano a área foi expandida com a incorporação das fazendas Engenho Novo da Piedade, Tatajuba[245] e Cabral[246]. As duas primeiras eram de propriedade de João de Moraes Macedo, que rejeitou a oferta feita pelo Ministério da Guerra no valor de 50:000$ em apólices da dívida pública. A fazenda Cabral pertencia aos herdeiros de Francisco Soares da Silva Iguassú, a saber, Gabriel Ferreira da Cruz, Luiza Francisca de Oliveira Cruz e Francília Iguassú dos Reis Pacheco, que também rejeitaram uma oferta no valor de 15:000$, oferecida pelo Ministério da Guerra, e tiveram suas terras desapropriadas e incorporadas ao Campo de Instrução.

Em 1938, sob o impulso de verbas concedidas ao Ministério da Guerra durante o Estado Novo, foram iniciadas obras em todas as regiões militares, algumas de grande vulto, a fim de atender à necessidade de melhores condições materiais de trabalho nos diversos órgãos do Exército. Entre as obras, obtiveram prioridade a nova Escola Militar, em Resende, os novos edifícios da Escola de Estado-Maior e a Escola Técnica do Exército (atual sede do Instituto Militar de Engenharia)[247]. A Vila Militar de Deodoro também recebeu grandes investimentos. Foram concluídas as construções do edifício da Policlínica Militar, do quartel-general da Infantaria Divisionária (atual Comando da 1ª Divisão de Exército), de 26 casas para residência de oficiais e 22 para sargentos. Também foram ampliados os quartéis do 1º e do 2º Regimento de Infantaria (atuais 1º e 2º Batalhão de

---

[243] Relatório do Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras, 1919, p. 107.
[244] Decreto nº 14.273, de 28 de julho de 1920. *Aprova o regulamento para o Campo de Instrução de Gericinó*.
[245] Decreto nº 14.392, de 6 de outubro de 1920. *Desapropria a fazenda do Engenho Novo da Piedade, de propriedade de João de Moraes Macedo*.
[246] Decreto nº 14.562, de 22 de dezembro de 1920. *Desapropria as terras que formam a fazenda Cabral*.
[247] Relatório do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1938, p. 6.

Infantaria Motorizada), do Grupo Escola e da Escola das Armas, além da realização de melhoramentos nos quartéis do 1º Regimento de Artilharia Montada, do Centro de Instrução de Motorização e Mecanização e na Escola Municipal Rosa da Fonseca[248].

Figura 24 - Quartel-general da Infantaria Divisionária, na Vila Militar de Deodoro.

Conclusão da construção do edifício do quartel-general da Infantaria Divisionária (atual Comando da 1ª Divisão de Exército), realizada sob o impulso de verbas concedidas ao Ministério da Guerra durante o Estado Novo, em 1938.

Os trabalhos continuaram no ano seguinte, com a conclusão de 72 obras de ampliação, construção e reparações de quartéis e residências. Também foram ampliadas as redes de abastecimento d'água e de coleta de esgotos e águas pluviais, com novas construções e remodelação das existentes. Foram traçadas novas linhas com ramais distribuidores para reforço do abastecimento d'água dos quartéis, e instalados 387 metros de tubos de concreto armado, eliminando trechos de esgoto a céu aberto entre a avenida Duque de Caxias e a linha da Estrada de Ferro Central do Brasil, saneando a estagnação d'água que comprometia a salubridade do local.

Também foram iniciadas obras para construção de um estádio e de 18 casas na vila dos sargentos. As ruas da Vila Militar foram pavimentadas, e, após a realização de acordos entre a Prefeitura Municipal do Distrito Federal e a Diretoria de Engenharia, foi feito o calçamento da rua do Engenho, em Deodoro, ligando a avenida Duque de Caxias à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, em uma área de 13.763 metros quadrados. Ainda em 1939 foi inaugurada a iluminação pública dos quarteirões construídos na vila dos

[248] Relatório do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, 1938, p. 7.

sargentos e na estrada São Pedro de Alcântara, no trecho compreendido entre as estações da Vila Militar e de Deodoro.

O total de recursos financeiros à disposição para os melhoramentos no período foi de 3.880:352$7, tendo sido empregados 3.334:625$2 na realização das obras. Em 1941 o Ministério da Guerra realizou ainda a aquisição, pela quantia de 500:000$ (quinhentos contos de réis), do terreno denominado "Sítio Dendê" em Ricardo de Albuquerque, de propriedade da Companhia Fazendas Reunidas Normândia S.A. Com 224.690 metros quadrados de área, o sítio, contíguo às fazendas de Gericinó e Sapopemba, foi incorporado ao Campo de Instrução de Gericinó, ficando destinado à realização de exercícios das unidades aquarteladas na Vila Militar[249].

2.3.3. O Campo dos Afonsos

Nas paredes do saguão de entrada da antiga Escola Militar estão afixadas diversas placas de bronze com inscrições alusivas às turmas formadas no Realengo, e em algumas delas a relação de alunos inclui nomes de concludentes do curso de *aviação militar*. Ao pesquisar as ligações da escola com esse curso, surgiram neste estudo as primeiras referências ao *Campo dos Afonsos*, local selecionado após as reformas de 1919[250] para a instalação de um serviço de aviação no Ministério da Guerra.

Até o início do século XX a área, contígua à fazenda Sapopemba, estava ocupada pela fazenda dos Afonsos, atravessada por um trecho (posteriormente denominado avenida Marechal Fontenelle) da estrada Real de Santa Cruz, que a ligava aos campos do Realengo. A fazenda foi comprada pelo governo, em 1906, para serventia do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar do Distrito Federal.

A criação do curso de aviação de 1919 tem antecedentes em 1912, quando foi publicada a autorização para a criação de um parque de aviação militar e para a realização de um concurso de navegação aérea, como incentivo ao desenvolvimento da aviação no país, oferecendo aos participantes prêmios de até 50:000$[251]. Nesse contexto, parte das

---

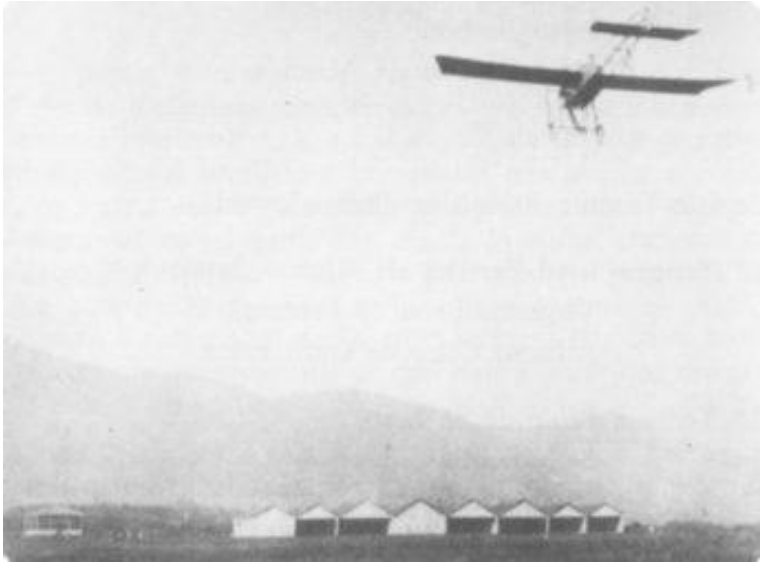
[249] Decreto-Lei nº 3.440, de 18 de julho de 1941. *Autoriza a aquisição do terreno denominado "Sítio Dendê", em Ricardo de Albuquerque, Distrito Federal, para serventia das unidades aquarteladas na Vila Militar e Deodoro*.

[250] Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919. *Estabelece bases para a reorganização do ensino militar e criação de cursos de aviação, veterinária e outros*.

[251] Lei nº 2.544, de 4 de janeiro de 1912. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1912*.

terras da fazenda dos Afonsos foi cedida pelo governo do Distrito Federal para a construção de um aeroclube, que foi organizado por pilotos italianos[252] e funcionou por dois anos (Flores, 2008).

Figura 25 - Aeroplano sobrevoa a Fazenda de Afonsos.



Aeroplano sobrevoa o aeroclube instalado por pilotos italianos nas terras da antiga fazenda dos Afonsos, ainda na década de 1910. Acervo do Museu Aeroespacial.

Dois anos depois o Ministério da Guerra instalou na região uma escola de aviação, na qual foram investidos recursos no valor total de 100:000$000, utilizados na aquisição de aeroplanos e sua conservação[253]. A Marinha também criou uma escola semelhante na ilha do Viana, na baía da Guanabara[254], logo em seguida regulamentada[255]. As primeiras operações militares com emprego de aeroplanos no Brasil foram realizadas no mesmo período, entre 1912 e 1916, durante a Campanha do Contestado, onde quatro aparelhos foram utilizados pelo Exército em missões de reconhecimento.

Em 1917, o governo concedeu ao Ministério da Guerra mais 100:000$ para aquisição e manutenção de novos aeroplanos, e para a organização definitiva da Escola de

[252] Segundo Souza (1944) o aeroclube foi criado pelos pilotos italianos Gino Gian Felice, Vittorio Buccelli, Arturo Jona e pelos engenheiros Nicola Santo e Eduino Orione.
[253] Lei nº 2.842, de 3 de janeiro de 1914. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1914*.
[254] Decreto nº 12.167, de 23 de agosto de 1916. *Cria sem aumento de despesa, as escolas de aviação e de submersíveis*.
[255] Decreto nº 12.364, de 17 de janeiro de 1917. *Aprova o regulamento da Escola de Aviação Naval*.

Aviação[256]. A iniciativa de criação desse serviço no âmbito das Forças Armadas contava com o apoio do próprio Santos Dumont, que, após percorrer diversos países e testemunhar seu desenvolvimento na área, julgava que no Brasil o assunto era negligenciado. Entretanto, o aviador apresentava ressalvas quanto à sua instalação no Campo dos Afonsos, que havia visitado dois anos antes, a convite do aeroclube ali instalado.

> Leio que o Governo vai, de novo, tomar posse do Campo dos Afonsos, onde será instalada a Escola Central de Aviação do Exército e que a Marinha vai transportar para a Ilha do Governador a sua Escola. Primeiro trataremos do Campo dos Afonsos: há dois anos o Exército, creio que reconhecendo a pouca praticabilidade desse campo, o abandonou... O *Aero Club* aí instalou o seu campo de aviação. Convidado pela diretoria deste clube, há anos, para visitar e dar a minha opinião sobre o dito campo, disse que o achava mais que ruim: achava-o péssimo. (Santos Dumont, 1917: 130).

Apesar das impressões de Santos Dumont, que julgava mais conveniente a construção de um campo de pouso em uma grande planície, ou mesmo a instalação de um aeródromo náutico na baía da Guanabara, o Ministério da Guerra manteve a decisão de aproveitar a área da antiga fazenda dos Afonsos para a criação do serviço de aviação militar. Novos créditos de 2.000:000$000 foram recebidos em 1918[257], e o mesmo valor no início de 1919, investidos na organização, construção de instalações, compra de aeroplanos e contratação de professores e operários[258].

O curso de aviação foi organizado sob orientação da missão militar francesa, e a aprovação do regulamento da *Escola Militar de Aviação* veio em março de 1920[259]. A escola concedeu os primeiros diplomas de piloto aviador militar no mesmo ano, para 13 oficiais que constituíram sua primeira turma. Em seguida, iniciou-se um novo curso, com a matrícula de 22 alunos. Sob impulso dos recursos recebidos, o desenvolvimento da escola

---

[256] Lei nº 3.232, de 5 de janeiro de 1917. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1917*.
[257] Decreto n. 13.099, de 17 de julho de 1918. *Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de 2.000:000$000, para organizar o serviço de aviação militar e outras despesas referentes ao mesmo serviço*.
[258] Decreto n. 13.417, de 15 de janeiro de 1919. *Abre ao Ministério da Guerra, o crédito especial de 2.000:000$000, para a organização do serviço de aviação militar*.
[259] Decreto nº 14.121, de 31 de março de 1920. *Aprova o regulamento para a Escola de Aviação Militar*.

foi consideravelmente rápido: na parada de 7 de setembro, por ocasião da visita que o rei da Bélgica fez ao Brasil, foi apresentada a demonstração de voo de uma esquadrilha composta por 14 aviões. Ao final de 1920, os exercícios realizados entre 1º de janeiro e 31 de dezembro somavam 2.061 horas e 42 minutos de voo, com a realização de 6.067 manobras de pouso e decolagem[260].

Figura 26 - Escola de Aviação na década de 1910.

Primeiros hangares construídos na antiga fazenda dos Afonsos, na década de 1910, que deram origem à Escola de Aviação Militar e à atual Base Aérea dos Afonsos. Observa-se a estrada de Santa Cruz, atravessando as terras da fazenda em direção a Realengo. Acervo do Museu Aeroespacial.

Com os recursos recebidos, a escola foi dotada de oficinas para serviços de revisão e reparação de motores, de montagem e desmontagem de aviões, e de fabricação de peças, suprindo na medida do possível o próprio fornecimento e a manutenção dos componentes de aviação. Foi também construído um quartel para a *Companhia de Aviação* e realizada a terraplenagem de uma área de 950.000 metros quadrados. Para abrigar as aeronaves foram erguidos três hangares de cimento armado, medindo cada um 30 por 25 metros, e dois hangares de campanha, de 20 por 28 metros cada. Dois antigos hangares do aeroclube foram transformados em oficinas de montagem e reparação, e outros dois foram ampliados para comportar materiais adquiridos na Europa. A área ao longo da estrada de Santa Cruz foi murada, e entre o muro e os hangares foi aberta uma rua de 7,40 metros de

[260] Relatório do Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras,1920, p. 78.

largura, com passeios de 1,40 metros, dispondo de duas travessas que a ligavam ao campo, onde foram construídos vários jardins e uma praça. Os limites com o bairro de Marechal Hermes, com 2.742 metros de extensão, foram cercados com arame farpado. Também foram erguidos um corpo da guarda, um gabinete fotográfico, uma garagem com área coberta de 1.200 por 42 metros com armação metálica e colunas de ferro fundido, e um posto médico, contando com gabinete médico, farmácia, salas de esterilizações e de operações, quartos para feridos, um gabinete com aparelhos sanitários e uma pequena sala para curativos. Todas as instalações contavam com redes modernas de luz, água e esgoto[261].

Figura 27 - Vista da Escola de Aviação em Afonsos.

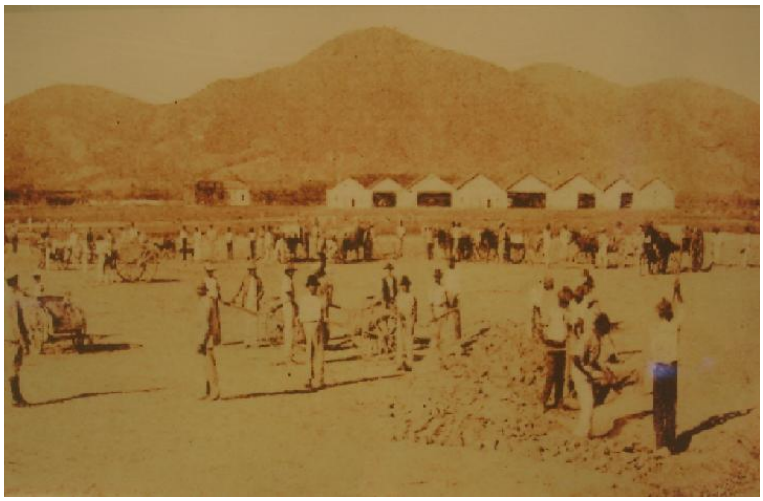
Primórdios da Escola de Aviação Militar, década de 1910. Acervo do Museu Aeroespacial.

Para facilitar o acesso à área e o transporte de materiais, foi projetada a construção de um ramal ferroviário que partiria da estação de Marechal Hermes, ligando a estrada de ferro aos hangares da escola. O projeto foi realizado com modificações, com trilhos partindo da estação anterior, Bento Ribeiro, em uma extensão de 4,05 quilômetros. Esse ramal serviu ao Campo dos Afonsos até o início da década de 1960, quando foi erradicado (Rodriguez, 2004).

[261] Relatório do Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras, 1920, p. 82.

O edifício principal da escola foi projetado com dois pavimentos, o primeiro compreendendo portaria, sala de espera, biblioteca, sala de recepção, intendência e arrecadação, refeitórios, cozinha, dispensa e gabinete sanitário, e o segundo com a sala do comando, casa de ordens, sala de conselhos, secretaria e arquivo, além de 38 quartos para oficiais e instalações sanitárias. Para os pilotos, foi construída uma casa com área de 131,58 metros quadrados, e para alojar os oficiais estrangeiros e os sargentos matriculados nos cursos da companhia de aviação, foram erguidas oito casas na vila proletária de Marechal Hermes[262]. De modo diverso da Escola do Realengo, com suas instalações continuamente reformadas, adaptadas ou improvisadas, a implantação da Escola de Aviação Militar recebeu amplos investimentos, que possibilitaram a criação de estruturas apropriadas ao desenvolvimento de suas atividades e uma ocupação coerente do espaço.

Figura 28 - Terraplenagem da Escola de Aviação.



Operários realizam trabalhos de terraplenagem na Escola de Aviação, no início da década de 1920. Acervo do Museu Aeroespacial.

As primeiras aeronaves utilizadas foram adquiridas na França: oito aviões *Breguet*, doze aviões *Spad*, 23 aviões *Niewport* de 23 metros quadrados e vinte aviões *Niewport* de 15 metros quadrados[263]. A esses aparelhos foram se somando outros, e ao longo da década de 1920 o número de aviões existentes na escola ultrapassou as necessidades do ensino, formando um conjunto de materiais heterogêneos que dificultava sua manutenção, comprometendo a segurança dos aviadores.

[262] Decreto nº 17.817, de 2 de junho de 1927. *Aprova o regulamento da Escola de Aviação Militar*.
[263] A medida em *metros quadrados* incorporada à nomenclatura é referente à área das asas da aeronave.

Os regulamentos de 1919 e 1924 da Escola Militar dividiam seu curso em duas fases: a primeira denominada *fundamental*, frequentada por todos os alunos, ao final da qual deveria ser feita a opção por um entre os quatro cursos *especiais*, equivalentes a cada Arma, ou pela *aviação*. No caso dessa última, uma segunda opção deveria ser escolhida como reserva, para o caso de reprovação nos exames médicos, mais rígidos.

Figura 29 - Oficinas da Escola de Aviação Militar.

Militares e operários trabalham em uma oficina da Escola de Aviação Militar, década de 1920. Acervo do Museu Aeroespacial.

Inserida entre os cursos da Escola Militar, a instrução de pilotos era consideravelmente acelerada, pois os alunos não deixavam de participar da rotina escolar em Realengo; pela manhã, dirigiam-se de ônibus ao Campo dos Afonsos, onde recebiam a instrução de pilotagem, e retornavam ao Realengo no final da tarde. Essa organização do ensino comprometia a segurança do voo, questão diretamente ligada à formação e especialização de pessoal. A necessidade de uma maior dedicação de tempo às atividades específicas de aeronáutica exigiu, no início da década de 1930, a desvinculação entre o curso de aviação e a Escola Militar do Realengo. Os argumentos apresentados afirmavam que a Escola de Aviação não deveria preocupar-se com a *instrução de tropa*, a fim de possibilitar a ênfase na instrução de aviadores e dos demais serviços aeronáuticos, o que levou à criação do *Grupo Misto de Aviação*, organizado com pessoal e material oriundos

da Escola de Aviação Militar. O novo estabelecimento continuaria sediado no Campo dos Afonsos, com subordinação direta à Diretoria da Aviação e a seguinte organização[264]:

- Estado-maior do grupo.

- Uma companhia, composta de seção de comando e serviços, seção radiotelegráfica, seção de iluminação, seção foto-aérea, seção de meteorologia e posto contra incêndio.

- Duas esquadrilhas de observação, constituídas cada uma por sete aviões *Potez T. O. E.*

- Uma esquadrilha de bombardeio, constituída por três aviões *Lioré B 4* e quatro aviões *Amiot 120*.

- Uma esquadrilha de caça, constituída por quatro aviões *Nieuport 72* e cinco aviões *Wilbault*.

- Uma seção de treinamento, constituída por dois aviões *Potez 33*, dois aviões *Potez 25 Renault*, dois aviões *Schreck* e dois aviões *Morane 130*.

Figura 30 - Vista do Campo dos Afonsos em 1940.

Tela de Georges Wambach. Vista do Campo dos Afonsos, já na década de 1940. Acervo do Museu Aeroespacial.

A complexidade da estrutura da Diretoria de Aeronáutica e suas peculiaridades em relação ao funcionamento do Exército, assim como determinaram a separação do curso

[264] Decreto nº 20.023, de 21 de maio de 1931. *Cria, a título provisório, o Grupo Misto de Aviação, com sede no Campo dos Afonsos, e dá outras providências*.

de aviação da Escola Militar do Realengo, já indicavam na década de 1930 sua próxima existência como entidade autônoma. Após pouco mais de vinte anos de criação, a aviação já contava com bases em São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém e Campo Grande. Assim, a partir de 1941, durante a 2ª Guerra Mundial, a criação da Força Aérea Brasileira assinalou a separação entre as Forças.

CAPÍTULO III - PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DA ESCOLA MILITAR

Neste terceiro capítulo estarão em foco 1) as transformações ocorridas nas instalações e áreas militares do Realengo após a extinção da Escola Militar; 2) a situação atual dessas áreas e sua influência na configuração urbana do bairro e de suas adjacências; e 3) as perspectivas e ações do Exército Brasileiro e de outros órgãos da sociedade na preservação do patrimônio e da memória da antiga escola.

3.1. Primeiras considerações

Após quatro décadas de atividade, a Escola Militar do Realengo, principal estabelecimento de ensino do Exército Brasileiro em sua época, foi transferida para o município de Resende, no sul do estado do Rio de Janeiro. Na nova sede, recebeu a denominação de *Escola Militar de Resende*, alterada em 1951 para *Academia Militar das Agulhas Negras*[265].

Conforme visto no segundo capítulo, a transferência para o Realengo, no final do ano de 1904, foi uma medida que traduziu a intenção do governo de afastar a Escola Militar do centro político da cidade, projeto que em longo prazo se mostrou malsucedido. As décadas seguintes foram marcadas por uma crescente participação dos militares na vida política nacional: no movimento *tenentista* da década de 1920, incluindo os levantes de 1922 e 1924; na Revolução de 1930, que conduziu Getulio Vargas ao poder; na Revolução Constitucionalista de 1932 e na implantação do Estado Novo em 1937. Mesmo após a extinção da escola, as gerações formadas no Realengo ainda tiveram participação na derrubada de Vargas, em 1945, e na articulação do golpe militar de 31 de março de 1964.

Uma considerável quantidade de estudos articula a participação de militares nesses episódios com sua formação na Escola Militar do Realengo - ou propõe até mesmo uma influência direta dessa formação nas posições ideológicas dos seus integrantes, em razão do ambiente sociocultural da escola, que permitiu à futura liderança do Exército partilhar as mesmas experiências de reflexão sobre a situação política do país em sua época (Silva, 1971; Drummond, 1986; Curvo, 2005; Svartman, 2006). Também existem pesquisadores (Motta, 1976; Franco, 2004; Alves, 2006; Grunennvaldt, 2006) que se

[265] Decreto nº 29.484, de 23 de abril de 1951. *Altera o atual nome da "Escola Militar de Resende" para "Academia Militar das Agulhas Negras"*.

interessaram em tomar a Escola Militar como objeto de estudo a fim de abordar a questão da evolução técnica e pedagógica do ensino militar. Porém, no que se refere à influência da escola no desenvolvimento urbano de Realengo, e ao próprio patrimônio construído durante sua existência, os registros são escassos e praticamente inexistem trabalhos acadêmicos a respeito. Entretanto, como aponta Fernandes (2006), existiriam importantes razões para a realização de estudos nessa área:

> Estudar os processos que envolvem as Forças Armadas como uma instituição, em seu processo de constituição multifacetado, justifica amplamente a pesquisa sobre as suas dimensões espacial, geográfica, política, social e paisagística da cidade do Rio de Janeiro. E tanto o tempo como o espaço do Rio de Janeiro estão se revelando um universo riquíssimo para se desenvolver tal proposta, porque aqui se concentrou um dos aspectos mais marcantes da história das Forças Armadas no século XX, ou seja, a sua modernização, cuja complexidade faz parte das transformações da sociedade e do Estado brasileiro. (Fernandes, 2006).

Apesar da existência de produções acadêmicas e literárias sobre a Escola Militar, o conhecimento sobre seu patrimônio no Realengo permanece como uma questão de pouco destaque. Abordar esse tema possui relevância na medida em que, como pode ser apreendido nos trabalhos citados acima, a escola não foi um referencial somente da tradição militar, mas também da história, da educação e do pensamento político e social brasileiro. Seu patrimônio material revela também aspectos da produção do espaço urbano carioca, representando projetos do poder público e de seus agentes em diversos momentos históricos.

O desenvolvimento de Realengo durante o período de funcionamento da Escola Militar ilustra um processo singular na urbanização do Rio de Janeiro, uma vez que esse bairro foi o centro histórico a partir do qual amplos espaços da zona rural do município foram ocupados pelas Forças Armadas. Assim, as instalações da Escola Militar e da Fábrica de Cartuchos são importantes marcos urbanos, constituindo registros materiais da história local e nacional, além de possuírem valor paisagístico como representantes de

diversos estilos arquitetônicos e períodos históricos, uma vez que erguidas ao longo de mais de cem anos, atravessando os períodos monárquico e republicano.

Figura 31 - Vista lateral da antiga Escola Militar.

Vista lateral do prédio da antiga Escola Militar do Realengo, situada na rua Bernardo Vasconcelos, atualmente ocupado pelo Comando da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada. Fotografia de Anderson Viana, ano 2010.

Hoje, no entanto, as antigas instalações militares, os imóveis destinados à residência dos integrantes da escola e da fábrica, e outros espaços que permaneceram sob jurisdição militar se encontram em deficiente estado de conservação. Após a transferência da escola para Resende, as edificações foram ocupadas sucessivamente por organizações militares diversas, que visando ao atendimento de necessidades imediatas promoveram uma série de alterações em suas estruturas, sem a observação de quaisquer critérios de preservação. Atualmente, o edifício principal da antiga Escola Militar se encontra ocupado pelo Comando da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada. A área principal da Fábrica do Realengo, após décadas de abandono, transformou-se em ruínas, e, apesar de tombada[266] por uma lei municipal, apenas recentemente teve uma pequena extensão restaurada para abrigar uma unidade do Colégio Pedro II. Em uma segunda área da fábrica, também protegida pelo tombamento, está sendo realizada a construção de um centro federal de educação tecnológica, mas em sua maior extensão a mesma área ainda se encontra abandonada e em ruínas, sendo alvo constante de invasões e depredações.

[266] Lei Municipal nº 1.962/93, de 4 de maio de 1993. *Tomba o prédio da Fábrica de Cartuchos do Exército, e dá outras providências.*

O processo de deterioração dessas áreas se acelerou em 1977, quando a fábrica de cartuchos foi extinta; entretanto, a decadência dos prédios históricos do centro do bairro já havia começado a ser observada desde a transferência da Escola Militar para Resende, em 1944, a qual se seguiu o declínio do comércio e a ocupação desordenada das áreas periféricas do Realengo.

3.2. Depois da escola

As transformações sofridas pelas instalações e áreas militares de Realengo, após a extinção da Escola Militar, são narradas em seguida. Os dados procedem, em grande parte, de pesquisas de campo na localidade. Desse modo, a ausência de um maior número de referências bibliográficas, principalmente em relação aos períodos mais recentes, deve ser atribuída ao fato de que as informações decorrem de um esforço original de registro e sistematização de observações próprias.

Figura 32 - Ruínas da Fábrica do Realengo.

Ruínas das oficinas da Fábrica de Cartuchos do Realengo, desativada em 1977. Fotografia de Anderson Viana, ano 2010.

Considerado inadequado para o desenvolvimento das atividades da Escola Militar, o prédio do Realengo não foi descartado como sede para outras instituições militares. Em 1º de setembro de 1945, mesmo ano em que a escola foi definitivamente transferida para

Resende[267], foi instalado nas antigas dependências o recém criado *Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo*[268]. O Centro foi transformado, em 1955, na *Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização*[269] e posteriormente transferido para o edifício sede do Ministério da Guerra, na praça da República. Subordinado à Diretoria de Ensino do Exército, tinha como função coordenar a realização de cursos de aperfeiçoamento e especialização de oficiais e sargentos, sendo constituído pelos seguintes órgãos:

- A *Escola das Armas*, na Vila Militar[270].

- A *Escola de Motomecanização*, em Deodoro.

- A *Escola de Transmissões*, na Vila Militar.

- A *Escola de Instrução Especializada*, em Realengo[271].

- A *Escola de Sargentos das Armas*, destinada ao aperfeiçoamento dos segundos-sargentos e terceiros-sargentos, e à seleção de sargentos para as Unidades-Escola. Esse estabelecimento funcionou em Realengo apenas até 1949, quando foi desligado do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização e transferido para a cidade de Três Corações, no sul do estado de Minas Gerais, passando à subordinação da Diretoria do Ensino do Exército[272].

- O *Grupamento das Unidades-Escola*, composto pelos *Regimento-Escola de Infantaria*, *Regimento-Escola de Cavalaria*, *Regimento-Escola de Artilharia*, *Companhia-Escola de Engenharia*, *Companhia-Escola de Transmissões*, *Companhia-Escola de Saúde* e *Companhia-Escola de Indentência*, todos sediados na Vila Militar de Deodoro.

---

[267] O primeiro ano do curso de formação de oficiais já havia funcionado na Escola Militar de Resende durante o período letivo de 1944. Decreto-Lei nº 6.012, de 19 de novembro de 1943. *Cria a Escola Militar de Resende, e dá outras providências*.

[268] Decreto-Lei nº 7.888, de 21 de agosto de 1945. *Cria o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, e dá outras providências*.

[269] Decreto nº 37.973, de 22 de setembro de 1955. *Modifica a alínea "a" do art. 5º do Decreto-Lei nº 7.888, de 21 de agosto de 1945, que cria o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo. Altera, parcialmente, a estrutura do Estado Maior do Exército e da Diretoria Geral do Ensino, e dá outras providências*.

[270] Transformada em *Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais*, conforme a Lei nº 758, de 11 de julho de 1949. *Modifica a alínea "a" do art. 5º do Decreto-Lei nº 7.888, de 21 de agosto de 1945, que cria o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo*.

[271] Decreto-Lei nº 5.636, de 30 de junho de 1943. *Cria o Centro de Instrução Especializada, com sede na Capital Federal*. Foi transformado na Escola de Instrução Especializada pelo Decreto-Lei nº 7.888, de 21 de agosto de 1945, acima citado. A EsIE dividia o quartel da Escola das Armas até 1949, quando foi transferida para instalações próprias em Realengo, ampliadas nas décadas seguintes. Localiza-se em Realengo ainda hoje, na rua Marechal Abreu Lima, nº 450, ocupando uma área de 288.000 metros quadrados entre a linha férrea, do lado oposto da Escola Militar, e a avenida Brasil.

272 Decreto nº 27.543, de 5 de dezembro de 1949. *Transfere de sede a Escola de Sargentos das Armas e dá outras providências*.

- O *Núcleo de Recompletamento das Unidades-Escola*, órgão de recrutamento destinado a manter os efetivos em praças de fileira, especialistas e cabos do Grupamento de Unidades-Escola.

- O *Curso Especial de Equitação*, nomenclatura alterada em 1954 para *Escola de Equitação do Exército*, que ocupou as dependências do antigo Departamento de Equitação e de Educação Física da Escola Militar do Realengo.

Em 1947, foi criado e instalado no primeiro pátio do edifício da extinta escola o *Serviço de Publicações do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo*, que realizava serviços gráficos e impressão de material didático para as unidades subordinadas ao Centro. Com o rápido crescimento da demanda por seus serviços, foi necessária a realização de obras de adaptação das instalações para comportar o maquinário gráfico adquirido. O Serviço de Publicações foi transformado, em 1948, na *Oficina Impressora General Gustavo Cordeiro de Farias*, denominação alterada em 1949 para *Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias*. O estabelecimento permaneceu em Realengo até 1977, quando foi transferido para Brasília, nas instalações do Quartel General do Exército.

Entre 1949 e 1977 o Estabelecimento Cordeiro de Farias dividiu o quartel do Realengo com o 3º Batalhão de Carros de Combate[273], removido do *Derby Club* para possibilitar a construção do estádio do Maracanã. Com a transferência da gráfica para Brasília, em 1977, o prédio do Realengo passou a ser ocupado exclusivamente pelo 3º Regimento de Carros de Combate pelos vinte anos seguintes.

O ano de 1977 também foi marcado pela extinção da Fábrica do Realengo, assim como de outras fábricas de material bélico vinculadas ao Exército, que tiveram seu patrimônio transferido para a Indústria de Material Bélico do Brasil. As grandes áreas da fábrica permaneceram sob guarda dos militares, sem uso mais específico do que, eventualmente, a utilização como um pequeno campo de instrução. Apenas uma área edificada, no cruzamento da rua Doutor Lessa com a avenida Santa Cruz, passou a ser utilizada como aquartelamento pela Companhia de Material Bélico do 19º Batalhão Logístico.

[273] Transformado no 3º Regimento de Carros de Combate, conforme a Portaria Ministerial nº 37-Res, de 21 de dezembro de 1971. Embora o Decreto-Lei nº 6.451, de 28 de abril de 1944, tenha como ementa a transferência da sede do 3º Batalhão de Carros de Combate para a cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, somente sua Companhia de Carros de Combate Leve foi transferida, dando origem ao 3º Batalhão de Carros de Combate Leve, atual 29º Batalhão de Infantaria Blindado.

A Escola de Equitação do Exército permaneceu no Realengo até dezembro de 1995, quando foi transferida para a Vila Militar de Deodoro, deixando desocupadas as antigas instalações do Departamento de Equitação e de Educação Física da Escola Militar do Realengo. Ao final de 1996, também foram transferidos do bairro a Companhia de Material Bélico, para o município de Niterói, estado do Rio de Janeiro, e o 3º Regimento de Carros de Combate para instalações localizadas junto ao Campo de Instrução do Gericinó. Com essas mudanças, todas as áreas do bairro que ainda se encontravam sob jurisdição do Exército permaneceram vazias, com exceção do antigo edifício da Escola Militar, que passou a sediar o Comando da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, a 1ª Companhia de Comunicações Blindada, o 36º Pelotão de Polícia do Exército e a 7ª Companhia de Engenharia de Combate Blindada. Estas unidades também ocuparam por pouco tempo o quartel do Realengo, sendo extintas ou transferidas para a Região Sul do país, após 2004.

Figura 33 - Detalhe da fachada da Fábrica do Realengo.

Detalhes arquitetônicos da fachada da "Área I" da Fábrica de Cartuchos do Realengo, no trecho voltado para a Avenida de Santa Cruz. Fotografia de Yukimi Takanaca, ano 2009.

No mesmo período, foram firmados acordos entre os Ministérios do Exército[274], da Educação, do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Gerência do Patrimônio da União

[274] Comando do Exército, subordinado ao Ministério da Defesa, a partir de 1999. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*.

no Rio de Janeiro e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que redistribuíram as áreas militares do Realengo, propondo novos usos públicos para algumas delas ou simplesmente realizando sua venda para grupos particulares.

3.3. As áreas militares no Realengo

Como visto nos primeiro e segundo capítulos, as terras ocupadas por instalações militares no Realengo e nas adjacências do bairro foram adquiridas pelo Ministério da Guerra em transações de naturezas diversas, realizadas desde 1857, tais como acordos com a Câmara Municipal, compra direta de foreiros ou desapropriações; essas aquisições se estenderam ao longo do século XX. Além das áreas já descritas, ainda houve, mesmo após a transferência da Escola Militar na década de 1940, acréscimos aos espaços militares no Realengo e na Vila Militar de Deodoro. Em 1952, o Exército recebeu um lote de terreno no número 64, quadra 6, da rua Taquarembó, em Magalhães Bastos, com 362,50 metros quadrados, que foi utilizado na ampliação das instalações do Parque Central de Motomecanização[275]. Em 1957, os terrenos de propriedade de Etelvina Manhães de Castro Neves e Almeida, situados na estrada da Água Branca, lotes número 83 e números 115 a 118, foram declarados de utilidade pública e desapropriados para expansão do Campo de Instrução de Gericinó. Esses últimos ocupavam uma área total de 67.000 metros quadrados, e estavam avaliados em Cr$ 1.876.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta e seis mil cruzeiros)[276].

O patrimônio fundiário das unidades militares na Zona Oeste do Rio de Janeiro inclui, além de propriedades do Exército, sedes de unidades da Força Aérea Brasileira, da Marinha do Brasil e das Forças Auxiliares[277]. Esse assunto despertou a atenção de poucos

---

[275] Decreto nº 31.088, de 7 de julho de 1952. *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Guerra*. Os doadores foram Oav Fonseca, Zilah de Castro Faria Fonseca, Hugo Caire de Castro Faria, Haidée Velho de Castro Faria, Hélio Caire de Castro Faria e Maria da Glória Velho de Castro Faria.

[276] Decreto nº 40.779, de 17 de janeiro de 1957. *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao Serviço do Exército Nacional*.

[277] Para citar apenas as áreas de extensão mais expressiva: o Complexo Naval Guandu do Sapê, da Marinha do Brasil, ocupa uma área de 4.500.000 metros quadrados próxima à avenida Brasil, em Campo Grande. O complexo é constituído pelo Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves e pelo Batalhão de Operações Especiais do Corpo de Fuzileiros Navais. A Força Aérea Brasileira, além das instalações já citadas do Campo dos Afonsos, ocupa com a Base Aérea de Santa Cruz extensas áreas no bairro de Santa Cruz, onde se localizam o 4º Esquadrão do 7º Grupo de Aviação, o 1º Esquadrão do 1º Grupo de Aviação de Caça, o 2º Esquadrão do 1º Grupo de Aviação de Caça, e o 1º Esquadrão do 16º Grupo de Aviação. Ainda na Zona Oeste, o Exército Brasileiro possui vastas áreas em Guaratiba e na ilha da Marambaia, essa última também ocupada por unidades da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira.

pesquisadores (Santos 1999; Fernandes, 2006) e ainda se encontra insuficientemente explorado, mas seu volume de informações extrapola as possibilidades de análise e os objetivos desta pesquisa. Concentrando apenas as informações sobre a região do Realengo na década de 1970, momento em que a expansão do patrimônio do Exército no bairro atingiu sua maior extensão, encontramos, registrados em nome da União Federal e sob jurisdição do Exército Brasileiro, os seguintes imóveis, constituídos por terrenos e benfeitorias.

1) O prédio da antiga Escola Militar, então ocupado pelo 3º Regimento de Carros de Combate e pelo Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, *situado à rua Bernardo de Vasconcelos, sem número*[278]*, formando um quadrilátero regular, entestado na rua Bernardo de Vasconcelos, com 348,00 metros, confrontando pelo lado esquerdo a praça Campo de Marte, com 96,40 metros, pelo lado direito a rua do Imperador e pelos fundos o leito da Estrada de Ferro Central do Brasil*, compreendendo uma superfície de 33.547,20 metros quadrados[279].

2) Área de instrução do 3º Regimento de Carros de Combate, *que entesta na rua Bernardo de Vasconcelos com 269,60 metros; pelo lado direito confronta com o prolongamento da rua Goulart de Andrade, com 97,60 metros, pelo lado esquerdo confronta com o prolongamento da rua Doutor Lessa, 122,00 metros; e, pelos fundos, confronta com terrenos da Estrada de Ferro Central do Brasil, com 264,60 metros,* fechando um quadrilátero irregular com superfície de 28.464,31 metros quadrados[280].

3) Área de instrução denominada *Campo de Marte*, da Escola de Equitação do Exército, *que entesta na rua Bernardo de Vasconcelos com 209,30 metros; pelo lado direito confronta com o prolongamento da rua Doutor Lessa, com 118,00 metros, pelo lado esquerdo confronta com o prolongamento da rua Marechal Soares Andréa, com 137,90 metros; pelos fundos confronta com terrenos da Estrada de Ferro Central do Brasil, com 227,70 metros;* fechando um quadrilátero irregular com superfície de 27.838,58 metros quadrados.

4) Escola de Equitação do Exército, *situada no Campo de Marte, sem número, onde entesta com 155,40 metros; pelo lado direito confronta com terrenos da Estrada de*

---

[278] Atualmente, possui o número 1.090.

[279] Decreto nº 76.821, de 16 de dezembro de 1975. *Autoriza o registro, em nome da União Federal, do imóvel que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro*.

[280] Decreto nº 77.914, de 24 de junho de 1976. *Autoriza o registro em nome da União Federal, dos imóveis que menciona, situados no Estado do Rio de Janeiro*.

Ferro Central do Brasil, em três segmentos sucessivos na frente para os fundos, com 27,10 metros, pelo lado direito com a rua Dr Lessa, com 118,00 metros; pelo lado esquerdo confronta com a rua Bernardo de Vasconcelos, com 135,80 metros; pelos fundos confronta com a rua Engenheiro Miranda Ribeiro, com 181,80 metros, fechando um perímetro de forma irregular com superfície de 21.709,98 metros quadrados.

5) Área ocupada pelo potreiro da Escola de Equitação do Exército, *situada à rua Engenheiro Miranda Ribeiro, sem número, onde entesta com 29,10 metros; pelo lado esquerdo confronta com a rua Bernardo de Vasconcelos, com 53,20 metros; pelo lado direito medindo 54,30 metros e pelos fundos medindo 27,00 metros, confronta com terrenos de Marcio Braçante*; fechando um quadrilátero irregular com superfície de 1.506,31 metros quadrados.

6) Fábrica do Realengo, *situada à rua Bernardo de Vasconcelos nº 941, onde entesta com 250,00 metros; pelo lado direito confronta com a rua Doutor Lessa, com 214,00 metros; pelo lado esquerdo confronta com a rua Goulart de Andrade, 205,00 metros; pelos fundos confronta com a avenida Santa Cruz com 260,00 metros;* fechando um quadrilátero irregular com superfície de 54.094,25 metros quadrados.

7) Área ocupada por instalações da Fábrica do Realengo e por Próprios Nacionais Residenciais, *situada à avenida Santa Cruz sem número, onde entesta com 205,00 metros; pelo lado direito confronta com a rua Doutor Lessa com 137,80 metros; pelo lado esquerdo, medindo 128,00 metros, confina com o prédio nº 907 da avenida Santa Cruz e com os prédios nº 43, 45, 47, 49, 51 e 53, da rua Goulart de Andrade; pelos fundos confronta com a rua Paranaguá, com 221,50 metros*; fechando um quadrilátero irregular com superfície de 28.329,00 metros quadrados.

8) Área ocupada por instalações da Fábrica do Realengo, *situada à rua Oliveira Braga, sem número, onde entesta com 371.00 metros; pelo lado direito confronta com a rua General Raposo com 482,50 metros; pelo lado esquerdo confronta com a rua General Sezefredo, com 483,00 metros; pelos fundos confronta com a rua Pedro Gomes, com 366,00 metros*; fechando um perímetro de forma irregular, com superfície de 177.744,00 metros quadrados.

9) Próprio Nacional Residencial *situado à avenida Santa Cruz, número 451, onde entesta com 32,00 metros, pelo lado direito, medindo 84,90 metros, confina com o prédio número 419, da mesma rua, ocupado pelo Supermercado Guanabara, pelo lado esquerdo*

confronta com a rua Marechal Soares Andréa, com 134,80 metros; pelos fundos, medindo 12,50 metros, confina, inicialmente, com o prédio número 405 da mesma rua, e, a seguir em dois segmentos sucessivos de 48,60 metros e de 11,70 metros, com os prédios número 260, 240, 220 e 210, da rua Reritiba; fechando um perímetro de forma irregular, com superfície de 4.250 metros quadrados.

10) As instalações da Escola de Instrução Especializada, localizadas na rua Princesa Imperial, sem número, e nas unidades residenciais situadas na mesma rua, números 145, 151, 155 e 159, assim descritas: *testa na rua Princesa Imperial, com 157,00 metros; pelo lado direito, confronta com a rua Demerara, com 129,20 metros; pelo lado esquerdo confronta, inicialmente, com a avenida São Pedro de Alcântara, com 54,00 metros, seguindo na direção Norte em dois segmentos, sendo o primeiro com 9,00 metros e o segundo com 29,00 metros na direção geral Leste, com 61,60 metros, confrontando com terrenos de José Vieira ou sucessores; pelos fundos, em dois segmentos a partir da rua Demerara, sendo o primeiro com 74,50 metros e o segundo com 12,90 metros, confrontando com o rio Piraquara e fechando um polígono de forma irregular, com superfície de 11.782,68 metros quadrados*[281].

11) Outro imóvel ocupado pela Escola de Instrução Especializada, constituído por terreno e benfeitorias situados à rua Marechal Abreu Lima, nº 450, com as seguintes características: *testa na rua Marechal Abreu Lima com 324,20 metros; a seguir, faz esquina com essa mesma rua e com a estrada Água Branca, com 23,70 metros; pelo lado direito, confronta com a estrada Água Branca, com 876,20 metros, pelos fundos, confronta com a rua Princesa Imperial, com 389,80 metros; pelo lado esquerdo, com 798,40 metros, confronta, a partir da rua Princesa Imperial para a rua Marechal Abreu Lima, com os lotes nº 1.572, 1.576, 1.582 e 1.618, com terreno baldio e com o estádio do Realengo Futebol Clube, todos na avenida São Pedro de Alcântara. A seguir, com acesso particular indicado como rua Miguel Pombeiro, que atende aos lotes nº 178, 181 e 197, e ao prédio nº 33 do conjunto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); com o conjunto residencial do INPS, compreendido entre os acessos denominados rua "A" e rua Marechal Simeão; e com os lotes nº 4, 14, 24, 32, 42, 50, 60, 68, 78, 86, 92, 106, 114, 124, 134, 144, 152, 162, 174, 182, 192, 200, 210, 220, 228, 236, 246, 254, 264, 270, 280, e 290,*

[281] Decreto nº 78.147, de 2 de agosto de 1976. *Autoriza o registro, em nome da União Federal, do imóvel que menciona, situado no Estado de Rio de Janeiro*.

da rua Cramataú, fechando um polígono de forma irregular com superfície de 375.085,63 metros quadrados[282].

12) Ainda como parte da Escola de Instrução Especializada, o imóvel situado à avenida São Pedro de Alcântara, nº 1.500, com *testa na avenida São Pedro de Alcântara, com 76,00m; pelo lado direito, a partir dessa mesma rua, em dois alinhamentos sucessivos, respectivamente com 9,00m e 29,00m, e pelos fundos, com 61,60m, confronta com outro Próprio Nacional; pelo lado esquerdo, confronta com 21,50, com o rio Piraquara fechando um perímetro de forma irregular com superfície de 2.448,00m quadrados*[283].

Convém assinalar que não foram encontrados registros sobre a área que, na mesma época, era ocupada pela Companhia de Material Bélico do 19º Batalhão Logístico, imóvel hoje desocupado, situado na esquina da avenida Santa Cruz com a rua Doutor Lessa.

Há três décadas já não são registradas expansões das áreas militares no Realengo. Aparentemente, esse crescimento foi encerrado devido à transformação do espaço advinda do incremento da ocupação urbana, que tornou a presença das áreas militares incompatível com as necessidades e interesses da sociedade em seu entorno. A região, que certamente atendia às condições para implantação dos primeiros quartéis, até certo momento os comportou sem maiores transtornos, apesar da necessidade de ajustamentos na configuração do tecido urbano. Mas, posteriormente, esse ajustamento foi reconhecido como fator de limitação ao desenvolvimento do bairro, principalmente quanto ao travamento da expansão imobiliária e do comércio em direção às melhores áreas.

A partir de meados da década de 1970, pode-se observar até mesmo o início da retração nas dimensões das áreas militares da região. A primeira redução foi a cessão ao governo do estado da Guanabara de uma área de 73.143 metros quadrados na esquina das ruas Nazaré e Sargento Pinheiro, em Deodoro, para construção da estação de tratamento de esgotos que atende a Vila Militar, Campo dos Afonsos, Magalhães Bastos, Realengo e outras regiões vizinhas[284]. Cinco anos depois, em 1976, foi cedido ao Serviço Nacional de

---

[282] Decreto nº 78.150, de 2 de agosto de 1976. *Autoriza o registro, em nome da União Federal, do imóvel que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro*.
[283] Decreto nº 78.389, de 9 de setembro de 1976. *Autoriza o registro, em nome da União Federal, do imóvel que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro*.
[284] Decreto nº 69.504, de 8 de novembro de 1971. *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, de terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara*.

Aprendizagem Industrial, para construção de um Centro de Formação Profissional, um outro terreno com área de 73.712 metros quadrados, que constituía parte da antiga Fazenda Sapopemba, entre a avenida Brasil, a estrada do Camboatá e o prolongamento da estrada de Nazaré, em Deodoro[285].

Figura 34 - Portão da Fábrica de Cartuchos na rua Carlos Wenceslau.

Portão principal da "Área III" da Fábrica de Cartuchos do Realengo, localizado na rua Carlos Wenceslau (antiga rua Oliveira Braga). Fotografia de Anderson Viana, ano 2010.

Um esvaziamento ainda mais considerável em termos da presença militar ocorreu em 1977, quando a Fábrica do Realengo foi extinta, juntamente com as fábricas do Andaraí (RJ), Curitiba (PR), Estrela (RJ), Itajubá (MG), Juiz de Fora (MG), Fábrica de Material de Comunicações (RJ) e Fábrica Presidente Vargas (SP), que tiveram seus bens móveis e imóveis transferidos para a Indústria de Material Bélico do Brasil. Ao Ministério do Exército foi determinado que regulasse a situação dos servidores civis estatutários e dos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho[286]. Aos trabalhadores civis foi apresentada a opção de transferência para outras unidades, ou de aposentadoria para os que já possuíam condições de solicitá-la; os efetivos militares foram transferidos para outras unidades do Exército.

[285] Decreto nº 77.342, de 25 de março de 1976. *Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, do terreno que menciona, situado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro*.
[286] Decreto nº 79.659, de 5 de maio de 1977. *Extingue estabelecimentos fabris do Ministério do Exército, transfere bens para a IMBEL, e dá outras providências*.

Uma certa lógica econômica pode ser reconhecida na desativação da Fábrica do Realengo, cujos antecedentes a situavam em um momento histórico de transição dos processos de trabalho, de um modo de produção quase artesanal para a produção industrial - como visto, nos primeiros anos de funcionamento ainda era possível aos operários improvisarem os aparelhos e ferramentas das linhas de produção. Em virtude do momento de evolução tecnológica em que essa transição ocorreu, a história da fábrica foi pontilhada pela necessidade de importação de máquinas e de contratação de mão de obra estrangeira para ampliação da produção. Dada a sua natureza de instituição vinculada ao governo, particularmente ao Exército, o recebimento de recursos para esse desenvolvimento flutuava ao sabor das políticas centrais, e a cada surto de investimentos sua arquitetura original necessitava de adaptações e ampliações, elevando custos de produção. Por outro lado, a localização de uma fábrica de explosivos e munições em uma localidade urbana e já densamente povoada preconizava a possibilidade de graves acidentes, como o ocorrido em 1959, quando a explosão de paióis do Depósito Central de Armamento e Munições do Exército, localizado no Camboatá, causou extensos danos em instalações militares e civis, com um prejuízo estimado pelo Ministério da Guerra em Cr$ 49.980.567,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e oitenta mil, quinhentos e sessenta e sete cruzeiros), computadas apenas a execução de obras urgentes em virtude dos danos causados pela explosão[287].

Em 1983, seis anos após a extinção da Fábrica do Realengo, a mais antiga de suas áreas, aquela localizada no campo do Piraquara e cuja pedra fundamental havia sido lançada pelo imperador D. Pedro II, foi totalmente demolida para dar lugar à construção do condomínio *Parque Real*, conjunto de seis blocos de apartamentos com 432 unidades residenciais, construído por iniciativa da Fundação Habitacional do Exército.

Novos usos das áreas desocupadas pela fábrica só foram implantados a partir da alienação dos imóveis por parte do Comando do Exército. Foram revertidas à Secretaria do Patrimônio da União as áreas localizadas na rua Oliveira Braga n° 343 (Área III da Fábrica do Realengo)[288], rua Bernardo de Vasconcelos nº 941 (Área I da Fábrica do Realengo)[289] e rua Bernardo de Vasconcelos n° 1.072 e n° 702 (áreas do Departamento de Equitação e de

[287] Decreto nº 44.612, de 15 de outubro de 1958. *Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito extraordinário de Cr$ 49.980.567,00, para a execução das obras urgentes que se tornaram necessárias em virtude dos danos causados pela explosão de paióis do Depósito de Armamento e Munições do Exército*.

[288] Portaria n° 195, de 17 de abril de 2003, do Comandante do Exército. *Autoriza e delega competência para alienação, por venda, do imóvel cadastrado sob o n° RJ 01-0398*.

[289] Despacho Decisório nº 005, de 16 de janeiro de 2004, do Comandante do Exército. *Reversão de parcela de imóvel situado em Realengo/RJ à Secretaria do Patrimônio da União (SPU).*

Educação Física da Escola Militar)[290]. A partir de então foram estabelecidos convênios prevendo a construção de unidades federais de ensino técnico nas instalações. Em algumas delas, optou-se pela restauração das antigas oficinas e sua transformação em salas de aula, laboratórios e quadras esportivas cobertas; outras foram apenas arrasadas para dar lugar aos novos espaços. Em 2004 foram iniciadas obras de restauração em uma pequena extensão das áreas da rua Bernardo de Vasconcelos, que possibilitaram a inauguração, já no ano seguinte, de uma unidade escolar - a décima terceira - do Colégio Pedro II. A unidade passou a atender cerca de mil alunos na localidade, oferecendo ensino médio integrado e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade Jovens e Adultos.

Figura 35 - Residência funcional da Fábrica de Cartuchos.

Antiga residência funcional anexa à Fábrica de Cartuchos, na área da rua Carlos Wenceslau. Fotografia de Anderson Viana, ano 2010.

Três anos depois, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram inauguradas novas dependências no colégio. A unidade foi ampliada, ganhando biblioteca, complexo desportivo e centro de cultura popular, em um investimento custeado pelo Ministério da Educação. Durante a pesquisa, visitamos a unidade escolar, que na ocasião já contava com uma biblioteca digital equipada com 60 computadores, auditório e salões de exposição para atender aos moradores de Realengo, Padre Miguel e Bangu. A unidade

[290] Portaria n° 283, de 17 de maio de 2004, do Comandante do Exército. *Autoriza e delega competência para alienação dos imóveis cadastrados sob os n° RJ 01-0151 e RJ 01- 0263*.

possuía, ainda, duas quadras esportivas, utilizadas pelos alunos da escola e pela comunidade, inclusive nos fins de semana, e um centro de cultura com espaços para feiras de artesanato, atividades folclóricas, ginástica e dança. Ao final do ano de 2009, outra grande parte das ruínas se encontrava em processo de restauração, o que conciliará, ao menos, a expansão do colégio com a preservação arquitetônica das antigas instalações da fábrica.

Figura 36 - Coreto do Campo de Marte.

Coreto do Campo de Marte (também chamado "Praça do Canhão"), tendo ao fundo edificação da Fábrica de Cartuchos, restaurada para abrigar uma unidade do Colégio Pedro II. Fotografia de Anderson Viana, ano 2010.

Em 2007 foi assinado um novo convênio entre o Ministério da Educação e a Prefeitura do Rio de Janeiro, para a construção da unidade Realengo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. A unidade seria construída em uma parcela de quase 3 mil metros quadrados da antiga seção de metalurgia da Fábrica de Cartuchos, na rua Oliveira Braga. O projeto, contando com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional do Ministério da Educação, previa a construção de novos prédios e a aquisição de equipamentos para laboratórios de enfermagem, segurança do trabalho, análises químicas, informática, manipulação e produção farmacêutica, microbiologia, análises clínicas e histologia. A expectativa era de que a escola oferecesse, inicialmente, 560 vagas no nível básico para as áreas de saúde, meio ambiente, gestão, informática, turismo e química. Para o nível técnico seriam oferecidas, no primeiro ano, 520 vagas no curso de

saúde. Em 2009 já estavam em funcionamento os cursos de graduação em Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, oferecendo, cada um deles, 30 vagas por semestre.

Figura 37 - Picadeiro da Escola Militar.

Picadeiro da Escola Militar, vista lateral a partir da estação ferroviária. Sua construção foi iniciada em 1907, e destinava-se ao ensino de equitação. Um dos principais marcos da paisagem do Realengo, foi demolido em 2008, quando a área que ocupava foi vendida. Foto do acervo da Escola de Equitação do Exército.

Ao final de 2003, as unidades subordinadas à 5ª Brigada de Cavalaria Blindada foram progressivamente extintas ou transferidas para cidades localizadas no sul do país. Com isso, outros antigos prédios foram demolidos. A residência funcional do comandante da Escola Militar (avenida Santa Cruz, nº 451), construção representante da arquitetura eclética do início do século XX, resistiu pouco. Há alguns anos, já era utilizada como estacionamento do supermercado Guanabara e como depósito de uma madeireira: foi demolida em 2004, para ampliação do supermercado. O picadeiro do Departamento de Equitação e de Educação Física da Escola Militar, construído com módulos importados da Alemanha, que juntamente com o edifício principal da escola e com a fachada da fábrica compunha o cenário do centro do bairro desde 1908, constituindo a única construção do gênero encontrada na cidade, foi vendido e demolido em 2007[291]. As últimas instalações militares do Realengo são, atualmente, o antigo prédio da Escola Militar, no Campo de

[291] Conforme o artigo 1º da Lei nº 5.651/70, "é autorizado o Ministério do Exército a proceder a venda ou permuta de bens imóveis da União, de qualquer natureza sob sua jurisdição, cuja utilização ou exploração não atenda mais as necessidades do Exército".

Marte, ocupado pelo Comando da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, e a Escola de Instrução Especializada.

Figura 38 - Residências funcionais da Fábrica de Cartuchos do Realengo.

Residências funcionais da Fábrica de Cartuchos do Realengo, na rua Bernardo de Vasconcelos, ocupadas por militares após a extinção da Fábrica de Cartuchos. Fotografia de Anderson Viana, ano 2010.

No caminho entre o consenso sobre a necessidade de transformação das antigas áreas militares do Realengo até sua inclusão nas políticas de renovação urbana e a consequente redistribuição para empreendimentos públicos ou privados, não parece ter havido espaço suficiente para o interesse sobre os aspectos históricos ou o valor arquitetônicos das antigas edificações, que foram encaradas com desinteresse e julgadas funcionalmente ultrapassadas. Assim, a deficiência de levantamentos a respeito de seu valor como um bem cultural causou perdas já irrecuperáveis.

3.4. Áreas militares e urbanização.

Realengo é hoje o 11º bairro em extensão territorial da cidade do Rio de Janeiro, com uma área de 26,35 km quadrados. Conta com 42 estabelecimentos de ensino públicos e 37 privados, além de nove estabelecimentos de saúde. Sua população em 2000 era de

172.433 habitantes, contando com 51.628 domicílios. O bairro possui 39 praças e parques, e é atravessado por 61 linhas de ônibus[292].

A influência das áreas militares na estrutura urbana do bairro é sentida ainda hoje, embora sua extensão já esteja bastante reduzida em relação ao ponto máximo que atingiu na segunda metade do século XX. Atualmente, parece perdida a visão de que a implantação dessas áreas antecedeu o crescimento do bairro e possuiu certa lógica quanto à escolha da localização, na época baseada no potencial para o desenvolvimento da instrução e dos exercícios militares. Com o preenchimento dos vazios demográficos da região, os efetivos militares foram progressivamente reduzidos, mas os espaços desocupados passaram por um processo de transformação mais lento.

Figura 39 - Antiga fachada, rua Bernardo de Vasconcelos.

Antigo prédio localizado na rua Bernardo de Vasconcelos, próximo à Escola Militar. A fachada traz como ornamento uma estrela de cinco pontas com o cruzeiro do sul inscrito no centro, símbolo utilizado como insígnia pelos oficiais do Exército. Fotografia de Yukimi Takanaca, ano 2009.

Nas duas primeiras décadas do século XX, Realengo ainda era um distrito da freguesia de Campo Grande, formando, juntamente com Guaratiba, Jacarepaguá e Santa Cruz, a zona rural do Rio de Janeiro. As freguesias de Irajá, Engenho Novo, Inhaúma e Méier pertenciam ao subúrbio, que já se encontrava em um estágio consideravelmente avançado de urbanização (Santos, 2007). Nesses bairros, assim como na região centro-sul

[292] Fonte: Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro (2000).

da cidade, a presença de áreas militares, embora não fosse nula, não alteraria tão profundamente a organização do espaço quanto na Zona Oeste do município.

Figura 40 - Antiga fachada, rua Bernardo de Vasconcelos.

Outro prédio localizado na rua Bernardo de Vasconcelos, próximo à Escola Militar, apresentando a estrela de cinco pontas como ornamento da fachada. Fotografia de Yukimi Takanaca, ano 2009.

As instituições militares do Realengo foram, até certo ponto, a representação concreta da presença do Estado na região, tanto no plano real da urbanização - promovendo a abertura de vias, a canalização de água e esgoto, o fornecimento de energia elétrica, a construção de moradias e a instalação de serviços de educação, saúde e segurança - quanto, consequentemente, no plano da organização da vida social. No bairro vizinho de Bangu, o mesmo fenômeno se deu impulsionado pela *Companhia Industrial Progresso do Brasil*, indústria têxtil fundada no final do século XIX, que promoveu a urbanização da localidade e organizou em larga escala a vida daquele bairro (Oliveira, M., 1991; Oliveira, G., 1993; Meira de Oliveira, 2005; Freitas, 2005; Oliveira, C., 2006). No outro limite das áreas militares, em direção aos subúrbios da Zona Norte, parte dos terrenos da fazenda Sapopemba foi ocupada pela vila proletária de Marechal Hermes, mandada construir a partir de 1912, no governo do Marechal Hermes da Fonseca, e que foi concebida para atingir as dimensões de um bairro.

Durante a década de 1930, a área do entorno da Escola Militar atingiu o nível máximo de seu prestígio como área residencial das elites locais. As edificações da região,

na época, possuíam estilos, dimensões e qualidade de construção comparáveis àquelas localizadas em áreas tradicionalmente nobres da cidade, apresentando também uma riqueza de elementos arquitetônicos que revela o poder aquisitivo dos antigos moradores. Nas ruas Bernardo de Vasconcelos, Doutor Lessa e Marechal Soares Andréa, mais próximas à escola, a maioria dos imóveis era utilizada por militares e funcionários da alta hierarquia da Escola Militar. Em sua maioria, eram casas de um pavimento, situadas em lotes largos, sem recuos frontais, mas com grandes quintais arborizados ao fundo. Na área do entorno da praça Nossa Senhora da Conceição, principalmente no trecho da avenida de Santa Cruz, os imóveis já se caracterizavam por sua dupla função, constituindo sobrados nos quais os andares superiores se destinavam à residência dos negociantes, e o térreo ao funcionamento de estabelecimentos comerciais. As fachadas ostentavam, além da data de construção - costume típico da época - elementos de ornamentação que identificavam a posição social do morador, encontrando-se em algumas a estrela de cinco pontas com o cruzeiro do sul inscrito no centro, símbolo utilizado como insígnia pelos oficiais do Exército.

Durante as quatro décadas em que a Escola Militar funcionou em Realengo, o bairro foi caracterizado por um moderado crescimento demográfico e de um processo de urbanização em ritmo correspondentemente. Tornando-se mais acessível com a reforma e a eletrificação de parte do sistema suburbano de trens, efetuadas durante o governo de Getúlio Vargas em 1937 (Rodriguez, 2004), a localidade, a partir da década de 1940, acompanhou a tendência de outras regiões da cidade, passando a crescer rápida e descontroladamente. As ruas mais antigas se transformaram nas principais vias de circulação; uma sucessão de novos loteamentos criou novas ruas, em grande parte estreitas, sem calçamento e predominantemente tomadas por residências da população de baixa renda.

No final dos anos 1930, esse crescimento foi incrementado com a construção do *Conjunto Residencial do Realengo*, que totalizou, até 1950, a produção de cerca de 2.800 unidades residenciais, implantando também novas redes de luz, água, esgoto e pavimentação, bem como vários serviços de caráter coletivo, como escola primária para 1.500 alunos, creche para 100 crianças, ambulatório médico, gabinete dentário, quadras para prática de esportes, templo católico e horto florestal (Bonduki, 1996).

Entre as décadas de 1950 e 1960 o crescimento demográfico se acelerou ainda mais, e as últimas chácaras próximas ao centro do bairro, que ainda conferiam um aspecto

rural à região, foram loteadas e transformadas em zona urbana; nas décadas de 1970 e 1980 as áreas periféricas mais próximas à serra do Barata também foram loteadas. Os últimos espaços vazios foram ocupados por favelas. Outra característica marcante foi o fracionamento das propriedades, subdividas em lotes que se transformaram em pequenas vilas no centro dos quarteirões originais. Nesse contexto, também se registrou uma intensa produção de unidades residenciais, realizada tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa privada ou por particulares, mas principalmente voltada para os segmentos sociais de baixa renda.

Figura 41 - Antigo estabelecimento comercial em Realengo.

Antigo estabelecimento comercial, vizinho à Escola Militar, na rua Bernardo de Vasconcelos. Fotografia de Anderson Viana, ano 2010.

Como resultado dessa diversidade de ações e do longo tempo em que vêm sendo executadas, encontra-se no bairro uma grande variedade de paisagens urbanas, entre as quais a série de fachadas dos antigos *próprios nacionais residenciais*[293], os conjuntos habitacionais populares, como o Conjunto Residencial do Realengo da era Vargas ou, mais recentemente, os conjuntos D. Pedro I (82 blocos, 3.280 apartamentos) e Água Branca (60 blocos, 1.198 apartamentos); o condomínio *Parque Real* (seis blocos, 432 apartamentos); e as poucas casas construídas para os funcionários da fábrica.

[293] Conjuntos de casas ou apartamentos construídos para serem cedidos, mediante pagamento de taxas - normalmente inferiores aos aluguéis - aos militares e funcionários em serviço na localidade.

Dessas habitações, a especificidade da presença da Escola Militar e da Fábrica do Realengo se constituiu pelos próprios nacionais residenciais, surgidos da necessidade de fixação dos militares na região e da exigência de que os oficiais residissem nas imediações do quartel, vigente em regulamentos militares de épocas passadas. Sua construção estava vinculada à indisponibilidade de residências e carência de meios de transporte. De qualquer modo, estes imóveis tiveram um baixo impacto no Realengo, pois foram construídos em pequeno número e destinados prioritariamente à oficialidade, menor parcela dos contingentes. A própria fábrica de cartuchos, de modo diverso de outros estabelecimentos fabris do final do século XIX, não desenvolveu em larga escala algum tipo de solução habitacional para seus empregados. Apenas um pequeno conjunto de casas geminadas foi erguido na rua General Sezefredo, e poucas outras na rua Goulart de Andrade. Com a extinção da fábrica, as casas, já em estado precário, passaram a ser utilizadas como moradia por militares.

Figura 42 - Vista da Área III da Fábrica de Cartuchos.

Vistas da Área III da Fábrica de Cartuchos, na antiga rua Oliveira Braga, atual rua Carlos Wenceslau. Edificação abandonada, no interior da área. Fotografia de Anderson Viana, ano 2010.

Com o passar do tempo, as instalações militares foram totalmente cercadas pelas construções civis, das quais se destacavam tanto pelas suas dimensões, ocupando boa parte do espaço do bairro, quanto por suas atividades específicas, e ainda por abrigarem grandes espaços de área verde. Com a desativação da Fábrica do Realengo, seus muros foram

cobertos por pichações e pela poeira erguida pelo trânsito intenso de veículos; as calçadas ao redor da fábrica, sem conservação, passaram a ser utilizadas como estacionamentos, afundando sob o peso dos carros. Ao longo das quase três décadas em que permaneceram abandonadas, as instalações, além de ficarem expostas à ação dos elementos naturais, foram tomadas pelo mato e utilizadas pela população como depósito de lixo e entulho. Mal iluminadas à noite, sofreram o roubo de grades, portas, fiações, encanamentos, postes, telhas e madeiramento. Tudo isso contribuiu com a decadência do centro tradicional do bairro, com a ocupação aleatória do seu entorno e com a redução do nível de comércio. Com a desvalorização dos imóveis, as ruas mais tradicionais foram descaracterizadas, modificando-se também as fachadas dos prédios comerciais e das residências, com desprezo pela conservação dos elementos arquitetônicos originais.

A falta de intervenções nas áreas se deveu, em parte, à legislação urbanística em vigor[294], segundo a qual as áreas de administração e governo, compreendendo aquelas sob jurisdição militar, são classificadas como *Zona Especial 7* (ZE7), para as quais não constam parâmetros de uso e ocupação do solo. Na prática, isso significa que seu emprego, bem como do seu entorno, estaria condicionado aos interesses do Exército e do poder público na esfera federal. No caso de Realengo, o longo tempo de indefinição sobre a utilização das antigas áreas permitiu sua deterioração. Sua localização junto a uma região densamente ocupada, com condições favoráveis de infra-estrutura e proximidade à estação ferroviária, fez com que interesses diversos forçassem cada vez mais os seus limites, descaracterizando as edificações. Essa expansão se institucionalizou por meio de projetos dos próprios poderes públicos, um dos quais apresentado em 2008[295], tendo como objetivo "ajustar a legislação do bairro", possibilitando a ocupação das áreas por empreendimentos residenciais, comerciais e de serviços, sob alegação da necessidade de transformação de seus padrões urbanísticos, "a fim de atender aos interesses da população".

A ocupação urbana nas áreas ao redor dos quartéis, com o passar dos anos, foi travada ou redirecionada em outros sentidos, uma vez que os terrenos pertencentes ao Exército não podiam ser ocupados. A falta de planejamento adequado provocou então o surgimento de construções desordenadas em diversos pontos do bairro, como por exemplo, nos quarteirões entre a Escola Militar e a rua Marechal Joaquim Inácio, nos quarteirões ao

---

[294] Decreto nº 322, de 3 de março de 1976. *Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro*.

[295] Projeto de Lei nº 1.700/2008, de autoria do Poder Executivo Municipal. *Altera os limites da Zona Residencial 4 - ZR4 e da Zona Especial 7 - ZE7, estabelecidos no Regulamento de Zoneamento, aprovado pelo Decreto nº 322, de 3 de março de 1976, e dá outras providências*.

fundo da fábrica de cartuchos na rua Oliveira Braga, e na rua Engenheiro Miranda Ribeiro, após a área do picadeiro. Nesse aspecto, as áreas militares constituíram uma barreira ao avanço da urbanização, limitando sua expansão e influenciando a organização espacial do bairro.

Figura 43 - Vistas da Fábrica de Cartuchos.

Vistas do muro lateral da antiga Fábrica de Cartuchos, voltado para a rua Dr Lessa. Fotografia de Yukimi Takanaca, ano 2009.

Os reflexos da escolha original do Realengo para implantação das primeiras áreas militares extrapolam sua influência sobre o bairro e atingem a própria configuração geral do Rio de Janeiro. Ainda hoje, essas grandes áreas imprimem na cidade os seus últimos vazios demográficos, representados pelo Campo de Instrução do Gericinó, a Vila Militar de Deodoro e a Base Aérea dos Afonsos, em uma extensão somente comparável aos acidentes naturais dos maciços da Tijuca, ao Sul, do Gericinó, ao Norte, e da Pedra Branca, a Oeste, que organizam em larga escala a distribuição da ocupação urbana. E é preciso lembrar, ainda uma vez, a vinculação do local de implantação das áreas militares da Zona Oeste, particularmente da Escola de Aviação, com a localização da Escola Militar.

3.5. *Lugar de memória, lugar de história*

A última parte deste capítulo reserva uma abordagem das perspectivas e ações do Exército Brasileiro e de outros órgãos da sociedade para a preservação da memória e do patrimônio da antiga Escola Militar do Realengo.

Figura 44 - Edificação em ruínas na Fábrica de Cartuchos.

Edificação em ruínas na "Área I" da Fábrica de Cartuchos, em frente à praça do Canhão na rua Bernardo Vasconcelos. Fotografia de Anderson Viana, ano 2010.

Os conceitos envolvidos - patrimônio e memória - possuem destaque nos debates acadêmicos atuais. Esse tema foi discutido, em outubro de 2009, no VI Seminário Nacional do Centro de Memória da Universidade de Campinas, denominado *Memória e Patrimônio*, que reuniu trabalhos de pesquisadores de vários campos disciplinares. Nessa oportunidade, o grupo de trabalho denominado *Patrimônio e Cidade*, coordenado pelo professor Marcos Tognon, propunha:

> A cidade é um dos temas privilegiados para a discussão sobre a memória, sobretudo porque adensa não só estratos específicos da cultura material de distintos processos históricos sociais, enlaçando discussões sobre natureza e transformação do território, mas, também, pelas constantes ações e iniciativas que configuram e sustentam valores simbólicos e representativos da permanência humana. Assim, estudar o patrimônio cultural da cidade,

> material e imaterial, é estudar o modo pelo qual a própria história é determinada pelas reiterações humanas na interpretação crítica do seu passado, representado nos monumentos, espaços, áreas edificadas ou livres, ou ainda verdes, que passam a ser os principais objetos desse plural laboratório da História que é a cidade.

Sugerir a articulação dos conceitos de *memória* e *patrimônio* com a história da Escola Militar não significa somente apoiar a preservação das reminiscências de um pequeno grupo de pessoas, ou dos bens de uma instituição em particular. É, por extensão, uma proposta de preservação do patrimônio cultural da própria cidade do Rio de Janeiro, uma vez que as instalações da antiga escola materializam a história do bairro, retratando a formação e o desenvolvimento urbano da localidade e da cidade, e revelam relações culturais e sociais entre o Exército e a sociedade, em diversos tempos históricos.

Le Goff (1990) descreve dois tipos de materiais da memória coletiva e da história: os *documentos* e os *monumentos*, "que sobrevivem através de uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores" (Le Goff, 1990: 461). Vinculadas a opções, "que estabelecem marcos para o que vai ser lembrado ou esquecido" (Freitas & Moreira, 2005: 3), as memórias se materializam em acervos de origem e natureza diversas, atravessados em maior ou menor grau por influências, interesses e poderes das pessoas ou instituições que os criam e conservam, mas que de qualquer modo formam os *lugares* nos quais a memória é construída e permanece.

No caso da Escola Militar do Realengo, esses *lugares* estão constituídos na arquitetura dos prédios, avenidas, ruas e praças, estruturas materiais estabelecidas no bairro ao longo do tempo. E também em documentos, livros, artigos, diários, fotografias e outros registros que materializaram a memória das épocas passadas e armazenaram - voluntária ou involuntariamente - informações sobre o cotidiano da vida militar, seus códigos, regras, rotinas, datas, solenidades e cerimônias, narrando além disso o dia-a-dia da comunidade, seus usos, hábitos, costumes, conflitos, personagens, tradições, festividades e paisagens, preservando essas memórias.

Nesse quadro, a atuação do Exército se dá através da *Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército*, órgão subordinado ao *Departamento de Educação e*

Cultura do Exército, responsável pela preservação do patrimônio histórico da instituição[296]. Dentre as atribuições desse órgão estão a guarda e a conservação da documentação oficial da Escola Militar, que se encontra recolhida ao acervo do Arquivo Histórico do Exército[297]. Essa documentação é composta, entre impressos e manuscritos, por livros de registro de assentamento de alunos, cadetes e oficiais, alterações de boletins, alterações de militares, termos de matrículas, exames realizados na escola, folhas de pagamento, ofícios sobre matrículas, promoções, transferências e pareceres da seção de justiça. Já em relação à conservação das antigas instalações, as ações vieram mais tarde. Apenas em 2004 foi mencionada pela primeira vez a preocupação da instituição com "a guarda das instalações da extinta 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, e a [...] destinação do histórico aquartelamento"[298]. No mesmo ano, como que para resgatar a antiga identidade do prédio, foi mandado inserir na sua fachada a inscrição "ESCOLA MILITAR DO REALENGO". Quatro anos depois, foi lançado o projeto *História Oral da Escola Militar do Realengo*, que constaria da coleta e registro de depoimentos "conforme preconizado pela técnica da história oral" e cujos "aspectos mais relevantes" das entrevistas realizadas seriam consolidados num único documento, cuja publicação seria objeto de decisão posterior do Departamento de Ensino e Pesquisa[299]. Até a conclusão desta pesquisa, não havia informações sobre a execução ou outras divulgações sobre o projeto.

Por parte da Câmara Municipal do Rio de Janeiro também foram apresentados diversos projetos para proteção dos bens culturais do bairro, tratando da preservação e do uso das áreas da Fábrica de Cartuchos, do cine-teatro e do casario do entorno da Escola Militar. Porém, poucos desses projetos se traduziram em atos, conforme é possível julgar a partir do mau estado de conservação em que se encontra a maioria das áreas. Em termos de ações efetivas, registra-se o tombamento do coreto da Praça do Canhão, em 1982[300], e a

---

[296] Conforme informações disponíveis em <http://www.dphcex.ensino.eb.br/>. Acesso em 24 de novembro de 2008.

[297] Conforme informações disponíveis em <http://www.ahex.ensino.eb.br/>. Acesso em 24 de novembro de 2008.

[298] Portaria n° 126-EME, de 7 de dezembro de 2004. *Aprova a diretriz para a extinção da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e a transformação da 5ª Brigada de Infantaria Blindada em 5ª Brigada de Cavalaria Blindada*.

[299] Portaria nº 104-DEP, de 25 de setembro de 2008. *Cria o projeto cultural "História oral da Escola Militar do Realengo"*.

[300] Decreto Estadual nº 5.808, de 13 de julho de 1982. *Regulamenta a Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento e dá outras providências*.

recuperação do corpo central da Fábrica de Cartuchos, tombado em 1993[301] e já restaurado parcialmente para aproveitamento como unidade escolar do Colégio Pedro II.

Figura 45 - Fachada de uma antiga residência.

Fachada de antiga residência na rua Bernardo de Vasconcelos, próxima ao prédio da Escola Militar. Fotografia de Anderson Viana, ano 2010.

Em geral, os projetos de conservação e proteção do ambiente cultural propõem o *tombamento* de bens ou áreas edificadas. O tombamento é um ato administrativo por meio do qual o poder público declara formalmente o conteúdo histórico, cultural, artístico, turístico, ecológico, paisagístico ou científico de determinado bem, decorrendo daí o interesse em preservá-lo e protegê-lo. O ato se caracteriza como uma modalidade de intervenção do Estado em propriedade privada, com respaldo no seu poder de polícia, e a decisão sobre a conveniência e oportunidade do tombamento depende de análise do Poder Executivo Municipal, ficando as atividades do Poder Legislativo restritas à proposição de normas genéricas e criação de áreas de especial interesse[302]. Dados esses limites, os projetos apresentados pela Câmara Municipal frequentemente esbarraram em limites

[301] Lei Municipal nº 1.962/93, de 4 de maio de 1993. *Tomba o prédio da Fábrica de Cartuchos do Exército, e dá outras providências*.
[302] Lei Municipal nº 166, de 27 de maio de 1980. *Dispõe sobre o processo de tombamento e dá outras providências*.

orçamentários ou legais. Mais recentemente foi instituída uma proposta diversa, consolidada na criação da *Semana de Realengo*[303], que passou a integrar o calendário de eventos de interesse histórico e turístico da cidade.

Figura 46 - Residência na estrada São Pedro de Alcântara.

Antiga residência na estrada São Pedro de Alcântara, antiga via de ligação entre Realengo e a Vila Militar de Deodoro. Fotografia de Anderson Viana, ano de 2010.

Durante a semana comemorativa, que abrange o dia 20 do mês de novembro de cada ano[304], são desenvolvidas atividades com enfoque na história e na cultura da região, contando com o apoio do poder público, de comerciantes e das instituições de ensino

[303] Lei Municipal 3.483/02, de 20 de dezembro de 2002. *Institui a* Semana de Realengo *na forma que menciona*.

[304] Os seguintes projetos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro tratam da proteção aos bens culturais no bairro de Realengo:

- Projeto de Lei 1.998/2000. Autoriza convênio a ser estabelecido entre a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e a Secretaria do Patrimônio da União para finalidades de ensino na antiga fábrica de cartuchos, bairro do Realengo, e dá outras providências. (Sancionado pela Lei nº 3.299/2001, em 12 de novembro de 2001).
- Projeto de Lei 2.138/2000. *Institui o "Dia do Bairro de Realengo" e inclui o evento no calendário oficial do Município*.
- Projeto de Lei 689/2001, tomba por interesse cultural e paisagístico o Cine-teatro de Realengo, no bairro de Realengo, na AP 5.1, e dá outras providências.
- Projeto de Lei nº 826/2002. *Dispõe sobre a efetivação da desapropriação do Cine-teatro Realengo e autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Cultural de Realengo*.
- Projeto de Lei 1.535/2003. *Cria a área de proteção do ambiente cultural no bairro de Realengo, XXXIII R.A., e dá outras providências*.
- Projeto de Lei 1.236/2007. *Dispõe sobre a utilização específica da Área 3, das instalações da antiga Fábrica de Cartuchos do Exército, na AP 5.1, Realengo, e dá outras providências*.

locais. O evento se concentra na praça do centro do bairro, e consta de ações sociais, apresentações culturais, feiras de livros e artesanatos e outras atividades do gênero.

Figura 47 - Residência na estrada São Pedro de Alcântara.

Outra antiga residência na estrada São Pedro de Alcântara, que apesar da riqueza de elementos arquitetônicos, sofreu deterioração ao longo do tempo. Fotografia de Anderson Viana, ano 2010.

Também se pode falar em ações individuais para preservação da memória do bairro. Com a devida cautela em relação a imprecisões ou incorreções históricas, podem ser encontrados em jornais e revistas locais e, mais recentemente, em páginas da *internet*, pequenos artigos que sintetizam a história da Zona Oeste e das suas instituições militares. Entre eles, encontram-se reproduções de bons textos de autoria de André Luís Mansur, Carlos Alberto da Cruz Wenceslau, Hélton Álvares Veloso, José Nazareth de Souza Fróes e de Sinvaldo do Nascimento Souza.

Entre esses autores, é necessário destacar Carlos Alberto da Cruz Wenceslau, dado seu interesse de pesquisa específico sobre o Realengo, e por ter sido o primeiro autor a atribuir um maior valor à história do bairro. Nascido em 1927, em Portugal, Carlos Wenceslau veio para o Brasil aos seis anos de idade. Seu pai estabeleceu-se como comerciante de "secos e molhados" em um armazém no centro de Realengo, bastante frequentado pelos alunos da Escola Militar, que lá se reuniam para disputar a oportunidade de realizar chamadas telefônicas em um dos poucos aparelhos então disponíveis na região.

Wenceslau iniciou carreira como professor em 1946, lecionando em pequenas escolas e cursos no bairro. Sua aproximação de longa data com a Escola Militar e, posteriormente, com as outras instituições militares de Realengo consolidou seus contatos com o Exército e outros círculos de poder, e assim foi nomeado, em 1961, para a função de Assessor Consultivo do Estado da Guanabara junto às Forças Armadas. Em 1970, graduou-se em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Campo Grande e três anos depois ajudou a fundar o *Centro Educacional de Realengo*, órgão mantenedor da *Faculdade de Educação, Ciências e Letras Marechal Castelo Branco*, primeira denominação da *Universidade Castelo Branco*, na qual foi professor, Vice-Diretor e Vice-Reitor Acadêmico. Nas décadas de 1970 e 1980 participou ativamente da organização de comemorações do "Fogo Simbólico da Pátria" e de comissões locais para comemorações do centenário de falecimento do Duque de Caxias. Também proferia conferências nas escolas da região, exaltando a vida e a obra do Duque de Caxias e a atuação da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial. Wenceslau faleceu em 2003, aos 76 anos. Como homenagem póstuma, seu nome foi dado a uma rua no bairro e a um teatro na Universidade Castelo Branco. No final de 2009, foi inaugurado um busto seu na praça da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, por iniciativa do *Lions Clubs* local.

As alusões aos vínculos sociais e cargos desempenhados são úteis para dimensionar sua estatura social e qualificar suas redes de relações; mas o modo como se apresenta o resultado de suas pesquisas não faz justiça ao sentido geral da atuação de Wenceslau como agente de produção e divulgação da história da localidade. Seu único livro, intitulado *Realengo, meu bem querer*, foi publicado postumamente, relacionando datas e fatos já encontrados na *História das ruas do Rio*, de Brasil Gerson, ou em *Freguesias do Rio Antigo*, de Noronha Santos. Trabalhando com dados insuficientes, já nos seus últimos anos de vida, os textos de sua obra se situam no estabelecimento de datas de eventos que julgava relevantes, em sua maioria ligados às visitas de autoridades e à presença das Forças Armadas na localidade.

Em uma de suas últimas palestras, realizada no ano de 2001 no auditório do próprio edifício da Escola Militar, falava saudosamente do passado que já ia distante, e de seu engajamento na preservação do casario antigo, causa na qual não obteve sucesso, apesar de seus antigos contatos oficiais. Mas seus esforços para pesquisar e preservar a história do bairro inspiraram uma iniciativa mais atual, pertencente à professora Martha Nogueira, da Escola Municipal Coronel Corsino do Amarante. Martha criou o *Centro de*

Memória de Realengo, montado em uma das salas da escola - que traz o nome de "Sala Carlos Wenceslau" - que reúne e disponibiliza grande quantidade de materiais, tais como quadros, fotografias, livros e publicações em jornais e revistas, relacionados com a história, a identidade e a cultura locais. A originalidade de sua ideia foi a criação de um contraponto aos livros didáticos, que em sua percepção não contribuíam para criar uma relação de afetividade entre os alunos e o bairro. No projeto, as crianças recolhem, produzem e organizam materiais sobre a história e a cultura de Realengo, além de participarem de atividades de dança, desenho e poesia, aprendendo de forma ativa a história da região. Martha também incentiva os alunos para que solicitem a seus familiares que escrevam sobre as histórias e curiosidades que testemunharam como moradores do bairro, reunindo registros que ficam arquivados no Centro e disponíveis para consulta pelos interessados.

Centros de memória e arquivos também estão inseridos no conceito de *lugar de memória*. Para Nora (1993: 9), o espaço físico, carregado de sentidos, é o suporte para a formação da memória coletiva, que "se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto" e assim constitui pontos de referência que são simultaneamente (Nora, 1993: 21) *materiais*, onde a memória social se ancora e pode ser apreendida; *funcionais*, porque possuem a função de alicerçar as lembranças coletivas e permitir sua transmissão; e *simbólicos*, pois caracterizam acontecimentos ou experiências vividos por um pequeno número de pessoas, mas que fazem parte da memória de muitos. Segundo Neves (2004), os lugares de memória são construções históricas, e por isso revelam processos sociais, conflitos, paixões e interesses. Para essa autora, a observação da coletividade a que esses lugares se referem leva à formulação de questões que podem ser colocadas nos seguintes termos: “são lugares de que *memória* ou de que *memórias*? São lugares de memória *de quem* e para a construção de *que identidades* e de *que projetos*?” (Neves, 2004).

Pesavento (1995) entende o ambiente urbano como um acúmulo de bens culturais. Para ela, a cultura é constituída por uma rede de significados sociais e a cidade é o espaço apropriado para a construção desses significados, uma vez que nela se reúnem imagens reais (cenários e paisagens) e metafóricas (suas interpretações nos discursos). Como uma "memória material" do passado, os espaços construídos permitem a interpretação dos projetos que, desde o século XIX, determinam os usos das áreas do Realengo, atribuindo-lhes diferentes significados e funções. E a compreensão desses usos permite identificar os objetivos, as finalidades, as ações e o papel das instituições militares na ocupação e

modulação do bairro. Tratando-se do passado, logicamente são reconhecidas limitações para tais possibilidades de interpretação:

> Naturalmente, a forma de uma cidade, seus prédios, ruas, praças e monumentos contam a história do seu passado; mas, por mais que este patrimônio tenha sido preservado, os espaços e sociabilidades se alteraram inexoravelmente, seja enquanto forma, função ou significado. No caso das cidades modernas, metrópoles de fato ou por atribuição de seus habitantes, que a vêem e sentem como tal, a complexidade da vida e as sucessivas intervenções urbanísticas são agentes de descaracterização e mesmo de degradação da cidade. Ocorre muitas vezes o que se poderia chamar uma "pasteurização" ou uniformidade do urbano no pior dos sentidos: a destruição da memória, a substituição do "velho" pelo novo, a uniformização das construções e a generalização do caráter de impessoalidade ao contexto urbano (Pasavento, 1995: 11).

Muitos foram e ainda são os motivos que levaram ao arrasamento da arquitetura original das edificações militares e à descaracterização do casario do entorno, marcas do Realengo que o tipificavam entre os outros bairros da cidade. O principal deles seria a pressão do mercado imobiliário, refletida na demolição dos imóveis originais para possibilitar o fracionamento dos terrenos e a multiplicação do número de unidades residenciais, organizadas pelo modelo de condomínios de casas ou edifícios. Também se conta a execução de reformas nos imóveis, cujos proprietários buscam a imagem e a funcionalidade das construções modernas, que demandam o uso de materiais que possibilitem a conformação das residências às novas necessidades e desejos da vida urbana. Substitui-se por metal a madeira trabalhada das antigas portas e janelas, e por alumínio, amianto ou fibrocimento as telhas cerâmicas de estilo francês ou colonial. Jardins cedem lugar a garagens; constroem-se aberturas para condicionadores de ar; instalam-se postes e fiação para linhas telefônicas, canais de televisão por assinatura e acesso à *internet*. Na busca por segurança, instalam-se grades nas janelas e eleva-se a altura dos muros; por razões econômicas, são construídos cômodos extras ou andares superiores para aumento da área útil da moradia. E todas essas ações, mesmo quando não

exigem a demolição completa dos imóveis, são norteadas por padrões que desprezam as antigas linhas arquitetônicas.

A convivência com um tráfego cada vez mais pesado trouxe o incômodo do ruído, da poeira e do risco de acidentes; o abandono de extensas áreas ocasionou acúmulo de entulho, sujeira e mato, além da escuridão nos períodos noturnos e a diminuição do trânsito de pessoas; assim, as antigas residências foram abandonadas, e o comércio do entorno da Escola Militar e da Fábrica do Realengo fechou suas portas.

Restaram em volta da escola as fachadas dos velhos prédios, recobertas de tapumes e cartazes; os antigos estabelecimentos comerciais, que também se constituíam em espaços de sociabilidade, foram fechados ou cederam lugar a novos usos - *lan houses*, agências bancárias, cursos de informática, estacionamentos. Pesavento (1995) afirma que, assim como os espaços, as sociabilidades também se alteram, e apresenta o conceito de *representação*, entendido como a possibilidade de pensar os fenômenos sociais evocando imagens às quais são atribuídos sentidos e que “presentificam o ausente”. Mas é difícil vislumbrar, na atual praça do Canhão, a banda da Escola Militar executando ritmos da tradicional "retreta" do coreto, descrita saudosamente nas memórias do professor Carlos Wenceslau, concorrendo com o ruído do trânsito pesado de veículos nas vias próximas; ou nas antigas ruas arborizadas o roteiro dos cadetes fardados, seguindo ao final do dia para a praça da paróquia, para os restaurantes da avenida Santa Cruz ou para o antigo cinema, hoje transformado, como tantos outros da cidade, em espaço religioso; e no final da noite, já não é possível imaginar "o violão, a flauta e a voz harmoniosa do trovador, ouvidos muito de longe, lá do fim de uma daquelas estradas vindas da Serra do Barata" (Lobato Filho, 1992).

As representações se referem à variabilidade das percepções através do tempo e sua ligação a diferentes interesses, e se conjugam para formar os sistemas que constituem o imaginário social, possibilitando a captação dos sentidos do passado e a construção de uma história que se apresenta como “uma possibilidade entre outras”. Nesses termos - uma história entre outras - encaixam-se as memórias registradas nas obras escritas por ex-alunos, entre as quais se encontram livros e artigos com caráter autobiográfico: *Cadete do Realengo* (Aragão, 1959), *Cadetes em desfile* (Pedroso, 1969), *Recordações de uma velha escola* (Bley, 1974), *Memórias do Realengo* (Lins, 1981) e *A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha* (Lobato Filho, 1992).

As memórias dos ex-alunos são importantes para a compreensão da história da Escola Militar, pois registram fatos que de outro modo não seriam lembrados. Mas devemos seguir a advertência de Freitas & Moreira (2005) e levar em consideração que o processo de registro dos fatos passados implica escolhas por parte da pessoa que os escreve. E, de certo modo, as pessoas escolhem aquilo que querem que seja lembrado ou esquecido. Mas, em todo caso, são registros que se constituem em importantes referências para compreensão dos modos de sentir e de pensar dos militares e da população do Realengo, e que também constroem as ligações entre as memórias e o espaço material.

Os trechos destacados em seguida descrevem um ponto em comum nas visões dos militares: a precariedade das condições materiais do Realengo e da Escola Militar. Ao efetuar esses registros, os autores deixavam para a posteridade seus pontos de vista; mas é importante ressaltar que, ao destacá-los, *também* realizamos uma opção, ligada à finalidade *deste* trabalho.

Lobato Filho (1992) escreveu em suas memórias que os professores, oficiais e funcionários só permaneciam no Realengo - uma espécie de "lugar indesejável" - durante suas horas de trabalho, retornando ao final do dia para suas residências no Centro da cidade. Antônio Carlos da Silva Muricy, aluno da Escola Militar no início da década de 1920[305], confirmava essa impressão:

> Nós chegamos na Escola Militar e havia um ambiente de imensidão vazia. A escola de Realengo era uma escola fria. Escola tipo quartel. Uma escola em que o conforto era considerado depois dos aspectos de aula, do funcionamento da vida militar. A Escola Militar tinha passado por uma transição. Ela tinha uma tradição antiga de desorganização.

João Punaro Bley, aluno entre 1918 e 1920, também observou:

> Situada no Realengo, então longínquo e esquecido subúrbio da Central do Brasil, nossa velha escola, reduzida a um único pátio, provida de precárias instalações de suporte, sem dotações extraordinárias para um

[305] Depoimento de Antônio Carlos da Silva Muricy ao CPDOC/FGV, 1981.

> planejamento adequado capaz de atender necessidades e exigências de tão numeroso contingente, não tinha, evidentemente, condições mínimas de cumprir as altas finalidades de uma escola de formação de oficiais. (Bley, 1920: 3).

Essas visões são compartilhadas por Jehovah Motta, aluno da turma que se formou em 1927. Em *Formação do oficial do Exército Brasileiro: currículos e regimes na Academia Militar / 1810-1944* (1976), obra que permanece como uma das principais referências em grande parte dos estudos sobre a Escola Militar, Motta analisou as modificações no funcionamento e nos currículos escolares da instituição, desde a criação da Real Academia até a implantação da Academia Militar em Resende. Mas também se refere às suas sedes, aos lugares em que funcionaram. E no capítulo denominado *A era do Realengo*, afirma logo de início:

> O Realengo não conheceu o fausto nem a grandiosidade. Suas instalações, embora ampliadas no decorrer do período, mantiveram-se adstritas a um quadro de sobriedade por vezes vizinho da pobreza. Tudo nele era modesto: salas, alojamentos, refeitórios, meios auxiliares de ensino. Modestos eram seus cadetes, oriundos em sua quase totalidade de famílias pobres, e muito ligados ao povo pela origem e pelo estilo de vida. (Motta, 1976: 213).

Não são surpreendentes essas queixas. O estado de desorganização e as deficiências relatadas pelos ex-alunos constituíam marcas, heranças das antigas instituições do Realengo, e não se referiam apenas ao aspecto da administração e do ensino, mas, sobretudo, à precariedade material dos alojamentos, dos refeitórios, das salas de aula, e até mesmo as condições de urbanização e saneamento nos arredores da escola. Como visto nos capítulos anteriores, eram frequentes as descrições desses problemas nos relatórios do Ministério da Guerra, desde a época da Escola de Tiro, ainda no século XIX. Os projetos para a rápida ocupação da localidade não parecem ter levado em conta as necessidades de implantação de uma infraestrutura adequada para a chegada dos militares, funcionários da fábrica e seus familiares, somada ao acelerado crescimento da população local.

Apesar dessas dificuldades, o desenvolvimento do bairro, na primeira metade do século XX, seguiu vinculado à presença da escola e da fábrica. O comércio concentrou-se na região central, principalmente no entorno da praça da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, e diversas atividades econômicas estavam relacionadas com as necessidades dos alunos militares, tais como restaurantes, pensões, alfaiatarias, lavanderias e locações de domicílios.

Ainda mais significativo é o modo como o ambiente é descrito pelo coronel José Pessoa, comandante da Escola Militar no início da década de 1930. Com o intuito de transferir a sede da escola para o município de Resende, Pessoa, em um de seus relatórios, informou aos seus superiores militares:

> Ali tudo é impróprio à formação do corpo de oficiais. O clima é exaustivo; os campos empantanados facultam a proliferação dos mosquitos e, pois, os surtos de impaludismo; a paisagem, por toda parte, é cansativa e monótona; as condições da localidade, qualquer que seja o ponto de vista por que sejam encaradas, estão abaixo das exigências necessárias. E pela localização dentro da capital federal, ainda está sujeita a ser presa de agitações políticas que, periodicamente, inflamam a capital do país, como freqüentemente tem acontecido. (JP/ag 36.04.12, doc. 14. Citado em Castro, 1994: 237).

Observa-se a grande ênfase do discurso sobre o abandono da região, traduzido no aspecto da insalubridade dos terrenos, apresentado como um dos males da localidade - já relativamente urbanizada na época. Ao mesmo tempo, são tecidas críticas ao ambiente social, uma vez que José Pessoa era franco partidário da remoção da escola do Realengo. Assim, seu relato tem outra motivação que não a puramente descritiva, agindo como instrumento na difusão e defesa de argumentos e noções legitimadoras de seus interesses. O relato analisado, apesar de se pretender tratar de um relatório *técnico*, longe de ser imparcial, dá uma conotação dos pontos de vista particulares de seu autor.

Ainda que a visão dos militares apresente representações sobre a precariedade do bairro e das instalações da escola, um outro ponto de vista revela a consolidação da urbanização local nos aspectos social, econômico e cultural. É a visão presente no trabalho

da professora Ermelinda Azevedo Paz, que, na obra *As pastorinhas de Realengo* (1987), resgata o desenvolvimento e a preservação de determinadas tradições do bairro, particularmente a encenação de autos pastoris. Ermelinda é generosa na descrição do ambiente urbano, o que estabelece um contraponto com os registros apresentados pelos militares.

> Não havia um esquema de diversões implantado e estas giravam em torno das quermesses da igreja, do grupo de Escoteiros e Bandeirantes, dos passeios à noitinha andando em grupos ao redor da pracinha local, dos parques de diversões temporários, do cinema que tinha sessões às terças, quintas e domingos, com programa duplo, filmes já bem antigos e quase sempre repetidos, das festinhas e reuniões pela vizinhança, dos bailes, jogos e teatrinhos que as pessoas realizavam nos pequenos clubes locais com o fim de se distraírem. Até então, os jogos infantis, danças, brinquedos de roda, adivinhações e toda sorte de manifestações folclóricas fluíram abundantemente de geração em geração e era ali naquele meio que todos cresciam. No mês de junho eram comuns as festas juninas, com barraquinhas com comidas típicas, jogos diversos, fogueira para saltar e assar cana e batata, muitas simpatias típicas da época, feitas para descobrir com quem se casaria e para ajudar principalmente as mocinhas a encontrarem seus maridos, quadrilhas e outras danças juninas, realizadas nas escolas, igrejas e na vizinhança. (…) O contato humano era muito valorizado e era um hábito as pessoas à noite colocarem as cadeiras nas calçadas para tomar fresquinho, bater papo e ver a criançada brincar. E todo mundo se conhecia! E foi neste espírito isento de influências estrangeiras, mais lírico, poético, que se deu a conservação dessas tradições. (Paz, 1987: 11).

Percebe-se nesse testemunho o papel da vida social dentro da cultura das famílias do Realengo, contrastando abertamente com as descrições efetuadas pelos militares. Há, porém, um detalhe importante: os relatos que sublinham a "decadência" ou "abandono" da Escola Militar, apesar de se referirem às décadas de 1920 ou 1930, foram elaborados

muitos anos depois que seus autores já haviam deixado a escola, e a imagem que possuíam do Realengo já era passível de comparação em suas memórias com as modernas construções da Academia Militar em Resende. O esforço que tais relatos demonstram em impor uma determinada representação também pode ser visto como a tentativa de consagrar uma determinada *memória* sobre o passado do lugar. E como bem afirma Pierre Nora, a *memória* é uma construção sobre o passado com os olhos no presente. Nesse sentido, é como se os autores daqueles relatos *tenham* desejado atribuir ao Realengo as raízes do quadro de abandono atravessado pela Escola Militar, pois as imagens que evocam também davam o tom sobre as representações da localização da escola: as mais antigas, como as de Lobato Filho, ligadas ao desejo de *não ir* para o Realengo; as mais recentes, como a de José Pessoa, ao desejo de *sair* de lá.

Apesar de tudo isso, foi farta a concessão de homenagens sob forma de "batismo" dos logradouros da região com os nomes e títulos de autoridades ligadas à presença militar. Essa apropriação de marcos, uma construção de lugares de memória, afirmou a presença da escola, que atrelou os nomes de seus próprios personagens às ruas, praças e avenidas da localidade. Assim, são abundantes os exemplos de logradouros com nomes de militares ligados à Escola Militar: marechal Abreu Lima, marechal Agrícola, marechal Joaquim Inácio, general Sezefredo, general Raposo, capitão Teixeira, marechal Soares Andrea, marechal Xavier da Câmara, marechal Simeão, marechal Modestino, e diversos outros. Bairros inteiros também sofreram influências nesse sentido: a antiga Fazenda dos Afonsos tornou-se o bairro Marechal Mallet; as terras da Fazenda Sapopemba foram transformadas nos bairros de Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Hermes da Fonseca; a Fazenda das Mangueiras foi rebatizada como Coronel Magalhães Bastos. O fato de grande parte das ruas estarem localizadas no novo bairro proletário construído no final da década de 1930, quando já ia adiantado o processo de transferência da Escola Militar para Resende, faz com que se pense nessas apropriações como uma tentativa de perpetuação da memória desses agentes históricos, mas também demonstra a preocupação dos militares em promover os lugares de memória em virtude da construção de uma identidade para a região, em desprezo à memória e aos interesses das pessoas que efetivamente viveriam ali.

Por fim, um breve conjunto de conclusões acerca dos assuntos desse capítulo. Observamos que, com o passar do tempo, o transcurso das reformas no Exército na primeira metade do século XX e a consolidação urbana do Realengo, foram criadas representações que destacavam a incompatibilidade da formação do oficial do Exército

com a localização da Escola Militar no Realengo, o "triste subúrbio", tanto em relação à ordem física, das condições materiais da sede da escola, quanto da ordem social e cultural. A transferência para Resende, concretização dos ideais de modernização do Exército, reflete tal pensamento: de que o planejamento e a ordem militar, considerados expressões da cultura das camadas mais altamente civilizadas da sociedade, não admitiria o convívio com a comunidade do Realengo, em vias de se tornar um pequeno bairro operário e periférico.

O prenúncio da fase de declínio do centro histórico do bairro é exemplarmente simbolizado pelas crescentes dificuldades econômicas enfrentadas pelo comércio, as quais levaram ao fechamento das portas daquelas atividades mais ligadas à presença militar. Essa fase se acelerou nas últimas décadas do século passado: a bela residência de arquitetura eclética que era utilizada pelo comandante da escola foi abandonada, sendo por muitos anos empregada como estacionamento e depósito de madeira, implicando sua devolução ao patrimônio da União e sua demolição, em 2006, para permitir a ampliação de um supermercado. O mesmo ocorreu, mais tarde, com o picadeiro derrubado em 2008. Cabe ainda acrescentar a decadência dos conjuntos de casas do entorno da escola, construídas nas primeiras décadas do século XX e habitadas pelos militares e funcionários da alta hierarquia da Escola Militar.

Quando Carlos Wenceslau resolveu - de modo pioneiro e solitário - apontar a importância da recuperação da memória dos prédios ligados ao desenvolvimento de Realengo, o casario do bairro nada mais representava em termos de distinção social. Tantos anos após o encerramento das atividades da Escola Militar, as antigas fachadas nada tinham por trás senão ruínas destelhadas e tomadas pelo mato, vestígios tristes de um passado bem-sucedido que já ia longe.

O quase desaparecimento das edificações da Escola Militar e da Fábrica de Cartuchos pode ser considerado um exemplo do amplo processo de demolição que marcaria o Realengo nas últimas décadas do século XX. Mesmo os imóveis localizados nas áreas mais valorizadas do bairro foram vítimas de destruição radical, que arrasou praticamente a totalidade das antigas residências e chácaras. Infelizmente outras edificações continuam sendo destruídas, por serem consideradas estética e arquitetonicamente ultrapassadas; e assim os vestígios materiais das memórias são varridos da paisagem e mantidos apenas em livros, fotografias e arquivos. Paradoxalmente, a destruição é testemunha dos ideais de evolução e modernização do Exército, perseguidos

ao longo do século XX. A Escola Militar chegou ao Realengo em um movimento de segregação, que a empurrou para uma área periférica à malha urbana; a cidade, ao longo do tempo, a rodeou novamente, reincorporando-a. Enquanto a escola constituía seus espaços no Realengo, os sertões à sua volta se transformavam em zona rural, e essa, enfim, em Zona Oeste, cada um desses momentos representando um ponto de vista da cultura e um projeto político sobre o espaço. Ao mesmo tempo, no Exército, vencia o projeto idealizado de atribuir maior distinção social ao aluno - agora "cadete" - concretizado afinal com a construção da monumental Academia Militar das Agulhas Negras.

O abandono das áreas e edificações após a extinção da Escola Militar e da Fábrica de Cartuchos, e sua deterioração e ocupação sem maiores critérios, são aspectos que forçam o reconhecimento da necessidade de transformações nesse ambiente urbano. Mas esse mesmo abandono é reflexo tanto da escassez ou da precariedade de iniciativas no sentido de registrar ou preservar as memórias relacionadas à sua história, quanto do desprezo pelas expressões arquitetônicas dos velhos prédios, que permaneceram desconhecidos ou foram esquecidos, fragilizando a percepção do relevo da história das áreas militares do Realengo, e do modo como essas áreas descreviam o papel da antiga Escola Militar na criação e no desenvolvimento do bairro.

CONCLUSÃO

A dissertação abordou o processo de formação urbana da região que corresponde, atualmente, ao bairro de Realengo, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, destacando a influência das instituições militares, particularmente a Escola Militar, no desenvolvimento da estrutura urbana da localidade. Como conclusão desta apresentação, serão tecidas algumas inferências obtidas a partir dos dados expostos.

Ressalta-se, ainda uma vez, que as informações reunidas constituem uma contribuição para o conhecimento relativo às transformações atravessadas por parte do território do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX, bem como de aspectos da evolução do Exército Brasileiro. Cabe também destacar a importância do trabalho como registro do processo de desmobilização das funções militares das áreas que constituíram o objeto de pesquisa, uma vez que, em breve, essas áreas estarão consideravelmente descaracterizadas.

Sintetizando o trajeto da pesquisa, destacam-se no texto três momentos específicos:

1) Os eventos situados no período compreendido entre o início do século XIX, quando as chamadas *terras realengas* foram doadas à Câmara da cidade do Rio de Janeiro por D. João VI, e o início do século XX, quando a Escola Militar foi transferida para a localidade.

Após o ano de 1850, delineia-se, juntamente com a instalação das primeiras organizações militares, a formação urbana do bairro, e ao menos um fator - os investimentos que o poder público realizou na infraestrutura da região a partir desse período - aponta para a existência de conexões entre esses processos. O funcionamento da primeira instituição militar da região, a Escola Geral de Tiro do Campo Grande, marca também o início da constituição do patrimônio do Exército Brasileiro na localidade, atraído pelo potencial dos campos do Realengo como área para realização de manobras e exercícios militares, em preferência à região central da cidade, onde ainda se localizava a maioria dos seus quartéis.

Observou-se que as organizações implantadas em Realengo, mesmo antes da transferência da Escola Militar para a região, já se constituíam em estabelecimentos de ensino militar. A ligação entre a ocupação das terras da região e o desenvolvimento do

ensino militar é um fato relevante na medida em que aponta para a evidência de que a estrutura material já existente na localidade se mostrou minimamente adequada para a escolha de Realengo como um dos locais designados para a reabertura da Escola Militar, por ocasião de sua saída da Fortaleza da Praia Vermelha, no início do século XX.

2) O período entre 1904 e 1944, no qual se consolida a organização e estruturação urbana do bairro. Na transformação do Realengo de uma localidade rural para urbana, destaca-se tanto a influência da Escola Militar, quanto da Fábrica do Realengo, estabelecimento sob administração militar que, apesar dessa natureza, também refletiu a atividade e o desenvolvimento da indústria nacional no período.

Está compreendida nessa mesma época a constituição do patrimônio da Escola Militar no Realengo e a consolidação da urbanização do bairro. Essa também foi a fase de maior desenvolvimento da Fábrica de Cartuchos, além de corresponder à criação de duas grandes áreas militares nas adjacências de Realengo: a *Vila Militar de Deodoro* e o *Campo dos Afonsos*. Com essas construções, grandes transformações foram introduzidas na região e nas áreas próximas, com expressivos reflexos na configuração urbana da localidade.

3) A etapa do processo de deterioração e perdas do patrimônio material do Realengo, que tem como marco inicial o ano de 1944, quando a Escola Militar foi transferida para o município de Resende, no sul do estado do Rio de Janeiro; atravessa a década de 1970, quando foi extinta a Fábrica do Realengo; e alcança os dias atuais, no qual as demolições e reformas vêm promovendo o desaparecimento das antigas instalações militares. Em relação a esse período, a dissertação enfocou as transformações ocorridas após a extinção da escola, os usos posteriores de suas instalações, a situação atual das antigas áreas e os reflexos de seu abandono para o bairro e suas adjacências, destacando também as perspectivas dos comandos militares e de órgãos da sociedade na preservação dos vestígios materiais da memória da antiga escola.

Tornou-se evidente a influência das organizações militares na conformação e na organização do espaço urbano do bairro, com reflexos, embora menos destacados nesse trabalho, em aspectos de sua vida social. Mas, atualmente, essa influência parece ter deixado apenas uma herança de acentuados transtornos, ainda como reflexo da distribuição desigual do espaço do bairro entre as organizações militares e os demais agentes sociais. Ainda que em épocas passadas as áreas militares do Realengo tenham exercido um papel expressivo no processo de desenvolvimento urbano, ao longo do tempo se mostraram

incapazes de se integrar de modo harmônico com a malha urbana e desenvolver para suas áreas usos compatíveis com a grande ocupação populacional do seu entorno, o que talvez pudesse ter contribuído para a sua permanência na região.

Além disso, parece que ao longo do tempo esteve ausente a preocupação com um tipo ideal a ser atingido em termos de ordenamento territorial, usos, padrões arquitetônicos ou estéticos. Os objetivos das construções, na maior parte das vezes, parecem ditados por motivações casuísticas, com o surgimento de edificações necessárias para o atendimento de necessidades imediatas: depósitos, linhas de tiro, parques de material. Não parece ter havido, até certo ponto, um modelo, um padrão, uma ordenação diretora - ao menos até o surgimento do conceito da Vila Militar - e quando o há, os recursos parecem ausentes para sua execução. A ideia que as construções militares do Realengo inspiram - diversamente da Vila Militar de Deodoro e do Campo dos Afonsos - é da falta de planejamento ou regulação. É difícil reconhecer algum projeto de ordenamento, o que talvez tenha explicação em limitações ditadas por circunstâncias históricas, como se as necessidades do período houvessem deflagrado um ordenamento urbano e territorial peculiar, delimitando áreas e as regulando com reflexos de conceitos e estratégias da incipiente administração militar que surgia no início do século XX.

A criação da Escola Geral de Tiro do Campo Grande, cuja instalação no Realengo marcou o início do trânsito das sedes das organizações militares para a Zona Oeste do Rio de Janeiro, marca também o início do processo de urbanização do bairro. Mas embora não se possa afirmar que as organizações militares respondam pela totalidade desse processo, a extensão das terras ocupadas determinou a conformação de grande parte do Realengo, transbordando aquela região e estruturando a configuração urbana das áreas vizinhas.

No período compreendido entre a chegada da Escola Militar no Realengo e a década de 1930, pode-se dizer que a evolução da estrutura urbana do bairro apresentou poucas diferenças em relação ao mesmo processo nas regiões próximas; apenas sua peculiaridade foi o impulso comandado pela gestão do Estado, representado nas instalações militares. Já na fase seguinte, acentuadamente a partir da década de 1940, o mesmo Estado procurou ordenar a ocupação urbana em grande escala na região, com a construção dos conjuntos populares, mas a consequencia obtida foi o crescimento explosivo da área. A insuficiência das ações de regulação se encarregou então de completar, desordenadamente, o desenho da estrutura urbana. Assim, ao longo da segunda metade do século XX, e especialmente após a extinção da Escola Militar, foi nítido o abandono da área central do

bairro e o adensamento em seu entorno de moradias insalubres. Tal modelo se acentuou até meados do século XX, alinhando-se, daí pra frente, com o crescimento das favelas em outros bairros do Rio de Janeiro.

É difícil propor uma estratégia de preservação das antigas áreas e edificações e sua caracterização como um patrimônio histórico, dada sua dimensão e incompatibilidade com a necessidade de crescimento do bairro. Talvez seja este o motivo pelo qual questão do registro de sua memória material se impõe, ainda que um inventário histórico não ultrapasse as perdas já ocorridas. No momento, essa é uma discussão ainda em curso, visto que os projetos de preservação e tombamento convivem com a venda e demolição das propriedades. Mas, ao que tudo indica, parece que vem sendo superada por questões mais prementes, como a necessidade de redefinição dos antigos espaços em função de exigências práticas, por exemplo, o atendimento à demanda por moradia ou serviços públicos. Como alternativa a conciliar transformação e preservação, a melhor proposta identificada foi a restauração das áreas da fábrica como espaço para implantação de estabelecimentos de ensino. Mesmo porque caberia questionar se faria sentido preservar tais áreas e imóveis apenas em nome da exibição de sua imagem ou arquitetura. Afinal, embora a preservação se realize em nome do conhecimento do passado, deve também ser pensada como um trabalho que é realizado para atender condições exigidas pelas pessoas que vivem no tempo presente.

Claramente, ainda há questões abertas, tais como uma análise mais detalhada das relações sociais entre os militares e a comunidade, ou o real dimensionamento da atividade econômica da Fábrica de Cartuchos. Mas é possível afirmar que o objetivo do trabalho foi atingido, sendo confirmado o pressuposto de que a Escola Militar do Realengo influenciou o desenvolvimento da estrutura urbana do bairro.

Uma última proposta se faz necessária: que nas análises da história da Escola Militar seja conferida maior importância ao fato de que sua transferência para o Realengo também se deu pela necessidade de ocupação de áreas compatíveis com desenvolvimento do ensino militar. Ainda que os acontecimentos que envolveram a participação dos seus alunos no episódio da Revolta da Vacina estejam consagrados na literatura como causa do fechamento da escola e sua posterior reabertura no Realengo, foram encontradas nesta pesquisa evidências da existência de outras condicionantes na decisão de transferência da escola, entre as quais se destacam as condições geográficas da região do Realengo, que, por sua situação de relativa proximidade do Centro da cidade e baixa taxa de ocupação

urbana à época, mostrava-se propícia para a implantação do modelo de instrução desejado pelos militares. Além disso, as discussões sobre a construção de um ensino profissional possuíam antecedentes bem anteriores aos episódios de 1904, no que se refere aos questionamentos e projetos sobre a formação militar.

O movimento de criação de uma identidade coletiva no interior do corpo de oficiais, que se destaca na década de 1930, foi, portanto, resultado de um longo processo, que não prescindiu da constituição de espaços físicos, e do qual o Realengo e suas adjacências foram exemplos expressivos. As aquisições de áreas, a urbanização e as construções realizadas durante o período de funcionamento da Escola Militar são testemunhos dos investimentos e projetos na constituição dos espaços militares, destinados a possibilitar atividades práticas, mas também a conferir um caráter simbólico particular a determinado grupo. Nesse aspecto, a Escola Militar do Realengo chegou a se constituir num dos espaços mais expressivos para as forças militares brasileiras; para o bairro, a escola também constituiu uma expressão material da presença do poder público, presença que se tornou ausência a partir de 1944, quando a transferência para Resende deu início a um período de esvaziamento e decadência da área, também nesses dois sentidos - material e simbólico.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes primárias

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brazileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1877.

_____ *Coleção das Leis da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica/Coleção das Leis da República Federativa do Brasil>. Acesso em 20 de março de 2008.

_____ *Relatórios do Ministério da Guerra*. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial>.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Manual de Campanha C 20-1: glossário de termos e expressões para uso no Exército*. 3ª Edição, 2003.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Diretoria de Informações Geográficas, 2000.

LAEMERT. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial Laemmert*. Laemmert & Cia: Rio de Janeiro, [1884-1889].

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, 1915.

2. Livros e artigos

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar Editora, 1987.

ALVES, Claudia. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.* Barcelona: Universidade de Barcelona, 1 de agosto de 2006, v. X, n. 218. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-60.htm>. Acesso em 21 de maio de 2008.

ARAGÃO, Campos de. *Cadete do Realengo*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1959.

BARATA, Carlos de Almeida. *Arquitetura, Urbanismo, Saneamento*. Disponível em <http://www.ids.org.br/files/Cronologia_I.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2009.

_____ *Acontecimentos*. Disponível em <http://www.ids.org.br/files/Cronologia_II.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2009.

_____ *Igrejas & paróquias*. Disponível em <http://www.ids.org.br/files/Cronologia_III.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2009.

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1974.

BLEY, João Punaro. Recordações de uma velha escola (1918-1920). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro. n. 666. p. 3-7. 1974.

BONDUKI, Nabil Georges. Habitação social na vanguarda do movimento moderno no Brasil. *Óculum*, Campinas, n. 7/8, p. 85, 1996.

CÂMARA, Hiram de Freitas. *Marechal José Pessoa: a força de um ideal*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. *A Construção da Democracia*. Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, 2004.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____ Inventando tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 231-240, jul./dez. 1994.

_____ *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____ *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

COSTA, Fernando Hippólyto da. Síntese cronológica da aeronáutica brasileira (1685-1941). *Colecão Aeronáutica*. vol. 8. INCAER, 2003.

CURVO, Luiz Marcio Ambrosio. *Jovens,Tenentes e Rebeldes*: A Liderança da Coluna Miguel Costa / Prestes. 2005. 142 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935).* Rio de Janeiro, Graal, 1986.

ESCOLA DE EQUITAÇÃO DO EXÉRCITO. *Equitação*: Publicação oficial da Escola de Equitação do Exército. Ano I, n. 1. abr./mai./jun. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1995.

FERNANDES, Augusto. *O pioneiro esquecido*: biografia de Augusto Severo. Natal: CONEDI, 1981.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica. *Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, v. X, n. 218. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-27.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2008.

FERREIRA, Suzana Cristina de Souza. *Adhemar Gonzaga e a Cinédia*: imagens de um país que dança. 2006. 193 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. 4ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. 616 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRANCO, André Luís dos Santos. A consolidação do profissionalismo na Escola Militar do Realengo. *Revista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 141, p. 13-31, 2004.

FREITAS, Adriana Oliveira de; MOREIRA, Vânia Maria Losada. A imagem no espelho: memórias de operários. *Ágora*. Vitória, n.1, p. 1-20, 2005.

FRIDMAN, Fania. As propriedades públicas no Rio de Janeiro. *America Latina en la Historía Económica*. Mexico, v. 7, p. 49-71, jan./jun. 1998.

_____ *Donos do Rio em nome do rei - uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____ Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII. *Mneme - Revista de Humanidades*. Caicó, v. 9. n. 24, Set./Out. 2008.

FRÓES, José Nazareth de Souza. *Terras Realengas.* Rio de Janeiro: Ciezo, 2004.

_____ *Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande. História de uma Freguesia do Arcebispado do Rio de Janeiro revista e documentada*. Rio de Janeiro: Copiarte, 2006.

GRUNENNVALDT, José Tarcísio. *Regulamentos do ensino militar do Brasil que procuram responder as exigências de mudanças rápidas: a década de 1910 e a nova doutrina de execução*. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, v. 1. p. 1-13, 2006.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Souza, 1954.

HEBER, Ricardo. Estado, democracia e repressão política no Brasil (1937-1950). *Saber Acadêmico - Revista Multidisciplinar da UNIESP*. São Paulo, n.1, 2006. Disponível em <http://www.uniesp.edu.br/revista1/publi-art2.php?codigo=93>. Acesso em 25 de agosto de 2008.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Nota técnica nº 5: Região Centro. *Rio Estudos*. Rio de Janeiro n. 95, mar. 2003.

JORGE, Fernando. As lutas, a glória e o martírio de Santos Dumont. Rio de Janeiro: Geração Editorial, 2007.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1990.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Anais da província do Rio de Janeiro*. Tomo V. Rio de Janeiro, 1835.

LINS, João de Abreu Lins. *Memórias do Realengo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1981.

LOBATO FILHO. *A última noite da escola militar da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1992.

LUCENA, Marta. *Do Rural ao Periférico*: a territorialização de um espaço. O processo de periferização da zona rural do Município do Rio de Janeiro (século XX). Disponível em <www.osun.org/constituiã§ã£o+republica+portuguesa-doc-4.html>. Acesso em 23 de novembro de 2009.

LUPORINI, Marcos Patrizzi; CARRASCO, Claudiney Rodrigues. *O cinejornal no Estado-Novo:* a relação do poder com a propaganda política. V Seminário Memória, Ciência e Arte. Campinas: UNICAMP, 2007.

MANGABEIRA, Wilma. *Lembranças de Moscouzinho (1943-1964)*: Estudo de um conjunto residencial construído pelo estado para trabalhadores industriais. 1986. 345 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria:* história do Exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTEIRO, Neyde. *Eu e os cadetes da Escola Militar*. Brasília: Thesaurus, 2000.

MOTTA, Jeohvah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. Histórias e memórias. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História*: pensar e fazer. Laboratório Dimensões da História - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

MURICY, Antônio Carlos da Silva. *Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. dat.

NASCIMENTO, Alfredo. *Histórico das sedes da Escola Militar*. Anuário da Escola Milita, 1914.

NASCIMENTO, B. H. *A ordem nacionalista brasileira.* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Instituto de Estudos Brasileiros USP, 2002.

NAVARRETE, Martín Fernández de. *Diccionario marítimo español: que ademas de las definiciones de las voces con sus equivalentes en frances, ingles e italiano, contiene tres vocabularios de estos idiomas con las correspondencias castellanas*. Madrid: Imprenta real, 1831. 772 p.

NETO, Domingos. M. Gamelin, o modernizador do exército. *Tensões Mundiais*. v. 3, n. 4, p. 10-30. 2007.

NEVES, José Arcúsio das. *Considerações politicas e commerciaes sobre os descobrimentos, e possessões dos portuguezes na Africa, e na Asia*. Lisboa: Impressão regia, 1830. 420 p.

NEVES, Margarida de Souza. *Lugares de Memória da Medicina no Brasil*. Disponível em <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/index.htm.>. Acesso em 25 de setembro de 2008.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28. dez., 1993.

NORONHA SANTOS, Francisco. *Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1934.

_____ *As freguesias do Rio antigo*. Introdução, notas e bibliografia por Paulo Berger. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

_____ *Crônicas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Inelivro, 1981.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e Apossamento de Terras no Brasil Colônia. *Economia*. Brasília, v.7, n.3, p.587-605, set./dez., 2006.

OLIVEIRA, Adriana de Freitas. *Abalou Bangu!* A Fábrica Bangu e a República Nascente. 2005. 131f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

OLIVEIRA, Alexandre Meira da. *Da fábrica ao shopping*: análise da memória coletiva dos ex-operários da Fábrica Bangu de Tecidos. 2005. 173 f. (Mestrado em Ciências Sociais).Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Floriano Jose Godinho de. Bangu: o singular e o plural na organização do espaço urbano. 1993. 249 f. (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, Luciana da Cunha. *A fiação de um bairro*: a fábrica Bangú e o seu projeto social (1930-1945). 2006. 135 F. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

OLIVEIRA, Márcio de. *Bangu*: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade. 1991. 312 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

PAZ, Ermelinda Azevedo. *As Pastorinhas de Realengo*. Rio de Janeiro: Editora Universitária da UFRJ, 1987. 137 p.

PEDROSO, Raul. *Cadetes em desfile.* Rio de Janeiro: Pongetti, 1969.

PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da Moral*: um estudo sobre uma dinâmica agrária tradicional. 2008. 446 f. Tese (Doutorado em Ciência Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n.16, p. 279-290, 1995. Disponível em < http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/178.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/ revista/arq/43.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2008.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946.* 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUEZ, Helio Suevo. *A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro: o resgate da sua memória*. Rio de Janeiro: SPMT, 2004.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *As Forças Armadas e a evolução urbana do Rio de Janeiro*. Agenda Pública - As Forças Armadas e o Rio de Janeiro. p. 53-80. Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS DUMONT, Alberto. *O que eu vi, o que nós veremos*. 3 ed. São Paulo: Hedra, 2000. 175 p.

SCHLUP, Eduardo. *Histórico completo da Escola de Equitação do Exército*. disponível em <http://www.eseqex.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task>. Acesso em 30 de outubro de 2009.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EdUSP, 1994. 224 p.

SILVA, Hélio. *O ciclo Vargas, volume I - Sangue na areia de Copacabana.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SOUSA, Moacir Barbosa de. *Rádio e História*: a indústria fonográfica e a música popular brasileira como fontes de estudos históricos. Trabalho apresentado ao GT de História da Mídia Sonora, do V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e CIEE. São Paulo, 2007.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação:* Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. 2006. 336 f. (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX).* Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>. Acesso em: 14 de dezembro de 2008.

WENCESLAU, Carlos Alberto da Cruz. *Realengo, meu bem querer*. Rio de Janeiro: Ciezo, 2004.

3. Filmes

Bonequinha de seda. Entidade produtora Cinédia S.A. Direção Oduvaldo Vianna. Produção Oduvaldo Vianna, Oscar Jordão e Adhemar Gonzaga. Rio de Janeiro: Cinédia S.A. 1936. (115 min): son., p&b: 35mm.

Juramento à Bandeira na Escola Militar do Realengo. Rio de Janeiro. 1930. Silencioso, p&b: 35mm.

O balão militar n. 1 no Realengo. William e Cia. Produção Willian Auler. Rio de Janeiro: William e Cia., 1908. Silencioso. p&b: 35mm.

Visita dos cadetes da Escola Militar do Realengo ao Palácio Teatro. A. Botelho Film. Rio de Janeiro: A. Botelho Film, 1935. son., p&b, 35mm.

Cine Jornal Brasileiro, v. 1, n. 010. Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Rio de Janeiro: Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, 1938. son., p&b, 35mm.

Cine Jornal Brasileiro, v.1, n. 058. Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Rio de Janeiro: Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, 1939. son., p&b, 35mm.

Cine Jornal Brasileiro. v. 1, n. 095. Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940. son., p&b, 35mm.

Cine Jornal Brasileiro, v.1, n. 098. Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940. son., p&b, 35mm.

Cine Jornal Brasileiro, v. 1, n. 145. Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940. son., p&b, 35mm.

Cine Jornal Brasileiro, v. 1, n. 181. Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940. son., p&b, 35mm.

Cine Jornal Brasileiro, v. 1, n. 194. Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941. son., p&b, 35mm.

Cine Jornal Brasileiro, v. 2, n. 064. Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941. son., p&b, 35mm.

Cine Jornal Brasileiro, v.3, n. 045. Departamento de Imprensa e Propaganda. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1945. son., p&b, 35mm.

4. Páginas da *internet*

Academia Militar das Agulhas Negras: <www.aman.ensino.eb.br/>

Arquivo Histórico do Exército: <www.ahex.ensino.eb.br/>

Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES: <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>

Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.gov.br/>

Câmara Municipal do Rio de Janeiro: <http://www.camara.rj.gov.br/>

Center for Research Libraries: < http://www.crl.edu/>

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas: <www.cpdoc.fgv.br/>

Cinemateca Brasileira: banco de dados: <www.cinemateca.gov.br/>.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: <http://www.priberam.pt/DLPO/>.

Escola de Equitação do Exército: < http://www.eseqex.ensino.eb.br/>

Escola de Instrução Especializada: < http://www.esie.ensino.eb.br/>

Exército Brasileiro: <www.exercito.gov.br/>

Força Aérea Brasileira: < http://www.fab.mil.br/portal/>

Fortalezas Multimídia. < http://www.fortalezasmultimidia.com.br/>

Fundação Biblioteca Nacional. < http://www.bn.br/portal/>

Google Maps: <www.maps.google.com.br/>

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro: <http://www.jbrj.gov.br/>

Marinha do Brasil: <http://www.mar.mil.br/>

Senado Federal do Brasil: <http://www.senado.gov.br/sf/>

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo